

SÉRGIO LEANDRO SOUSA NEVES

**NAS “ENTRE ILHAS” DO SÃO FRANCISCO: AGROECOLOGIA E
TERRITORIALIDADES DA COMUNIDADE VAZANTEIRA DA ILHA DO
JENIPAPO, ITACARAMBI-MG**

Dissertação apresentada ao curso de Mestrado em Ciências Agrárias, concentração em Agroecologia, do Instituto de Ciências Agrárias da Universidade Federal de Minas Gerais, como requisito parcial para obtenção do grau de Mestre em Ciências Agrárias.

Orientadora: Luciana Castro Geraseev

Coorientador: Hélder dos Anjos Augusto

Montes Claros
2012

Neves, Sérgio Leandro Sousa.

N511n
2012 Nas “entre ilhas” do São Francisco: agroecologia e territorialidades da comunidade vazanteira da Ilha do Jenipapo, Itacarambi-MG/ Sérgio Leandro Sousa Neves. Montes Claros, MG: ICA/UFMG, 2012.

151 f.: il.

Dissertação (Mestrado em Ciências Agrárias, área de concentração em Agroecologia) Universidade Federal de Minas Gerais, 2012.

Orientadora: Prof.^a Luciana Castro Geraseev.

Banca examinadora: Hélder dos Anjos Augusto, Márcia Martins, Rômulo Soares Barbosa, Luciana Castro Geraseev.

Inclui bibliografia: f.130 – 142.

1. Agroecologia. 2. Vazanteiros. 3. Sociologia rural. I. Geraseev, Luciana Castro. II. Universidade Federal de Minas Gerais, Instituto de Ciências Agrárias. III. Título.

CDU: 616.5

SÉRGIO LEANDRO SOUSA NEVES

**NAS “ENTRE ILHAS” DO SÃO FRANCISCO: AGROECOLOGIA E
TERRITORIALIDADES DA COMUNIDADE VAZANTEIRA DA ILHA DO
JENIPAPO, ITACARAMBI-MG**

Prof. Rômulo Soares Barbosa
(UNIMONTES)

Prof.^a Márcia Martins
(ICA/UFMG)

Prof. Hélder dos Anjos Augusto
Coorientador (ICA/UFMG)

Prof.^a Luciana Castro Geraseev
Orientadora (ICA/UFMG)

Aprovada em 31 de agosto de 2012.

Montes Claros
2012

Aos meus pais, João Gonçalves das Neves (*in memoriam*) e Madalena Neves, e especialmente a minha esposa, Lisa, a minha enteada, Lavínia, e ao meu filho (Yan) que está por vir.

DEDICO

AGRADECIMENTOS

Como diria Riobaldo, “eu atravesso as coisas – e no meio da travessia não vejo! – só estava era entretido na ideia dos lugares de saída e de chegada. Assaz o senhor sabe: a gente quer passar um rio a nado, e passa; mas vai dar na outra banda é num ponto mais embaixo, bem diverso do que em primeiro se pensou (...) o real não está na saída nem na chegada: ele se dispõe para a gente é no meio da travessia (...)” (ROSA, 1986).

Dois anos se passaram e muita coisa aconteceu na minha vida, pessoas partiram e deixaram saudade, pessoas estão a chegar e nos fazem mais fortes, mais humanos... e aí a gente descobre o quão importante é viver a travessia, nela a gente se descobre e, no meio dessa correria, a nossa pesquisa vai tomando um rumo, vai se construindo. Às vezes a gente se sente só, mas sempre tem um remador pra ajudar a gente a atravessar.

Obrigado Lisa, pelo empenho, pelas críticas construtivas, pela paciência e, sobretudo, por estar comigo em todos os momentos, e pela valiosa contribuição na construção deste trabalho.

Agradeço também a: minha família: Lavínia, pelo afeto; minha mãe, por ter compreendido meus momentos de ausência; a meu pai, que recentemente remou para águas mais calmas, por ter me ensinado como ultrapassar com segurança os perigos de uma travessia; a Márcio (meu irmão) pelo companheirismo; Lena, por ser uma pessoa tão especial na vida da minha família; Carlos e Gerefeson, pela presença na casa dos meus pais quando não pude estar presente. A dona Eudóxia e José Ribeiro, que nessa caminhada também se tornaram parte da minha família.

Agradeço ao professor Hélder Augusto, pela contribuição neste trabalho e na pesquisa de campo, e à professora Luciana Gerassev, pelas sugestões e apontamentos.

Aos professores do mestrado em especial a Flávia Galizoni e Leonardo Tuffi, pela dedicação e pelos conhecimentos repassados; ao professor Fred Lopes, pelo incentivo e à professora Márcia Martins, por aceitar a participação na minha banca de defesa, pelas críticas construtivas e sugestões para a conclusão final do trabalho.

À professora Anete Marília e ao professor Rômulo Barbosa, pelos ensinamentos e por ter me dado a oportunidade de participar das disciplinas do mestrado em História e em Desenvolvimento Social na Unimontes, que contribuíram significativamente para a construção deste trabalho.

A todos os meus colegas do IFNMG, principalmente a Vitor Hugo, pela ajuda na pesquisa de campo e pelas substituições em sala de aula quando eu não pude estar presente; a Robinho; Ramony; Luciene; Edilson; Emanuelito; Jomar; Lóren; Suzana; Paulo; Wallisson, Adriana Corrente e Eron, por dividir momentos de alegria, amizade e por colaborar de forma indireta na conclusão deste trabalho. Ao ex-diretor, João Carneiro, e coordenadores, Ivy, Isa e Gil, pela flexibilização do meu horário de trabalho; a Márcio Santos e Alberto Berto, que me mostraram, na prática, como se aplicam técnicas agroecológicas no sertão Norte-Mineiro.

A Maria de Lourdes (vice-diretora) e Eliete (professora) da Secretaria de Educação de Itacarambi-MG, pelo apoio logístico na fase inicial da pesquisa de campo; a Carlinhos Dayrell do CAA/NM e Zilá da CPT/NM, por me apresentar a comunidade vazanteira da Ilha do Jenipapo.

A Dorian, Silmara e Flávio Carvalho, pela amizade. Aos colegas de pós-graduação Alice; Giliarde; Daphinn; Magela; Herman e Danúbia, pelo incentivo e por dividir momentos de tensão e alegria; Edézia (bibliotecária do ICA), pela presteza e satisfação em ajudar as pessoas; a Priscila (da secretaria da pós-graduação), pela gentileza e educação.

E por fim, mas não menos importante, à comunidade vazanteira da Ilha do Jenipapo, especialmente a João Lopes e sua esposa Walderina, pela hospitalidade e pelo exemplo de luta e coragem para fazer do lugar em que vivem cada vez melhor para a coletividade; a Justino; Júlio e dona Maria, pela receptividade e simplicidade.

A todos vocês meu muito obrigado!

“Imagine-se o leitor sozinho, rodeado apenas de seu equipamento, numa praia tropical próxima a uma aldeia nativa, vendo a lancha ou o barco que o trouxe afastar-se no mar até desaparecer de vista. [...] você nada tem para fazer a não ser iniciar imediatamente seu trabalho etnográfico. Suponhamos, além disso, que você seja apenas um principiante, sem nenhuma experiência, sem roteiro e sem ninguém que o possa auxiliar [...] Isso descreve exatamente minha iniciação na pesquisa de campo, no litoral sul da Nova Guiné” (MALINOWSKI, 1978).

NAS “ENTRE ILHAS” DO SÃO FRANCISCO: AGROECOLOGIA E TERRITORIALIDADES DA COMUNIDADE VAZANTEIRA DA ILHA DO JENIPAPO – ITACARAMBI/MG

RESUMO

A agricultura tradicional configura-se como um dos fatores determinantes da identidade, cultura e territorialidade vazanteira. Os vazanteiros possuem estreita relação com a terra e com o rio que ditam suas dinâmicas de produção, bem como suas territorialidades a partir de seu comportamento nos períodos de cheia, vazante e seca, definindo o território móvel e fixo. As territorialidades vazanteiras estão atreladas às suas práticas agrícolas assim como suas identidades estão pautadas nos moldes essencialmente agroecológicos. Objetivou-se com a pesquisa analisar e caracterizar as práticas agrícolas e territorialidades dos vazanteiros da ilha do Jenipapo bem como suas inter-relações, no Alto Médio São Francisco. O delineamento da pesquisa apoiou-se na investigação de técnicas combinadas: partiu da revisão bibliográfica, visitação *in loco* com observação participante, entrevista focal e análise de conteúdo. Os resultados sinalizaram para uma forte relação da agroecologia local com a reprodução do espaço e suas dinâmicas territoriais. Evidenciaram ainda, que ao se praticar a agricultura tradicional de caráter agroecológico, a comunidade vazanteira constrói suas territorialidades, todavia, a perda deste território ou sua redução torna-se uma ameaça constante que pode alterar o modo de vida vazanteiro e, conseqüentemente, influenciar na prática tradicional da agroecologia local.

Palavras-chave: Agroecologia. Território. Territorialidades. Vazanteiros.

**IN THE “BETWEEN ISLANDS” OF THE SÃO FRANCISCO RIVER:
AGROECOLOGY AND TERRITORIALITIES OF COMMUNITY
VAZANTEIRA OF THE JENIPAPO ISLAND – ITACARAMBI/MG**

ABSTRACT

Traditional agriculture is configured as one of the determinants factors of identity, culture and ‘vazanteira’ territoriality. The ‘vazanteiros’ have close relationship with the land and the river that establishes their production dynamics well as their territoriality from their behavior in periods of flood, drought and low water, defining the mobile and fixed territory. The ‘vazanteiras’ territorialities are tied to their farming practices as well as their identities are ruled along the lines essentially agroecological ones. The aim of the research was to analyze and to characterize the agricultural practices and territorialities of ‘vazanteiros’ of the Jenipapo’s island well as their interrelationships in Alto Médio São Francisco. The research relied on the study of combined techniques: started with bibliographic review, *in loco* visits with participant observation, focus interviews and analysis of content. The results signaled towards a strong relationship of the local agroecology with the reproduction of the space and its territorial dynamics. It also showed that when practicing traditional agriculture with agro-ecological character, the ‘vazanteira’ community builds its territorialities, however, the loss of that territory or its reduction becomes a constant threat that could change the ‘vazanteiro’s’ lifestyle and thus influencing the traditional practice of local agroecology.

Keywords: Agroecology. Territory. Territorialities. Vazanteiros.

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

FIGURA 1	Divisão da bacia hidrográfica do Rio São Francisco e localização da Ilha do Jenipapo	51
FIGURA 2	Delimitação do semiárido nordestino e do polígono das secas	53
FIGURA 3	Escola Municipal Manoel Alves Luiz	67
FIGURA 4	Discriminação dos ambientes em vazante, mata e campos gerais por população locais na região de Januária-MG	70
FIGURA 5	Casas de taipa na Ilha do Jenipapo	76
FIGURA 6	Perfil altimétrico e localização dos agroambientes na Ilha do Jenipapo	79
FIGURA 7	Agroambiente lameiro na ilha do Jenipapo	80
FIGURA 8	Agroambiente baixão com lagoa criadeira e plantio de feijão	81
FIGURA 9	Agroambiente terra alta com diferentes culturas e criação de animais	82
FIGURA 10	Consórcio de culturas na Ilha do Jenipapo	90
FIGURA 11	Dobra do caule do milho para prevenir o ataque de periquitos	94
FIGURA 12	Atividade de extensão: Agroecologia Vazanteira. (Re)construindo saberes.	98
FIGURA 13	Armazenamento de feijão e farinha de mandioca em sacos de polipropileno	99
FIGURA 14	Armazenamento de sementes de feijão para plantio	100
FIGURA 15	Produção e colheita de milho na Ilha do Jenipapo	102
FIGURA 16	Territorialidades vazanteiras e mobilidade territorial	114
FIGURA 17	Alguns usos do Rio São Francisco pelos vazanteiros	121
FIGURA 18	Placas fotovoltaicas da ilha do Jenipapo	124
GRÁFICO 1	Categoria: Agroambientes da Ilha	83

GRÁFICO 2	Categoria: Preparo da terra de cultura	84
GRÁFICO 3	Categoria: Processo de cultivo	87
GRÁFICO 4	Categoria: Manejo da lavoura	92
GRÁFICO 5	Categoria: Estocagem e armazenamento da produção	99
GRÁFICO 6	Categoria: Destino da produção agrícola	103
GRÁFICO 7	Categoria: Autoafirmação da identidade vazanteira	106
GRAFICO 8	Categoria: Caracterização da identidade vazanteira	108
GRÁFICO 9	Categoria: Sentimento de pertença	111
GRÁFICO 10	Categoria: Territorialidades	112
GRÁFICO 11	Categoria: Movimento migratório	115
GRÁFICO 12	Categoria: Movimento migratório – Subcategoria: Tipo de movimento	117
GRÁFICO 13	Categoria: Representatividade do Rio São Francisco	118
GRÁFICO 14	Categoria: Utilidade do Rio São Francisco	120
GRÁFICO 15	Categoria: Expectativas da comunidade quanto ao território vazanteiro	122
QUADRO 1	Agriculturas e perspectivas	28
QUADRO 2	Povos tradicionais do norte de Minas Gerais/ povos do lugar	45
TABELA 1	A agricultura nas formas históricas de desenvolvimento rural	22
TABELA 2	Diferenças funcionais importantes entre ecossistemas naturais e agroecossistemas	34
TABELA 3	Perfil dos moradores entrevistados	63
TABELA 4	Características concernentes ao tipo de residência e posse do terreno na ilha	73

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO	13
1.2 Objetivos.....	15
1.2.1 Geral.....	15
1.2.2 Específicos	16
2 REFERENCIAL TEÓRICO	17
2.1 As diferentes discussões na abordagem do conceito de desenvolvimento	17
2.1.2 O Desenvolvimento Sustentável	20
2.1.3 Desenvolvimento Rural	22
2.2 Agroecologia.....	25
2.2.1 Perspectiva tecnicista da agricultura.....	25
2.2.2 A gênese da agroecologia.....	28
2.2.3 Evolução da abordagem agroecológica.....	31
2.2.4 Agroecologia e seus desdobramentos paradigmáticos	35
2.3 Território e Territorialidades	36
2.3.1 Construção conceitual.....	36
2.3.2 As diferentes vertentes: política, cultural e econômica do território	39
2.4 Norte de Minas Gerais: Breve contextualização histórica, econômica e sociocultural.....	42
2.4.1 O processo de ocupação territorial	42
2.4.2 A diversidade dos povos e a dinâmica desenvolvimentista	44
3 MATERIAL E MÉTODOS	51
3.1 Caracterização da área de estudo	51
3.1.1 Delineamento da Pesquisa	54
3.2 Técnicas da Pesquisa	55
3.3 A Análise de Conteúdo.....	56
3.4 Etapas da Pesquisa	57
3.5 As entrevistas semiestruturadas	60
4 RESULTADOS E DISCUSSÃO	62
4.1 Perfil dos Entrevistados.....	62
4.2 Unidade de análise I: Princípios agroecológicos dos vazanteiros da Ilha do Jenipapo	77
4.3 Unidade de análise II: Território e Territorialidades Vazanteiras da Ilha do Jenipapo	105
5 CONSIDERAÇÕES FINAIS	126

REFERÊNCIAS.....	Erro! Indicador não definido.
APÊNDICE 1 – Roteiro de Pesquisa	144
APÊNDICE 2 – Termo de Consentimento Livre Esclarecido - TCLE.....	148
ANEXO – Certificado COEP.....	151

1 INTRODUÇÃO

O desenvolvimento rural sustentável com enfoque agroecológico exige o conhecimento das particularidades socioambientais locais. A compreensão dos ecossistemas e como tais são apropriados pelos povos do lugar, suas culturas, percepções, técnicas e necessidades se faz necessário e urgente frente às demandas ambientais atuais e, principalmente, para alcançar o desenvolvimento numa perspectiva agroecológica partindo do local.

Embora o termo agroecologia tenha emergido no início do século XX, foi somente a partir dos anos de 1950 que começou a se desenhar um alinhamento entre a ecologia e a agronomia. A agroecologia apresentou-se, inicialmente, como uma tendência integrando ideias e métodos de vários subcampos científicos, cujos princípios, conceitos e metodologias convergem para análise, estudo, avaliação, gestão e desenho dos agroecossistemas que, por sua vez, são entendidos como uma unidade de estudo, *o locus*, para aplicação prática do conhecimento agroecológico que almeja uma agricultura com maiores níveis de sustentabilidade, menores impactos negativos socioambientais e menor dependência de insumos externos.

A partir da segunda metade do século XX, o Brasil passou pelo processo da “modernização conservadora” que foi marcada pelo aprofundamento das relações técnicas da agricultura com a indústria, com estímulo à adoção de pacotes tecnológicos e produção direcionada prioritariamente para o mercado externo. As modificações promovidas por esses processos foram, no entanto, incapazes de sanar as desigualdades sociais, preservando a estrutura fundiária existente. Esse período foi marcado também pela industrialização e urbanização do país; no que tange à dinâmica populacional, ocorreram intensos fluxos migratórios, como o êxodo rural, direcionado, sobretudo a região centro-sul com crescimento exagerado da população.

No setor primário, em especial a agricultura, o modelo de produção foi fundamentado na chamada Revolução Verde e no seu pacote tecnológico,

no qual ocorreu definitivamente o entrelaçamento do capitalismo com a dinâmica agrícola. Os reflexos da Revolução Verde nos países periféricos, de forma sintética, resultaram no aumento da produtividade de alimentos para demanda externa; dependência de insumos e equipamentos provenientes dos países ricos; degradação e contaminação dos solos através de técnicas impactantes; uso abusivo de agroquímicos; concentração fundiária; exclusão do processo produtivo e marginalização dos povos tradicionais, sobretudo na privatização de suas terras e recursos.

No Norte de Minas Gerais, essa política agrícola desenvolvimentista, foi liderada pela Superintendência de Desenvolvimento do Nordeste - SUDENE culminando na ampliação e concentração latifundiária, assim como no crescimento e fortalecimento de empresas rurais.

Esse processo contribuiu para que os recursos ambientais que estavam nas mãos dos povos do lugar, passassem para o controle dos órgãos governamentais, que por meio da grilagem das terras, muitas vezes de forma violenta, expropriaram os direitos dessas populações e reorganizaram a estrutura fundiária.

Da mesma maneira, o avanço das monoculturas de eucalipto, o carvoejamento, o super pastoreio, em conjunto com a destruição das matas ciliares ao longo dos rios, contribuíram para a escassez dos recursos hídricos bem como a usurpação das terras comunais, tradicionalmente utilizadas pelas populações locais, resultando muitas vezes na expulsão territorial desses.

Apesar deste cenário desenvolvimentista apresentado, as populações ribeirinhas, em especial as denominadas vazanteiras, estabeleceram-se nas proximidades do rio e nele aprimoraram e desenvolveram técnicas de agricultura de vazante, ou seja, nos locais impróprios para o agronegócio ou susceptíveis a inundações periódicas.

As práticas realizadas nas margens do rio e ilhas são caracterizadas pela forte dependência do ciclo natural das águas, nos períodos de vazante, seca e cheia, no qual esta última sazonalidade é a responsável pela fertilização do solo através do depósito de sedimentos, possibilitando, no

período de estiagem, o cultivo de diversos produtos agrícolas, influenciando também nas suas territorialidades.

Estes povos ribeirinhos apresentam um modo de vida específico, com forte identidade territorial e estreita relação com as diferentes paisagens Sãofranciscanas, que se figura como *locus* do seu sistema produtivo.

A dinâmica Sãofranciscana, bem como as práticas cotidianas de cunho tradicional, exerce influência na territorialidade e mobilidade territorial das populações ribeirinhas: períodos das cheias, vazante ou seca, período de preparo da terra, plantio, colheita etc. Logo, o território é dotado de significados sendo ditado por quem o constrói e dele usufrui. O fazer social, estando associado ao local, torna a territorialidade, portanto, um fenômeno social.

Nessa perspectiva, a partir de conhecimentos prévios, pesquisas preliminares sobre comunidades vazanteiras do Alto Médio São Francisco e dados parciais da comunidade vazanteira da Ilha do Jenipapo, surgiram as questões norteadoras, a saber: I - Como se dão as práticas agrícolas vazanteiras na ilha do Jenipapo?; II - Como elas podem ser caracterizadas?; III – Como se constitui o território e as territorialidades dos povos vazanteiros da comunidade da ilha do Jenipapo? e IV - Quais são as inter-relações entre as práticas agrícolas vazanteiras da ilha do Jenipapo e suas territorialidades? A pesquisa e análises dessas questões concretizam os objetivos deste trabalho.

1.2 Objetivos

1.2.1 Geral

Analisar e caracterizar as práticas agrícolas, o território e territorialidades dos vazanteiros da Ilha do Jenipapo, bem como suas inter-relações.

1.2.2 Específicos

- a) Identificar as técnicas agrícolas historicamente utilizadas pelos vazanteiros da ilha que possibilitem classificá-las como agricultura convencional, tradicional/agroecológica ou em fase de transição agroecológica;
- b) Compreender a constituição do território e as territorialidades da comunidade vazanteira da ilha do Jenipapo;
- c) Conhecer o perfil da comunidade vazanteira da ilha do Jenipapo, sua estrutura organizacional, suas relações socioambientais e expectativas.

A dissertação encontra-se organizada em cinco partes que compreendem os itens enumerados nesta mesma sequência. O item 2, que sucede esta introdução, está relacionado com os fundamentos teóricos que delineiam o problema em estudo. O item 3 apresenta a metodologia desta pesquisa. O item 4 deste trabalho foi dedicado à apresentação dos resultados e discussão, subdivididos em tópicos que abordam os aspectos físicos e históricos da área em estudo; e o perfil dos entrevistados. Este item traz ainda, duas grandes unidades de análise: I- Princípios Agroecológicos dos vazanteiros da Ilha do Jenipapo e II – Território e territorialidades vazanteiras da Ilha do Jenipapo. A análise e a discussão dessas unidades culminam nas considerações finais desta pesquisa, apresentadas no item 5.

2 REFERENCIAL TEÓRICO

2.1 As diferentes discussões na abordagem do conceito de desenvolvimento

O termo desenvolvimento, embrionariamente, pode ser pensado a partir de uma concepção de evolução, empregado pelas ciências naturais e difundido pelas ideias do Darwinismo, derivando daí sua acepção evolucionista, enquanto que sua incorporação ao processo histórico foi orientada pelo marxismo. No final do século XIX, a ideia de desenvolvimento foi associada ao progresso. As nações que se urbanizaram e se industrializaram nesse período passaram a ser o seu modelo e símbolo, como corrobora Ortega (2008),

Vem da visão dos filósofos positivistas a [ideia] de progresso, e a ela está associada a noção de evolução, bastante influenciada pela biologia e sua teoria evolucionista das espécies do século XIX. Portanto, de acordo com as [ideias] do positivismo, a evolução do capitalismo propiciaria o [progresso retilíneo da humanidade] (ORTEGA, 2008, p. 23).

No entanto, esse autor salienta que esta “noção ideológica de desenvolvimento seria substituída pela busca e intensificação do crescimento econômico como forma de superação das crises cíclicas do capitalismo” a partir das primeiras décadas do século XX.

Nos anos de 1930, após o fim do conturbado início de século para os países centrais, os quais viram suas economias serem arruinadas _ historicamente e cronologicamente pela Primeira Guerra Mundial, pela Revolução Comunista e principalmente pela queda da Bolsa de Valores de Nova Iorque, “colocou-se em xeque a capacidade do capitalismo de levar adiante o progresso da humanidade como fora proposto anteriormente” (ORTEGA, 2008, p. 24). É justamente nesse período que a noção de crescimento econômico sobrepõe à ideia de progresso, compartilhada com o papel ativo do Estado protecionista, por meio das políticas de bem-estar social, conhecidas como Keynesianismo (FURTADO, 1983; ORTEGA, 2008; GUZMÁN, 2005).

Na segunda metade do século XX, período marcado pela guerra fria, este modelo de desenvolvimento enraizado na ótica de crescimento econômico extrapolou as nações hegemônicas centrais e socialistas, numa tentativa competitiva de incorporar as economias dos chamados países periféricos, ainda que reduzida numa intenção político-ideológica de sobreposição de um sistema ao outro, o debate se concentra em torno desta noção de desenvolvimento. Surge desse momento histórico o termo 'subdesenvolvimento' proferido pelo então presidente dos Estados Unidos da América (EUA), Harry S. Truman, em seu discurso de posse, no qual afirmou que caberia ao seu país, "por meio das descobertas científicas e do progresso industrial, levar o crescimento de regiões subdesenvolvidas" (FURTADO, 1983; ESTEVA, 2000).

Nessa ótica, o conceito de desenvolvimento fica então reduzido e assimilado apenas como crescimento econômico que, por sua vez, é acompanhado de mudanças sociais e culturais que ocorrem por meio da chamada modernização, imposta pela equação dominadores/subordinados. Rist (2002) conceitua desenvolvimento como sendo um apanhado de práticas econômicas, sociais e políticas, que tecem uma relação por vezes harmônica, por vezes conflituosa entre si. Exigindo para a reprodução da sociedade a transformação geral e destruição do ambiente natural e ou das velhas relações sociais, independente da adoção de modelos econômicos protecionistas ou (neo)liberais pelos Estados nacionais. Nessa mesma perspectiva Guzmán (2005) afirma que:

Não obstante, o pensamento científico liberal aplicou a economia o conceito de desenvolvimento e este passou a adquirir uma forte dimensão etnocentrista, ao identificar-se a maior plenitude ou superioridade como trajetória percorrida pela identidade sociocultural ocidental e as formas de produção e consumo por ela elaboradas (GUZMÁN, 2005, p. 105).

Foi a partir da segunda metade do século XX que foi difundida no Brasil o pensamento "desenvolvimentista", ligado aos Governos Vargas e Juscelino Kubitschek. No país, ele ganha um sentido voltado para industrialização rápida; comércio internacional; aumento da produção agrícola; ampliações consideráveis no regime de propriedade da terra,

cabendo ao Estado o papel de condutor e organizador do desenvolvimento nacional. Para tanto, foi necessário aos países latino-americanos, como o Brasil, recorrerem ao capital estrangeiro, estabelecendo, então, uma dependência típica das economias subdesenvolvidas (FURTADO, 1983; RIST, 2002).

O debate em torno do conceito que possa eficazmente responder à questão: o que é desenvolvimento? Permeia também entre os que defendem teses de que o desenvolvimento é uma quimera, uma manipulação da elite dominante, ideológica; considerando-se que “embora alguma mobilidade seja possível, é altamente improvável que países pobres migrem da periferia ou semiperiferia para o centro” (ARRIGHI, 1997).

Nesse mesmo contexto, Ortega (2008) salienta que:

O que se questiona é se, algum dia, as economias periféricas serão desenvolvidas no mesmo sentido das economias que formam o centro do sistema capitalista (ORTEGA, 2008, p. 27).

Furtado (1983) já afirmava que “a ideia que os povos pobres podem algum dia desfrutar das formas de vida dos atuais povos ricos é simplesmente irrealizável”, e que “a ideia de desenvolvimento econômico é um simples mito” (FURTADO, 1983).

Uma das preocupações de alguns autores, como Sen (2000) e Sachs (2000), é deixar transparecer que o desenvolvimento não se mistura com crescimento econômico embora necessite dele, mas não o faz suficiente - “só há desenvolvimento verdadeiro _ que não se deve confundir com crescimento econômico, na maioria das vezes resultado de mera modernização das elites _ ali onde existir um projeto social subjacente” (SACHS, 2000). Nessa perspectiva, Furtado (1983) salienta que:

Como negar que essa ideia de crescimento tem sido de grande utilidade para mobilizar os povos da periferia e levá-los a aceitar enormes sacrifícios, para legitimar a destruição de formas de culturas arcaicas, para explicar e fazer compreender a necessidade de destruir o meio físico, para justificar a forma de dependência que reforçam o caráter predatório do sistema produtivo? (FURTADO, 1983, p. 75-76).

Portanto, essa noção de desenvolvimento baseado no crescimento econômico como critério de aferição acaba por ser muito reducionista, sendo

necessário a incorporação de outros indicadores sociais, como o Índice de Desenvolvimento Humano (IDH), criado pelo Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD), que analisa aspectos concernentes a educação, saúde e longevidade. A trajetória para o desenvolvimento só é possível, desta maneira, por meio da melhoria da qualidade de vida das populações envolvidas (ORTEGA, 2008).

Sen (2000) afirma que para analisar o “desenvolvimento” é necessário compreender os diversos papéis de várias instituições e suas articulações. Não pode ser considerado simples como uma fórmula de questões econômicas, acumulação de capital, planejamento econômico ou a abertura de mercados; mas sim admitir o todo, abrangendo a liberdade e o envolvimento social para que se concretize.

2.1.2 O Desenvolvimento Sustentável

O conceito de desenvolvimento ganha diferentes conotações quanto ao seu escopo, seja ele social, ambiental ou político. Após a década de 1970, emerge como desenvolvimento sustentável, a partir dos relatórios da União Internacional para a Conservação da Natureza (IUCN), posteriormente chamado de relatório Brundtland (*Nosso Futuro Comum*) em 1987, que remete a ideia de que a pobreza degrada o meio ambiente, sendo contestado devido as suas imprecisões e por tomar apenas este indicador como responsável pela degradação ambiental (STAHEL, 1995; MARTÍNEZ-ALIER, 2007).

Para Acselrad (1999):

(...) a sustentabilidade é “um processo pelo qual as sociedades lidam com as condições materiais de sua reprodução, redefinindo os princípios éticos e sociopolíticos que regem a distribuição dos recursos ambientais”, e para alcançar essa “sustentabilidade”, seriam necessários três eixos básicos: “a promoção da equidade através de mecanismos distributivos; consolidação e construção de direitos e a garantia de reprodução das bases ecológicas para o desenvolvimento social” (ACSELRAD; 1999; p. 28-30).

Embora não se perceba um consenso em torno das questões conceituais do desenvolvimento sustentável, o contrário acontece com relação ao ecossistema terrestre e sua capacidade de sustentar

indefinidamente o nível de atividade econômica e de consumo dos recursos naturais. Desse modo, Stahel (1995) postula que:

Ao buscar-se um desenvolvimento sustentável hoje está-se, ao menos implicitamente, pensando em um desenvolvimento capitalista sustentável, ou seja, uma sustentabilidade dentro do quadro institucional de um capitalismo de mercado. No entanto, não se colocando a questão básica quanto à própria possibilidade de uma sustentabilidade, o conceito corre o risco de tornar-se um conceito vazio, servindo apenas para dar uma nova legitimidade para a expansão insustentável capitalista (STAHEL, 1995, p. 104).

Dentro de uma lógica de raciocínio, o modelo sustentável pode ser pontuado como o aproveitamento de matéria-prima e dos recursos naturais dentro da capacidade de carga do ecossistema, ou seja, “dentro da capacidade de sustentação”, próprio das ciências ecológicas, no entanto a definição implícita de desenvolvimento sustentável é de “crescimento econômico que seja compatível com a capacidade de sustento” (MARTÍNEZ-ALIER, 2007, p. 101). Nessa perspectiva, pode ser entendido como utópico, pois a tendência apontada por várias pesquisas econômicas é de um aumento significativo e acelerado uso dos recursos naturais, sobrepondo sua capacidade para as gerações futuras.

Recentemente foi realizada na cidade do Rio de Janeiro-RJ a conferência das Nações Unidas sobre Desenvolvimento Sustentável – Rio + 20, sendo um dos objetivos a definição de uma transição para uma “economia verde”, na qual os países-membros devem adotar metas para a preservação ambiental e a luta contra a pobreza num curto prazo. A “economia verde” proposta pelo relatório, organizado pelo Programa das Nações Unidas para o Meio Ambiente – PNUMA, define dez setores para investimentos prioritários, como: agricultura; silvicultura; água; energia renovável; turismo; indústrias; gerenciamento de lixo; pesca; construção civil; e transporte, a fim de alcançar práticas mais sustentáveis sem a inibição do progresso econômico.

Apesar de o próprio documento do PNUMA defender que o conceito de “economia verde” não é uma substituição para o conceito de desenvolvimento sustentável, várias críticas apontam que há uma tendência

no documento em direção ao progresso econômico em detrimento da preservação ambiental.

2.1.3 Desenvolvimento Rural

Outra face do termo desenvolvimento pode ser analisada a partir da perspectiva rural que, segundo Guzmán (2005), conceitualmente ocorre:

Quando o desenvolvimento não se refere ao conjunto de uma sociedade, mas se concentra em áreas, rurais ou urbanas, nas quais se pretende melhorar o nível de vida de sua população, por meio de processos de participação local mediante a valorização de seus próprios recursos, isso se define como desenvolvimento rural ou urbano (Guzmán, 2005, p. 106).

Porém, o desenvolvimento rural não é uma fórmula simples, as experiências, ou pelo menos parte delas, em especial quando influenciadas pelo liberalismo econômico ou mesmo o neoliberalismo, estão associadas a uma concepção de ajuda *Top-down*, numa dimensão impositiva paternalista, que de certo modo neutralizava as possibilidades de participação efetiva e real da população, satisfazendo os interesses das elites (ORTEGA, 2008).

Para maior esclarecimento do conceito de 'desenvolvimento rural', serão tomadas como referência as perspectivas históricas elaboradas por Guzmán (2005), sejam elas: o Desenvolvimento Comunitário; o Desenvolvimento Rural Integrado e o Desenvolvimento Rural Sustentável, conforme a TAB. 1. Posteriormente, será adotada a proposta de desenvolvimento rural baseada no enfoque agroecológico.

TABELA 1
A agricultura nas formas históricas de desenvolvimento rural (em décadas)

Forma histórica	Estados Unidos da América	Demais países do Norte	Países do Sul	Influência da agricultura
Comunitário	1920-1930	1960-1970	1940-1960	Alta
Integrado	1950-1960	1970-1980	1960-1980	Média
Sustentável	1990-2000	1990-2000	1990-2000	Baixa

Fonte: GUZMÁN (2005, p. 116). Adaptado pelo autor.

Sobre a primeira forma histórica de desenvolvimento rural, Guzmán (2005) salienta que:

[O desenvolvimento comunitário, surge da] perspectiva teórica da sociologia da vida rural [...] integrada pelo conjunto de teorias que pretendem mostrar a necessidade de introduzir, no manejo dos recursos naturais, as tecnologias derivadas das ciências agropecuárias e florestais. [...] As transformações socioculturais [permitem] aos camponeses a passagem de uma agricultura como forma de vida a outra, vinculada ao mercado, no qual o manejo dos recursos passa a ser um negócio (GUZMÁN, 2005, p. 109).

Essa corrente surge nos EUA, com o objetivo de criar uma civilização científica no campo para sair do “atraso”, a partir da mercantilização crescente de suas estruturas produtivas. A transformação no campo seria possível por meio de uma infraestrutura organizativa que ocorreria pelo “desenvolvimento comunitário, via transferência tecnológica dos serviços de extensão agrária e sua difusão planetária na Revolução Verde” (GUZMÁN, 2005, p.110).

Esse autor ainda acrescenta que:

[...] a implementação da Revolução Verde, por meio do desenvolvimento comunitário como primeira forma histórica do desenvolvimento rural, supõe para o chamado Terceiro Mundo, a substituição maciça dos terrenos comunais pela propriedade privada superconcentrada e o despojamento generalizado de formas sociais de agricultura familiar por latifúndios agroindustriais e, para ambos, centro e periferia, a substituição definitiva dos ciclos fechados de energia e materiais do manejo camponês pela utilização maciça de insumos externos procedentes das multinacionais por meio dos bancos especuladores (GUZMÁN, 2005, p. 119).

Para minimizar os desequilíbrios sociais ‘rural-urbano’, gerados pelo modelo agroindustrial, surge na década de 1960, como medida mitigadora, o chamado “Desenvolvimento Rural Integrado (DRI)”, que parte da perspectiva teórica da modernização tecnológica, buscando transformar os agricultores em empresários, por meio de acesso a novas tecnologias e insumos. Para Guzmán (2005), essa perspectiva pode ser entendida como o “discurso ecotecnocrático da sustentabilidade”, uma vez que na teoria se discutia a crise ambiental e social, mas na prática o modelo industrial que a produzia ficaria inerte a mudanças.

A partir da década de 1980, com um arcabouço ecologista surge a forma histórica de Desenvolvimento Rural Sustentável, e sua derivação: ecodesenvolvimento, buscando o equilíbrio entre a proteção ambiental e o desenvolvimento socioeconômico, contrário aos que defendiam o desenvolvimento a qualquer custo. Mas da mesma maneira foi crivado pela crítica, quando ações com esses discursos pretenderam articular o conhecimento local, indígena e camponês com tecnologias de natureza industrial, sobretudo em populações tradicionais de países latino-americanos (GUZMÁN, 2005; CAPORAL e COSTABEBER, 2002).

Ainda de acordo com Guzmán (2005), esta vertente de desenvolvimento rural sustentável, em prática:

[...] corresponde ao falso discurso ecologista esboçado pelos organismos internacionais, por meio de uma construção teórica ecotecnocrática, que transmite a mensagem pela qual o planeta está em perigo, não porque os países ricos tenham desenvolvido uma forma de produção e consumo depiladora de energia e recursos, contaminante e destruidora de desequilíbrios naturais. Ao contrário, o argumento utilizado é o de que os países pobres têm um grande crescimento de população e deterioram a natureza devido a sua pobreza e degradante apropriação dos recursos naturais, mediante a derrubada das matas e uma agricultura esgotada da terra (cientificamente marginalizadas) (GUZMÁN, 2005, p 122).

Os modelos de desenvolvimento, expostos anteriormente, em especial na sua vertente rural, com enfoque para agricultura convencional, acabam por gerar problemas econômicos, sociais e ecológicos, uma vez que estão baseados numa agricultura competitiva, sujeita a interferências pelo Estado para garantir preços aos consumidores e lucros aos produtores; grande capacidade de produção, mas ineficiente ao resolver o problema de alimentação existente; sistemas de manejo impactantes que tendem a homogeneização, contrariando os princípios fundamentais da ecologia e dependência de recursos energéticos não renováveis que colocam em risco a fertilidade da terra e em perigo a capacidade de reprodução dos sistemas agrários (XAVIER & DOLORES, 2001).

Na busca de um modelo de desenvolvimento rural sustentável surgiram expoentes como Caporal e Costabeber (2002), Guzmán et al. (2000), que propõe uma reflexão a partir do enfoque agroecológico, por meio

do desenvolvimento endógeno, associado ao uso de recursos renováveis que busca a sustentabilidade ambiental nos agrossistemas.

O desenvolvimento rural sustentável com enfoque agroecológico partiria, inicialmente, da compreensão dos recursos utilizados no processo produtivo rural, e para isso se faz necessário “o conhecimento das particularidades ambientais locais, pois se os ecossistemas são entendidos como objetos de apropriação, a produção deverá ser adaptada às leis ecológicas que informam e mantêm as capacidades do ecossistema”. Os recursos renováveis, do ponto de vista econômico, poderiam ser reproduzidos continuamente ao contrário da sua contra corrente não renovável, utilizada pela agricultura convencional (XAVIER & DOLORES, 2001).

Por fim, o conhecimento e as tecnologias aplicadas ao processo produtivo são de grande importância para determinar o “padrão tecnológico adequado”, visto que se deve considerar os recursos localmente disponíveis, as percepções dos agricultores, as disponibilidades monetárias e os objetivos estabelecidos. A falta de sustentabilidade ambiental pode ser associada à utilização de tecnologias inadequadas ou ao mau uso das mesmas (XAVIER & DOLORES, 2001; GLIESSMAN, 2001). Ao se tratar do desenvolvimento rural numa perspectiva agroecológica, faz-se necessário partir da abordagem epistemológica e conceitual da agroecologia bem como da relação desta com as questões políticas, ambientais e socioeconômicas ao longo da história.

2.2 Agroecologia

2.2.1 Perspectiva tecnicista da agricultura

A agricultura tem sua gênese, como acreditam muitos pesquisadores, a 10.000 A.C, e conceitualmente será abordada, para uma maior compreensão histórico-didática, a partir das grandes civilizações que se estabeleceram nas margens do Nilo, do Tigre e Eufrates; na antiguidade clássica, especificamente pela influência Greco-Romana; por um longo

período dominado pelo modo de produção feudal e seus desdobramentos na idade média; durante o renascimento; no período correspondente a expansão marítima europeia; nas revoluções industriais e na atualidade (DORST, 1973; KATHOUNIAN, 2001).

A história evolutiva da agricultura é permeada de pontos positivos, como a bagagem de conhecimento adquirido, ou através da difusão de técnicas e tecnologias, mas contempla também seu lado desastroso, como durante a antiguidade conforme salienta Kathounian (2001):

Assim já na Mesopotâmia antiga se registrava a salinização das áreas irrigadas que embasavam sua economia. Na atualidade clássica, os gregos destruíram suas florestas e exauriram seus campos de cultura (...). Os romanos empreenderam contra Cartago as Guerras Púnicas, conquistando afinal aquelas então ricas terras agrícolas, onde hoje estão os areais de um deserto sem esperança (KATHOUNIAN, 2001, p. 18).

No período ensejado pela baixa e alta idade média, sob o domínio ideológico da religião católica, e por meio da Inquisição, ocorreu à coação de ritos e cultos referentes ao manejo agrícola, estes, historicamente, incluíam uma rica simbologia que regulava as práticas de uso de terras e a codificação de conhecimentos agrários. Da mesma maneira, na época das Grandes Navegações, através da imposição cultural dos conquistadores europeus, forçosamente alteraram-se ritos, simbolismos e práticas culturais ligadas à agricultura das sociedades locais como corrobora Hecht (2002):

Estas modificações transformaram e [frequentemente] interferiram na propagação geral e específica dos conhecimentos agrícolas locais. Este processo além de doenças, escravidão e de [frequente] reestruturação das bases agrícolas das comunidades rurais com propósitos colonialistas e mercantis, [frequentemente] contribuíram para a destruição e abandono de tecnologias “de ponta” tais como os sistemas de irrigação. E contribuíram para o empobrecimento de tecnologias “brandas” (cultivares, consórcios de culturas, técnicas de controle biológico e de manejo de solo) dos agricultores locais, as quais eram muito mais dependentes de formas culturais de transmissão (HECHT, 2002, p.16).

Porém, as transformações agrícolas de maior significância viriam acompanhadas da evolução técnica derivada das revoluções industriais ocorridas nos séculos XVIII e XX. Um marco importante pode ser observado a partir da revolução química agrícola em meados do século XIX, haja vista

esse período ser marcado pela explosão demográfica decorrente, entre outros fatores, dos avanços na medicina, na urbanização em consonância com a própria revolução agrícola (JESUS, 2005; SPOSITO, 2001).

A revolução química agrícola representaria a mudança, em grande escala, de técnicas devidamente difundidas em diversas sociedades como o pousio e a adubação orgânica, inaugurando um novo modelo de produção baseado no uso de adubos químicos e na maximização do uso da terra e interação do capitalismo com a agricultura. Segundo Kathounian (2001):

(...) a revolução ensejada pelos adubos químicos ia de vento em popa, alicerçada não apenas nos seus evidentes resultados, mas também na sua adequação aos interesses da crescente indústria química. A produção agrícola, antes autárquica e quase [autossuficiente], começava a se tornar cliente da indústria (KATHOUNIAN, 2001, p. 20).

Esse período foi influenciado pelas perspectivas científicas do positivismo que contribuíram para a ascensão e afirmação de uma agricultura mecanizada, substituindo de forma rápida e contínua a agricultura pautada em modelos orgânicos e naturais, conforme Altieri (2001),

Esta transição epistemológica substituiu uma visão orgânica e viva da natureza pra uma visão mais mecanizada. Cada vez mais, esta tendência enfatiza uma linguagem científica, uma maneira de se referir ao naturalismo que rejeitavam outras formas de conhecimento científico como superstição. [...] Esta posição, ao lado de uma visão depreciativa das habilidades do homem rural e da população colonizada, em particular, obscurecem ainda mais a riqueza de muitos sistemas de conhecimentos rurais cujo conteúdo era expresso de forma discursiva e simbólica. (ALTIERI, 2001, p. 27).

Os resultados dessa agricultura química, no que se refere ao aumento da produção, foram rápidos e expressivos, mas em contrapartida, surgiram problemas em escalas e frequências circunstanciais derivadas dos novos métodos de controle de pragas e plantas invasoras levando a um aparato cada vez maior de soluções para retificar esses danos, numa espécie de “efeito cascata”, ou seja, criou-se uma dependência cada vez maior de insumos industrializados e quando um deles se mostrava ineficaz eram prontamente substituídos e assim sucessivamente.

2.2.2 A gênese da agroecologia

Na contramão desse modelo agrícola inaugurado em meados do século XIX, surgem algumas tendências que viriam a marcar a gênese de uma abordagem que iria se sistematizar durante a segunda metade do século XX, conhecida como agroecologia, que tem sua origem, portanto, em resposta ao modelo de agricultura industrial, apoiada em diversas perspectivas e tipos de agriculturas não convencionais, ditas alternativas (PASCHOAL, 1995) através de diferentes escolas ou linhas filosóficas, conforme apresentadas no Quadro 1.

QUADRO 1
Agriculturas e perspectivas

Escolas ou linha Filosófica	Síntese das principais ideias das abordagens não convencionais	Principais expoentes
Agricultura Orgânica	Início do século XX contrapõe as práticas, e os sistemas de pesquisa agrícola industrial, frente ao uso de organoclorados, carbamatos, piretróides e herbicidas.	Alberth Howard (1943)
Agricultura Biodinâmica	A propriedade rural é vista como um organismo vivo e manejada como tal. Ressalta a importância dos conhecimentos intuitivo e empírico e tradicional dos agricultores, sem desprezar o conhecimento formal.	Rudolf Steiner (1976) Pfeifer (1972) Koepp et al. (1983)
Agricultura Biológica	Introdução de sistemas de produção pautados numa agricultura livre de agrotóxicos, uma vez que seu excesso pode levar ao desequilíbrio nutricional das plantas (Semelhante à Agricultura Orgânica).	Aubert (1977) Voisin (1973) Chaboussou (1980)
Agricultura Ecológica	Originária da Alemanha, procura maior equilíbrio com o ambiente, buscando desenhos agrícolas mais integrados, manejo do solo mais racional, tem como foco a propriedade independente da sua dimensão.	Vogtmann (1992) Lutzemberger (1975) Primavesi (1964)

Agricultura Natural	Originária do Japão, utiliza produtos especiais para preparação de compostos orgânicos, a partir de micro-organismos especializados na decomposição de matéria orgânica ou pelo uso de fermentação visando a melhoria das condições químicas do solo.	Okada (1994) Myasaka; Nakamura (1989) Fukuoka (1985 – 1987)
Permacultura	Está ligada a um sistema de manejo permanente e indicado para ecossistemas tropicais ou subtropicais, úmidos subúmidos, semiáridos e áridos. Apresenta visão holística da agricultura buscando integração entre a propriedade agrícola e o ecossistema, apoiados num modelo de sucessão de cultivos, maximização da produção e conservação dos recursos naturais.	Mollison; Holmgten (1978)
Agricultura Regenerativa	Baseia-se no desenvolvimento agrícola a partir de sistemas regenerativos participativos e interativos na busca de produzir com a possibilidade de recuperação do solo. Como exemplo, os sistemas agrossilviculturais por meio da incorporação de biomassa a partir da poda das árvores e pelo controle e sucessão da vegetação.	Ehlers (1994) Pretty (1995) Gotsch (1995) Jackson (1976)
Agricultura Sustentável	Apesar de não ter um consenso em seu significado, ela se baseia numa agricultura ecologicamente equilibrada, economicamente viável, socialmente humana, justa e adaptativa que busca qualidade de vida e segurança alimentar, direcionada a um modelo de desenvolvimento sustentável.	Kidd (1992) Reijntjes <i>et al.</i> , (1992) Lehman <i>et al.</i> (1993) Stockle <i>et al.</i> , 1994

Fonte: Adaptado de JESUS (2005) e KHATOUNIAN (2001).

Nota: Nem todos os autores mencionados constam nas referências desta dissertação.

Altieri (1989) observa que, na verdade, há um ressurgimento da agroecologia, visto que na prática ela já existia, e esta transição epistemológica só foi possível a partir de correntes intelectuais como a antropologia, a economia e a ecologia, as quais tinham pouco a contribuir com o modelo mecanizado da agricultura formal, mas, por sua vez, são fundamentais para a construção intelectual dessa nova abordagem, em substituição à agricultura industrial ou convencional. Da mesma maneira,

Jesus (2005, p. 40) afirma que “esse novo paradigma se diferencia por ter uma abordagem holística, não apenas no que concerne às questões ambientais, mas, sobretudo, às questões humanas”.

O termo agroecologia foi usado pela primeira vez nos trabalhos de Klages (1928, apud HECHT, 2002) sobre distribuição e adaptação de espécies e suas relações complexas entre plantas e ambientes. No entanto, Wezel *et al.* (2009) afirmam que o termo derivou dos trabalhos de Bensi (1928, 1930)¹ evidenciando um diálogo entre a ecologia e agronomia. Estas duas ciências tiveram um relacionamento conflituoso ao longo do século, fazendo com que o uso do termo fosse ora lembrado, ora aparentemente esquecido, podendo assim ser abordado cronologicamente, desde os seus primórdios até o seu amadurecimento.

De acordo com a proposição elaborada por Gliessman (2001):

Uma das primeiras ocasiões de cruzamento fértil entre ecologia e a agronomia ocorreu no final dos anos 20 com o desenvolvimento do campo da ecologia de cultivos. [...] Nos anos trinta estes ecologistas, na verdade, propuseram o termo *agroecologia* como ecologia aplicada a agricultura. No entanto, uma vez que a ecologia estava se tornando uma ciência experimental de sistemas naturais, os ecologistas deixaram a “ecologia aplicada” à agricultura para os agrônomos e o termo agroecologia parece ter sido esquecido.

[...] No final dos anos 50, o amadurecimento do conceito de ecossistema deflagrou certo interesse renovado na ecologia de cultivos e algum trabalho no que foi denominada ecologia agrícola. O conceito de ecossistema forneceu, pela primeira vez, uma estrutura básica geral para se examinar a agricultura a partir de uma perspectiva ecológica [...].

[...] Ao longo dos anos 60 e 70, o interesse em aplicar a ecologia à agricultura gradualmente ganhou ímpeto com a intensificação da pesquisa de ecologia de população e comunidades, a influência crescente de abordagens em nível de sistemas e o aumento de consciência ambiental.

[...] Pelo início dos anos 80, a agroecologia tinha emergido como uma metodologia e uma estrutura básica conceitual distintas para o estudo de agroecossistemas (GLEISSMAN, 2001 p. 55-56).

Portanto, pode-se conceber a construção deste novo paradigma, apesar de se apresentar ainda como inacabado, a partir de fases de amadurecimento, sejam elas: a primeira fase, do início do século até o pós-

¹ BENSI (1928, 1930, apud WEZEL *et al.* 2009).

guerra especificamente os anos 50; a segunda fase, nos anos 60 e 70, e a terceira fase que se refere aos anos 80 e as décadas seguintes.

2.2.3 Evolução da abordagem agroecológica

Na primeira fase, o enfoque agroecológico estava pautado em estudos sobre os vegetais e sua inserção num contexto ecológico, onde a compreensão da sua fisiologia, das suas limitações e das influências de determinados ambientes sobre os cultivos locais poderia aumentar a qualidade e a produtividade de alimentos. Autores como Klages (1928) e Hanson (1939) são precursores destes estudos ecológicos com o intuito de melhoramentos agronômicos (HECHT, 2002; JESUS, 2005).

Hanson (1939) amplia o diálogo agroecológico, enfatizando a importância da proximidade das ciências sociais com as ciências naturais, por acreditar que os problemas sociais e ambientais eram decorrentes da inconsequência do homem em lidar de forma “soberana” com a natureza. Porém, o próprio homem pode ser capaz de buscar um novo equilíbrio em áreas desestabilizadas ecologicamente, a partir do conhecimento ecológico adaptando conceitos, práticas e processos como o da sucessão ecológica nos sistemas agrícolas.

Ao longo dessa primeira fase, a ecologia e a agronomia não se convergiram, principalmente por terem métodos de investigação científica diferentes, pois enquanto a primeira se preocupava com o estudo de sistemas naturais, a segunda concentrava-se na prática da agricultura e nos seus proventos.

Com o advento da Segunda Guerra Mundial, e com as transformações no que futuramente seria chamada de Terceira Revolução Industrial, por meio da propagação de novas tecnologias, do uso intensivo de novos insumos químicos industrializados, acabou-se por criar uma barreira ainda maior entre as duas ciências, e um embate entre o conhecimento puro da ecologia e dos resultados da produtividade pela agronomia (HECHT, 2002; JESUS, 2005).

A segunda fase ocorreu a partir dos anos de 1960, período no qual a preocupação ambiental ganha destaque com o debate científico de diferentes áreas de conhecimento, em especial nas ciências humanas e sociais. Em 1962, Rachel Carson publica o livro “Primavera Silenciosa”, que questiona o impacto de substâncias tóxicas na qualidade de vida humana, tornando-se um marco sobre a questão ambiental, o que culminaria nas décadas seguintes, no desencadeamento de discussões e conferências ambientais por diversas regiões do mundo.

O cerne dessas discussões diverge do novo modelo de produção agrícola que tomava forma com a chamada Revolução Verde, não obstante, os estudos referentes à agroecologia ganham um novo impulso, com as publicações de Tichler (1965, *apud*, HECHT, 2002), definindo o termo ‘Ecologia Agrícola’.

No início dos anos de 1970, começou-se a desenhar um alinhamento entre a ecologia e a agronomia em parte pelo interesse de estudos da ‘Ecologia Agrícola’ e em parte pelo estudo dos ‘Agroecossistemas’, cujo interesse mútuo contribui para a criação de uma base conceitual para a agroecologia apesar da sua incipiência.

Os anos de 1980 marcaram o início da terceira fase de evolução do pensamento agroecológico, moldado a partir do pluralismo epistemológico que contribui para a produção de um conhecimento científico multidisciplinar, superando a ideia da supremacia das ciências naturais sobre as sociais em especial no campo da agricultura. Para Gomes (2005), esse pluralismo metodológico se expressa a partir dos seguintes aspectos:

[...] Pluralidade de contextos e soluções para a produção e circulação do conhecimento agrário. [...] Abertura de conhecimentos e técnicas agrícolas tradicionais como fonte de conhecimentos e práticas válidas. [...] Implicação do contexto social e suas demandas na produção e na circulação do conhecimento agrário. [...] Combinação de técnicas de pesquisa variadas, quantitativas e qualitativas, numa perspectiva interdisciplinar (GOMES, 2005, p. 93 – 94).

Deriva dessa multiplicidade, da inter-relação entre distintas concepções, o conceito de agroecossistema. Um híbrido entre os sistemas naturais e fabricados, ele parte de uma análise holística para explicar a

produção agrícola, capaz de ver a propriedade rural como um todo. Cabendo à agroecologia, o papel de proteção dos recursos naturais, com orientações para conceber e gerir os agroecossistemas sustentáveis sem esquecer seu componente humano (ALTIERI, 1989; KHATOUNIAN, 2001; JESUS, 2005).

O agroecossistema, enquanto concepção inteligível, fundamenta-se na teoria dos sistemas, que por sua vez, parte da ideia de entendimento do todo, que não é apenas uma simples junção das partes, pois a interdependência entre diferentes elementos para constituição de uma unidade funcional maior desenvolve qualidades que não se encontram em componentes isolados (BERTALANFFY, 1975).

O agroecossistema torna-se, portanto, o conceito-chave para a agroecologia enquanto disciplina científica, pois, de acordo com Gliessman (2001):

Um agroecossistema é o local de produção agrícola – uma propriedade agrícola, por exemplo – compreendido como um ecossistema. [...] proporciona uma estrutura com a qual podemos analisar os sistemas de produção de alimentos como um todo, incluindo seus conjuntos complexos de insumos e produção e as interconexões entre as partes que os compõem (GLIESSMAN, 2001, p. 61).

Os agroecossistemas, por serem derivados dos ecossistemas naturais, baseiam-se em princípios ecológicos por meio da interação física e biológica de seus componentes, e para a compreensão dos mesmos, faz-se necessário o entendimento dos aspectos estruturais e funcionais dos ecossistemas. A diferença básica entre eles é apontada a partir da TAB. 2 (GLIESSMAN, 2000).

TABELA 2
Diferenças estruturais e funcionais importantes entre ecossistemas naturais e agroecossistemas

	Ecossistema Natural	Agroecossistema
Produtividade Líquida	Média	Alta
Interações tróficas	Complexas	Simples, lineares
Diversidade de espécies	Alta	Baixa
Diversidade genética	Alta	Baixa
Ciclos de nutrientes	Fechados	Abertos
Estabilidade (resiliência)	Alta	Baixa
Controle humano	Independente	Dependente
Permanência temporal	Longa	Curta
Heterogeneidade do habitat	Complexa	Simples

Fonte: GLIESSMAN (2001, p. 76), adaptado de ODUM (1969).

Com relação a essas diferenças básicas entre ecossistemas naturais e agroecossistemas, Gliessman (2001) destaca:

[...] o fluxo de energia em agroecossistemas é bastante alterado pela interferência humana. Insumos derivam principalmente de fontes humanas e frequentemente, não são [autossustentáveis].

[...] a ciclagem de nutrientes é mínima na maioria dos agroecossistemas, e o sistema perde quantidades consideráveis com a colheita ou como resultado de lixiviação ou erosão, devido a uma grande redução de biomassa permanente mantidos dentro do sistema.

[...] devido à simplificação do ambiente e redução nas interações tróficas em agrossistemas, raramente populações de plantas cultivadas ou de animais são [autorreguladas] ou [autorreguladas].

[...] os agroecossistemas se comparados os ecossistemas naturais, têm menos resiliência, devido à sua reduzida diversidade funcional e estrutural (GLIESSMAN, 2001, p. 75 – 76).

Os agroecossistemas, dessa maneira, são entendidos como sistemas abertos quanto ao fluxo de energia, pois parte desta se direciona para fora de seus limites após a colheita. A ciclagem de nutrientes não se faz por completo, sendo um dos fatores responsáveis a exposição do solo entre as plantas cultivadas, refletindo em perdas ou ‘vazamentos’ de nutrientes. Apesar da grande interferência humana no controle biológico, os riscos a pragas e doenças são altos, devido à reduzida diversidade biológica e às

simplificadas estruturas tróficas afetando também a capacidade de adaptação dos componentes vivos frente às adversidades (GLIESSMAN, 2001).

Cabe, portanto, à agroecologia tornar os agroecossistemas cada vez mais sistemas fechados, diminuindo a dependência de insumos *input*, fazendo com que esses sejam autossustentáveis, mais produtivos e ambientalmente ecológicos.

2.2.4 Agroecologia e seus desdobramentos paradigmáticos

Para Altieri (1989, 1998), a agroecologia se apresenta como uma tendência que integra ideias e métodos de vários subcampos científicos, cujos princípios, conceitos e metodologias tangem para análise, estudo, avaliação, gestão e desenho dos agroecossistemas, que por sua vez, são entendidos como uma unidade de estudo, o *locus*, para aplicação prática do conhecimento agroecológico, que almeja uma agricultura com maiores níveis de sustentabilidade, com menores impactos negativos socioambientais e menor dependência de insumos externos. Nesta mesma perspectiva, o autor ainda postula que:

[A Agroecologia] tem raízes nas ciências agrícolas, no movimento ambiental, na ecologia (particularmente na explosão da pesquisa de ecossistemas tropicais) nas análises de agrossistemas indígenas e em estudos de desenvolvimento rural. Cada uma destas áreas em questão têm diferentes objetivos e metodologias, ainda que tomadas juntamente, todas têm influência legítima e importante no pensamento agroecológico (ALTIERI, 1989, p. 30 – 31).

Nesse mesmo período é que ocorre a incorporação dos estudos sobre desenvolvimento rural em consonância com a agroecologia, que são de grande importância para contribuição e evolução do pensamento agroecológico. Em parte, esta esfera de conhecimento é resultante da crítica à Revolução Verde, uma vez que o entendimento dos impactos das novas tecnologias serviu para revelar os tipos de preconceitos predominantes nas ideias de desenvolvimento e agricultura, e ainda porque as pesquisas nesta área se mostraram multidisciplinares, pois analisavam aspectos ecológicos,

sociais, econômicos e também as mudanças técnicas da agricultura (ALTIERI, 1989).

Logo, a agroecologia é mais que uma simples ferramenta ou uma aplicação de conceitos; ela se fundamenta a partir de diferentes campos de conhecimentos deixando de ser apenas uma disciplina científica. Devido a sua perspectiva multidisciplinar e à incorporação dos saberes tradicionais, a agroecologia pode ser um caminho para a construção de um modelo de desenvolvimento rural, em especial, quando orientado a partir de políticas públicas ou privadas locais, do tipo *button-up*² (ORTEGA, 2008).

Assim, a agroecologia ao extrapolar os fundamentos teóricos e metodológicos, associados às relações ecológicas e agrossistêmicas, (re)fundamenta-se, dotando-se de um caráter crítico e transgressor, uma superação do direcionamento social sobre a técnica, com uma nova orientação teórica norteada para o desenvolvimento rural (ALTIERI, 1989; GUZMÁN, 2002; IAMAMOTO, 2005).

O desenvolvimento rural, dentro de uma perspectiva agroecológica, concretiza-se, sobretudo, atrelado às questões socioambientais, culturais, políticas e ou econômicas, que por sua vez estabelecem dentro de um território e das suas territorialidades.

2.3 Território e Territorialidades

2.3.1 Construção conceitual

Diversas são as concepções e uso do termo território. Se por um lado ele já existia enquanto essência desde os primórdios da humanidade, foi somente a partir da formação dos Estados modernos nacional que ele tornou-se inteligível.

² Ortega (2008) analisa as transformações neoliberais, pós anos 90 no Brasil e América Latina, e observa que estas favoreceram a descentralização das políticas públicas, contraditórias as políticas desenvolvimentistas implementadas por meio de planejamento centralizado. Revela que por meio de estratégias locais de planejamento o desenvolvimento territorial passa a ser enfocado de cima para baixo - *top-down*- ou de baixo para cima - *button-up* - sendo necessário a combinação de ambos de maneira *pari-passu* para que se obtenha resultados satisfatórios, no entanto esclarece que nesta última estratégia - *button up* - a participação social proporciona legitimidade e eficácia com melhores resultados em termos sociais.

Talvez uma das ciências que mais tenha se dedicado ao estudo do território tenha sido, até o momento, a Geografia. A própria sistematização deste conhecimento científico está associada ao uso do termo ainda no século XIX, na tradicional Escola Geográfica Alemã com seu precursor Friedrich Ratzel (MORAES, 1995).

O cenário da Alemanha oitocentista estava calcado no fim de uma guerra civil, na unificação e formação de um novo Estado, fundado nos pilares do capitalismo por meio da industrialização, que contribuiu significativamente para o surgimento do neocolonialismo e, conseqüentemente, para a expansão imperial alemã. Esse período histórico foi essencial para a consolidação da geografia desse país, cujos conceitos estavam intimamente ligados à relação de poder, de domínio sobre o “espaço geográfico”. Conforme Moraes (1995, p. 67), “A geografia de Ratzel foi um instrumento poderoso de legitimação dos desígnios expansionistas do Estado Alemão recém-construído”.

O conceito de território emerge, portanto, das ideias de Ratzel sobre a concepção de “espaço vital” que seria uma parcela da superfície terrestre, que, apropriada por uma determinada sociedade, deveria atender, de forma suficiente, às suas necessidades quanto ao uso de recursos naturais. Desse modo, o conceito de território está intrinsecamente ligado às relações de poder e ao Estado (CASTRO, 2009; MORAES, 1995; SANTOS, 2004).

No final do século XIX e início do século XX, Vidal de La Blache, precursor da Escola Francesa de geografia, contrapõe as ideias ratzelianas associadas ao determinismo geográfico e propõe os ideais possibilistas, dando ênfase à noção de região como contraponto ao território. Este último conceito praticamente cai no esquecimento sendo retomado somente a partir da década de 1970, como um explicativo da realidade (CASTRO, 2009; MORAES, 2004).

Na década de 1980, Claude Raffestin com sua obra “*Por uma geografia do poder*” tem a preocupação de diferenciar algumas categorias de análise do espaço geográfico, entre elas o próprio conceito de espaço e

território, sendo este último instância segunda, e sua existência deve-se ao primeiro. O autor ressalta que:

O território se forma a partir do espaço, e é o resultado de uma ação conduzida por um ator sintagmático (ator que realiza um programa) em qualquer nível. Ao se apropriar um espaço, concreta ou abstratamente (por exemplo pela representação), o ator territorializa o espaço. [...] o território nesta perspectiva é um espaço onde se projetou um trabalho, seja energia e informação, e que, por consequência, revela relações marcadas pelo poder. O espaço é a 'prisão original', o território é a prisão que os homens constroem para si (RAFFESTIN, 1993, p 143-144).

Para o autor, a construção do território está ligada de modo inerente às relações de poder, e sua manifestação espacial fundamenta-se por meio das relações sociais, ou seja, o ator realiza a territorialização do espaço. Dessa maneira, torna-se possível a ocorrência ou surgimento de novos territórios – territorialização – do desaparecimento dos mesmos – desterritorialização – ou a sua reconstrução – reterritorialização, num processo conhecido na geografia como *T-D-R* (RAFFESTIN, 1993).

Com uma abordagem contrária, Santos (2002) argumenta que o território é anterior ao espaço geográfico, sendo de fato sua base material. O autor afirma que:

O espaço geográfico é formado por um conjunto indissociável, solidário e também contraditório, de sistemas de objetos e sistemas de ações, não considerados isoladamente, mas como um quadro único ao qual a história se dá. No começo era a natureza selvagem, formada por objetos naturais, que ao longo da história vão sendo substituídos por objetos fabricados, objetos técnicos, mecanizados e, depois cibernéticos, fazendo com que a natureza artificial tenda a funcionar como uma máquina. Através da presença desses objetos técnicos: hidroelétricas, fábricas, fazendas modernas, portos, estradas de rodagem, estradas de ferro, cidades, o espaço é marcado por esses acréscimos, que lhe dão um conteúdo extremamente técnico (SANTOS, 2002, p. 63).

Assim, se para Raffestin (1993) o espaço geográfico é algo dado e quando apropriado se transforma em território, para Santos (2002) a utilização do território por uma determinada sociedade cria o espaço geográfico, partindo do território em si como algo dado. É importante distinguir território de espaço, primeiramente, por não serem sinônimos e

também pela amplitude do espaço ser muito maior do que o primeiro conceito.

Em relação à ideia de desterritorialização, concebida por Raffestin (1993), Haesbaert (2006) e Ortega (2008) afirmam que esse processo é um mito, pois o que ocorre de fato é uma reterritorialização em novas bases, assim como Deleuze & Guattari (2010), precursores dessa discussão, postulam que toda desterritorialização é acompanhada de uma reterritorialização, ou seja, não há território sem o vetor de saída dele próprio e não há saída do território sem, ao mesmo tempo, um processo de reterritorialização em outra parte.

Argumentos semelhantes são utilizados por Saquet (2003, 2007) acerca deste termo. O autor enfatiza que “a desterritorialização num lugar significa a territorialização noutro, promovendo a mobilidade da força de trabalho e suas características culturais” (SAQUET, 2003, p. 218).

2.3.2 As diferentes vertentes: política, cultural e econômica do território

Devido à amplitude dos conceitos, e suas diferentes abordagens, em especial a partir da segunda metade do século XX, Haesbaert (2006) agrupa didaticamente em três vertentes básicas a ideia de território, sejam elas:

Política (referida às relações de espaço-poder em geral) ou jurídico-política (relativa também a todas as relações espaço-poder institucionalizadas): a mais difundida, onde o território é visto como um espaço delimitado e controlado, através do qual se exerce um determinado poder, na maioria das vezes – mas não exclusivamente – relacionado ao poder político do Estado.

Cultural (muitas vezes culturalista) ou símbolo-cultural: prioriza a dimensão simbólica e mais subjetiva, em que o território é visto, sobretudo, como o produto da apropriação/valorização simbólica de um grupo em relação ao seu espaço vivido.

Econômica (muitas vezes economicista): menos difundida, enfatiza a dimensão espacial das relações econômicas, o território como fonte de recursos e/ou incorporado no embate entre classes sociais e na relação capital-trabalho, como produto da divisão “territorial” do trabalho [...] (HAESBAERT, 2006, p. 40, grifo nosso).

Ainda pode ser observada uma conotação etológica, uma definição naturalista do território, uma acepção do termo utilizada para exemplificar o

comportamento natural dos homens frente ao ambiente físico; por sua vez transportado para a noção de território com base nas relações entre sociedade e natureza, ou seja, ampliada para o âmbito social (HOWARD, 1948; HAESBAERT, 2006).

Dessa forma, pode-se agrupar o conceito de território em quatro tipologias, sendo elas: a política (como espaço controlado por um determinado poder); a cultural (como produto da apropriação simbólica por uma determinada coletividade); a econômica (fonte de recursos, ou seja, dimensão espacial das relações econômicas) e a natural (como ambiente) (SCHNEIDER & TARTARUGA, 2004).

Todavia, Haesbaert (2006), ainda propõe que para ampliar os horizontes, em especial na sua fundamentação filosófica, é interessante pensá-lo a partir do binômio materialismo-idealismo e espaço-tempo. Conforme o autor, o conceito pode ser entendido da seguinte maneira:

O binômio materialismo-idealismo, desdobrado em função de duas outras perspectivas: i. a visão que denominaremos “parcial” de território, ao enfatizar uma dimensão (seja a “natural”, a econômica, a política ou a cultural), ii. A perspectiva “integradora” de território, na resposta a problemática que, “condensadas” através do espaço, envolvem conjuntamente todas aquelas esferas.

O binômio espaço-tempo, em dois sentidos: i. seu caráter mais absoluto ou relacional: seja no sentido de incorporar ou não a dinâmica temporal (revalorizadora), seja a distinção entre entidade físico-material (como “coisa” ou objeto) e social-histórica (como relação); ii. sua historicidade e geograficidade, isto é, se se trata de um componente ou condição geral de qualquer sociedade e espaço geográfico ou se está historicamente circunscrito a determinado(s) período(s), grupo(s) social(s) e/ou espaço(s) geográfico(s) (HAESBAERT, 2006, p. 41, grifo nosso).

Assim, o território, devido a sua flexibilidade, torna-se multidimensional. E conforme a sua dinamicidade pode apresentar-se como cíclico, sazonal ou ainda como móvel (SACK, 1986).

O território, portanto, é uma construção histórica, social, materializado por meio de relações de poder, seja ele concreto ou simbólico, e para sua existência faz-se necessário a inter-relação entre a sociedade e espaço geográfico. Possui ainda uma dimensão subjetiva, uma identidade em si mesmo que ocorre por meio da apropriação ou ainda a partir da dominação

do espaço que pode ser realizada por instrumentos de ação política e/ou econômica (HAESBAERT & LIMONAD, 2007; LEFEBVRE, 1991).

A partir da sua dinamicidade, os territórios podem ser ainda definidos como contínuos e descontínuos que, de acordo com Schneider & Tartaruga (2004), se configuram como:

[...] territórios contínuos [que] são aqueles que possuem [contiguidade] espacial, os mais usuais, enquanto, os territórios, descontínuos, os que não possuem uma [contiguidade] espacial. Alguns autores chamam estes de redes ou territórios-rede; em termos gráficos, os territórios contínuos poderiam ser caracterizados por superfícies e os descontínuos por pontos. Nos territórios descontínuos, em verdade, são apresentados espaços em diferentes escalas e níveis de análise. Isto é, um território contínuo é um conjunto de pontos em rede numa escala determinada, no qual cada ponto representa um território contínuo, com forma e estrutura próprias e numa escala de menos dimensão (SCHNEIDER & TARTARUGA, 2004, p. 8).

Os territórios descontínuos estão sobre influência da escala, que quando for de caráter local há uma tendência à heterogeneidade, à informação factual, à valorização do vivido, do cotidiano, do lugar ou dos fenômenos manifestos. Por outro lado, quando a escala se dá no regional ou global, há uma tendência à homogeneização, através da informação estruturante, da valorização ao organizado, dos fenômenos subentendidos ou latentes (CASTRO, 1995).

Destarte, pode-se acrescentar que o território é constituído por “pontos” e “linhas” que formam as redes, e por “superfície” ou “áreas” que são na verdade as zonas ou malhas, constituindo, por conseguinte, elementos ou unidades que configuram os chamados territórios-rede.

Haesbaert (2006), discorrendo sobre territórios-rede, afirma que:

[...] controlar o espaço indispensável à nossa reprodução social não significa (apenas) controlar áreas e definir “fronteiras”, mas, sobretudo, viver em redes, onde nossas identificações e referências espaço-simbólicas são feitas não apenas no enraizamento e na (sempre relativa) estabilidade, mas na própria mobilidade (HAESBAERT, 2006, p. 279).

Nessa ótica, não há necessidade de se fixar em apenas um determinado local para territorializar-se, ou seja, a territorialização pode

acontecer a partir de múltiplos lugares. Esse processo pode ocorrer através do movimento e de forma temporal. Exemplos desses territórios são aqueles associados a tribos nômades no continente africano, e mais próximo a nossa “realidade”, àqueles das comunidades de agricultores ribeirinhos das margens do rio São Francisco, os povos vazanteiros.

Em geral, os povos ribeirinhos e vazanteiros possuem um território fragmentado e articulado ao mesmo tempo. Apresentam forte identidade territorial e estreita relação com os ecossistemas Sãofranciscanos³, migrando conforme a sazonalidade, o ciclo das águas do rio (cheia, vazante e seca) ou mesmo através do movimento pendular (OLIVEIRA 2005; ARAÚJO, 2009). Dessa maneira, o território-rede pode se constituir pela mobilidade, sendo dotado de significados, determinado através de quem o constrói ou para quem dele usufrui.

2.4 Norte de Minas Gerais: Breve contextualização histórica, econômica e sociocultural

2.4.1 O processo de ocupação territorial

A mesorregião norte do Estado de Minas Gerais, historicamente, teve seu processo de ocupação a partir da expansão do colonialismo mercantil português no século XVIII, situada e caracterizada, dentro desta historicidade, como sertão⁴. No entanto, é importante ressaltar que no Norte de Minas, já coexistiam grupos nativos indígenas, dotados de conhecimentos ambientalizados e com íntima relação com os ecossistemas locais, entre eles destacam-se os Tapuias e Caiapós, que em contrapartida foram ignorados e

³ Esses ecossistemas são influenciados pela “presença-ausência” sazonal da água, se diferenciam em áreas inundáveis periodicamente, e as nãoinundáveis, mais distantes do leito do rio e de maior altimetria, ambas possibilitam diferentes formas de interação entre seres vivos e elementos inanimados caracterizando paisagens distintas, portanto, passível de usos diversos.

⁴ O termo sertão, neste período era sinônimo de deserto, no sentido de ausência da civilização européia, mas é importante ressaltar que não era um vazio populacional, pois já se constituía como um território habitado por grupos nativos. Outras designações para o termo fazem referência à própria etimologia *sertanum*, que quer dizer entrelaçado, talvez como contraste entre o cerrado e as florestas tropicais, por sua difícil penetração, ou ainda como espaço de desordem, devido ao pouco controle da coroa portuguesa ou ainda como desconhecido àquele que deve ser conquistado (RIBEIRO, 2000).

sobrepujados “pelos de fora”, durante a ocupação (COSTA, 1997; GONÇALVES, 2000).

A chegada dos “colonizadores” nessa região foi resultante da busca de metais preciosos, por bandeirantes paulistas e baianos, porém, o povoamento ocorreu por meio da formação de propriedades rurais e fazendas para criação de bovinos. Conforme afirma Santos (2004 a):

A colonização paulista no médio superior do São Francisco e do Verde Grande assentou-se, fundamentalmente, na implantação de estabelecimentos pecuários ao longo dos vales desse rio e na zona intermédia entre eles. A fazenda de criação de gado bovino foi a unidade econômica mais importante da região, constituindo o elemento histórico responsável pela sua dinamização e integração ao conjunto dos territórios coloniais da América portuguesa (SANTOS, 2004a, p. 97).

Em vista disso, nas primeiras décadas do século XVIII, a ocupação pelos paulistas já se consolidava em 1728. Esses já detinham amplo controle das terras e dos índios aldeados, e que, provavelmente, naquele período os combates e confrontos entre os nativos já haviam se estabilizado e cessado (SANTOS, 2004a).

Da mesma maneira, memorialistas como Paula (1979) argumentam que no final do século XVII já se estabelecia o comércio de bovinos no Norte de Minas, sendo essa atividade a propulsora da economia dessa região. Ambientalmente as condições eram satisfatórias para a criação do gado bovino, o que se tornou uma prática comum. De acordo com Costa (1997),

Os animais eram deixados nas chapadas, povoadas de imensas variedades de leguminosas que propiciavam a alimentação do gado e, ainda, de uma gama imensa de frutos que foram utilizados na alimentação humana, junta com espécimes de fauna (COSTA, 1997, p. 84-85).

Anastasia (1989) salienta que o Norte de Minas oitocentista tornou-se “um reduto da ordem privada”, quando descreve a Sedição ou os motins de 1736, quando houve um embate entre os grandes proprietários de terras e também por forças populares, que se negaram a ser incorporados à ordem político-administrativa imposta pela coroa portuguesa, na tentativa de ampliar suas cobranças e taxas de captação. Percebe-se, desse modo, certa autonomia da população local, o que dificulta o estabelecimento da ordem

pública e coloca a região fora das esferas de subordinação judicial da metrópole (JESUS, 2007).

Os interesses mercantis da coroa portuguesa, na cobrança de taxas e controle fiscal, eram notados desde o início do século XVIII, uma vez que grande parte do ouro extraído da região mineradora, que deveria fluir para a metrópole, direcionava-se para o sertão Norte-Mineiro, na compra de gado e alimentos de origem agrícola. Assim, Mata Machado (1991) destaca que:

A carta régia de 1701, que proibia o comércio pelo caminho do sertão, pode ser considerada o marco inicial, do fenômeno de isolamento porque, mesmo não tendo sido respeitada, demonstrou preocupação de isolar a região (MATA MACHADO, 1991, p. 59).

Em consonância com essa ideia de isolamento, as populações do sertão passaram a desenvolver sua própria forma de vida, diferente daquelas que contribuíram para sua formação histórica, com particularidades específicas de se relacionar com o meio circundante, derivando daí identidades ambientalizadas diversas (COSTA, 2003).

2.4.2 A diversidade dos povos e a dinâmica desenvolvimentista

A região Norte-Mineira teve de forjar sua própria lógica de autossustentabilidade, diferente daquela de outras regiões onde predominava a racionalidade mercantil da metrópole, a qual determinava o produto e seu controle direto (GONÇALVES, 2000). Nesta perspectiva, esse autor, salienta que:

Embora a pecuária se constituísse na atividade principal dos grandes latifundiários, que estavam entre os maiores entre os grandes, a região teve uma riqueza enorme criada pelas famílias de agricultores pobres, pobres num contexto onde o rico é ser dono de imensas extensões territoriais. No entanto, é a riqueza da cultura desses *Caatingueiros*, desses *Geraizeiros* desses *Vazanteiros*, cultura essa expressa num diversificado regime alimentar, que vai fazer com que [...] a fome no Sertão, ao contrário do Nordeste açucareiro ou do cacau, não era endêmica, mas epidêmica, restrita aos momentos de seca (GONÇALVES, 2000, p. 22).

Gonçalves (2000) ainda complementa que o diversificado regime alimentar construído sob uma “agri-cultura”⁵ ao longo dos séculos pelos povos *Geraizeiros*, *Caatingueiros* e *Vazanteiros*,

[...] é o resultado do modo como essas populações se apropriaram das diferentes condições naturais que a região oferecia: seus brejos/várzeas, suas encostas, suas chapadas, seus cerrados, suas matas secas, suas caatingas ensejando seus sistemas agrícolas (GONÇALVES, 2000, p. 23).

Costa (2005) abordou sobre as populações tradicionais⁶ existentes no Norte de Minas, a partir da relação dessas com o ambiente (domínio morfoclimático) e suas identidades, categorizando-as, conforme o Quadro 2.

QUADRO 2
Povos Tradicionais do Norte de Minas/Povos do lugar

Categoria	Domínio morfoclimático (ambiente)	Principais características
<i>Geraizeiros</i>	Planaltos, serras, encostas e vales das regiões cobertas por cerrado.	[...] com o plantio de lavouras diversificadas em espécies e variedades, essa população tradicional constrói seus sistemas de produção. Para que os mesmos garantam suas produções, os cerrados com seus tabuleiros, espigões e chapadas fazem parte da estratégia produtiva fornecendo, por meio do extrativismo, forragem para o gado, caça,

⁵ Para Gonçalves (2000) o termo agri-cultura se refere a uma prática agrícola na qual foram incorporados elementos culturais tradicionais na sua prática. Ele complementa exemplificando tipos específicos de pratos e comidas típicas que só se encontram ou que surgiram nesta região do Brasil, estes representam uma linguagem e cada sociedade, é quem codifica suas mensagens através de signos particulares dentro das mesmas. Ver também Lévi-Strauss (1965).

⁶ De acordo com Little (2002, p. 2), “Esse grande leque de grupos humanos costuma ser agrupados sob diversas categorias “populações”, “comunidades”, “povos”, “sociedades”, “culturas”. Cada uma das quais tende a ser acompanhadas por um dos seguintes adjetivos: “tradicionais”, “autóctones”, “rurais”, “locais”, “residentes” [nas áreas protegidas][...]. Qualquer dessas combinações é problemática devido à abrangência e diversidade de grupos que engloba. De uma perspectiva etnográfica, por exemplo, as diferenças entre sociedades indígenas, os quilombolas, os caboclos, os caiçaras e outros grupos ditos tradicionais – além da heterogeneidade interna de cada uma dessas categorias – são tão grandes que não parece viável tratá-los dentro de uma mesma classificação”.

Sendo assim, utilizaremos o termo “populações tradicionais/povos do lugar” quando estivermos nos referindo aos *vazanteiros*, *quilombolas*, *Xakriabá*, *geraizeiros* e *caatingueiros*.

		madeira, frutos, folhas, mel e medicamentos.
<i>Caatingueiros</i>	Encontram-se situados no sopé da Serra do Espinhaço que corta longitudinalmente o Norte de Minas. A vegetação predominante é a <i>caatinga</i> . Em algumas áreas apresenta uma formação ecótona entre caatinga, cerrado e Mata Seca.	[...] Seu signo identitário vincula-os à caatinga e lhes foi auferido pelas populações tradicionais diferenciada com quem mantêm relações [...] os <i>caatingueiros</i> são descendentes de migrantes portugueses desde o início do povoamento regional e italianos que a partir de fins do século XIX deram constituição de uma cultura distinta das existentes até então no território Norte-Mineiro.
<i>Quilombolas da Jahyba</i>	Localizam-se em margens de lagoas, ribeirões e rios que formam a bacia do Verde Grande. Suas relações além de percorrerem todo o vale deste rio eram estabelecidas com povoações ao longo da bacia do rio São Francisco, notadamente Brejo do Amparo, Morrinhos e Malhada, e nos altiplanos como Contendas, São José do Gorutuba, Porteirinha e Tremendal. Por ser uma área muito extensa pode-se identificar a presença de vários biomas, sejam eles, a caatinga, o cerrado e a mata seca.	População tradicional de maior incidência no Norte de Minas. Composta por grupos de agricultores negros, descendentes de escravos que se organizavam em quilombos durante o período colonial.
<i>O povo Xakriabá</i>	Habitam um território demarcado no sertão Sãofranciscano, numa região de transição entre o cerrado e a caatinga.	[...] chegaram à região no início do século XVIII e, em acordo feito com Januário Cardoso de Almeida, localizaram-se numa área onde foram posteriormente aldeados, Aldeia de São João Batista das Missões. [...] o modo de uso <i>Xakriabá</i> sobre seu território se estabeleceu nos moldes da economia regional, sertaneja e cabocla, e suas atividades produtivas constituem-se basicamente da plantação de

		roças, criação de animais e coleta extrativa destinada ao autoconsumo.
Os <i>Vazanteiros</i>	Ocupam as ilhas e barrancas do rio São Francisco ou margens de outros grandes rios que existem no norte de Minas. Suas relações sociais estão associadas a diferentes territorialidades, que são diretamente influenciadas pelos ciclos das águas.	Seu signo identitário, como os das outras populações tradicionais, é dado pelos <i>Geraizeiros</i> e <i>Caatingueiros</i> com quem se relacionam. A formação cultural dos <i>Vazanteiros</i> , além de legados da cultura indígena e da cultura negra, recebe influências da vida social ribeirinha de todo rio São Francisco, particularmente no período de intensa mobilidade propiciada pela navegação rumo ao nordeste brasileiro.

Fonte: COSTA, 2005, p. 302 – 311. Adaptado pelo autor.

Cada uma dessas populações teve sua história marcada por mudanças políticas, econômicas e socioambientais impostas pelo Império (1822-1889), ou pela República, a partir de 1889, uma das primeiras interferências sobre o modo de vida desses povos do lugar foi a Lei de Terras de 1850. Neste período o território nacional brasileiro passava por uma regularização fundiária sobre a coordenação do Império, que objetivava a proteção da elite econômica agrária, mantendo e ampliando seu monopólio da terra frente à apropriação por meio da posse (MEDEIROS, 2002).

As terras a partir de então só poderiam ser ocupadas por intermédio de compra e venda autorizada pelo imperador. Assim, a terra transformou-se em mercadoria e foi incorporada à lógica capitalista. Privilegiando as elites locais que tinham maior influência na sociedade, deixando os posseiros numa condição de subordinação em relação aos grandes latifundiários.

No entanto, as transformações mais profundas nas relações socioambientais e no modo de vida das comunidades tradicionais/povos do lugar, que não possuíam o direito legal da terra, logo consideradas posseiras, foram associadas aos processos modernizantes que viriam ocorrer no Norte de Minas logo nas primeiras décadas do século passado, inicialmente pela chegada da malha férrea, como destaca Costa (2005) ao se referir à expropriação dos territórios de uma destas comunidades: A quilombola.

As condições insalubres da mata em função da malária serviam-lhes de proteção contra a chegada dos brancos e contra a “domesticação do sertão”. A partir da década de 1930 começaram a ser expropriados violentamente, quando a Mata da Jahyba começa a ser derrubada por ocasião da construção da ferrovia ligando o centro-sul ao Nordeste e quando se inicia na região a demarcação das terras, que constitui parte do alicerce das transformações modernizadoras na dinâmica econômica regional. As terras eram demarcadas e incorporadas como forma de pagamento do serviço cumprido pelos agrimensores, na [sequência] eram vendidas para fazendeiros de Montes Claros que alocavam funcionários negros para afazendarem suas posses (COSTA, 2005, p. 308).

As terras que tinham um significado baseado na economia e na troca ganharam uma nova simbologia, de caráter patrimonialista, devido à sua mercantilização e especulação. Araújo (2009) descreve este período como “tempo dos coronéis” que se estende até meados da década de 1960, na qual houve a liberação de recursos da superintendência de Desenvolvimento do Nordeste – SUDENE⁷, utilizados para a comercialização das chamadas “terras de ausentes”, em suas maiorias já ocupadas, há gerações, por *caatingueiros e geraizeiros*.

Essa política agrícola desenvolvimentista, da segunda metade do século XX, no Norte de Minas, foi orientada em quatro eixos: agropecuário; irrigação; monocultura de eucalipto & *pinus*; e industrial, que contribuíram para a ampliação e concentração de latifúndios e no crescimento e fortalecimento de empresas rurais (FEITOSA; BARBOSA, 2005). Conforme Ribeiro e Galizoni (2007):

A modernização chegava aos sítiantes com a face da Ruralminas⁸, mas partilhada numa trindade: a onipotência produtiva da técnica, a onisciência do mercado e a onipresença do Estado autoritário (RIBEIRO; GALIZONI, 2007, p. 121).

Esse processo contribuiu para que os recursos ambientais que estavam nas mãos das populações tradicionais/povos do lugar passassem para o controle dos órgãos governamentais, que através da grilagem das

⁷ Estes financiamentos e incentivos fiscais foram oriundos do Fundo de Investimento do Nordeste - FINOR e do Fundo Constitucional do Nordeste - FNE

⁸ Empresa Rural Mineira, vinculada à secretaria do Estado de Agricultura, Pecuária e Abastecimento.

terras, de forma violenta, expropriaram os direitos das populações locais reorganizando a estrutura fundiária (ARAÚJO, 2009).

O avanço das monoculturas de eucalipto, o carvoejamento, o super pastoreio, a grilagem de terras em conjunto com a destruição das matas ciliares ao longo dos rios e nascentes contribuíram para a escassez dos recursos hídricos e principalmente para a expulsão das populações locais ou redução do seu território. Dayrell (2000), discorrendo sobre o processo de modernização da agricultura na região norte do estado de Minas Gerais salienta que:

O processo de modernização da agricultura baseado no estímulo aos reflorestamentos monoculturais de eucalipto e, em menor medida, na pecuária extensiva, contribuiu para a exclusão ainda maior da agricultura camponesa. O governo federal e estadual no intuito de "corrigir as distorções" deste processo, ainda no início dos anos 80, destinou à agricultura camponesa [...] dos caatingueiros e dos geraizeiros – "programas especiais" com um caráter nitidamente assistencialista e como objetivo de integrá-los à dinâmica da economia de mercado. [...] a Ruralminas regularizou as posses de centenas de posseiros, mas só reconheciam os terrenos fechados dos quintais e das roças, ignorando a lógica da ocupação comunal e descontinua das áreas "de solta" manejadas secularmente pelos camponeses (DAYRELL, 2000, p. 228).

Há ainda aquelas populações que foram expropriadas territorialmente e forçosamente encurraladas⁹ nas margens e ilhas do rio São Francisco, contribuindo para a ampliação do contingente populacional das chamadas populações vazanteiras Sãofranciscanas¹⁰. Estas se estabeleceram nas proximidades desse rio e nele desenvolveram técnicas de agricultura de vazante. Estas práticas são realizadas com forte dependência do ciclo natural das águas, nos períodos de vazante, seca e cheia, sendo esta última sazonalidade a responsável pela fertilização do solo, por meio do depósito de sedimentos durante as enchentes, o que possibilita, no período de estiagem, o cultivo de diversos produtos primeiramente para o consumo e, *a posteriori*, para a troca e a venda (OLIVEIRA, 2005).

⁹ Ver Barbosa e Santos, 2008.

¹⁰ Ao longo do rio São Francisco as populações que se estabeleceram e praticam agricultura nas margens e ilhas do rio receberam as denominações de: Varzeiros, varzeiros, lameiros, conforme a literatura produzida por Pierson (1972), Mata-Machado (1991) e Diegues (2000), mas se apresentam como sinônimos do termo vazanteiros assim como os modos de vida característicos e específicos.

A partir desse cenário de construção histórica, econômica e social do Norte de Minas, por meio de políticas desenvolvimentistas especialmente as impostas pela lógica da Revolução Verde, que na maioria das vezes não considerou a importância cultural das populações tradicionais/povos do lugar e nem mesmo sua inserção neste modelo de desenvolvimento econômico, é que se situa a população vazanteira da Ilha do Jenipapo, sujeitos de pesquisa desta dissertação.

3 MATERIAL E MÉTODOS

3.1 Caracterização da área de estudo

A área de estudo trata-se de uma ilha no alto médio São Francisco na sub-bacia do Pandeiros/Pardo/Manga, norte de Minas Gerais. Pertencente ao Município de Itacarambi/MG, a ilha do Jenipapo se limita com o Município de Januária/MG e tem extensão territorial de aproximadamente 235 hectares no período da seca, que varia de junho a outubro. Situa-se entre as coordenadas geográficas $15^{\circ}14'26''\text{S}$ e $44^{\circ}7'25''\text{O}$. Espacialmente a área se encontra mais próxima ao sítio urbano de Itacarambi, 16 km à jusante do rio, e distante aproximadamente 45 km da cidade de Januária, à sua montante (FIG. 1).

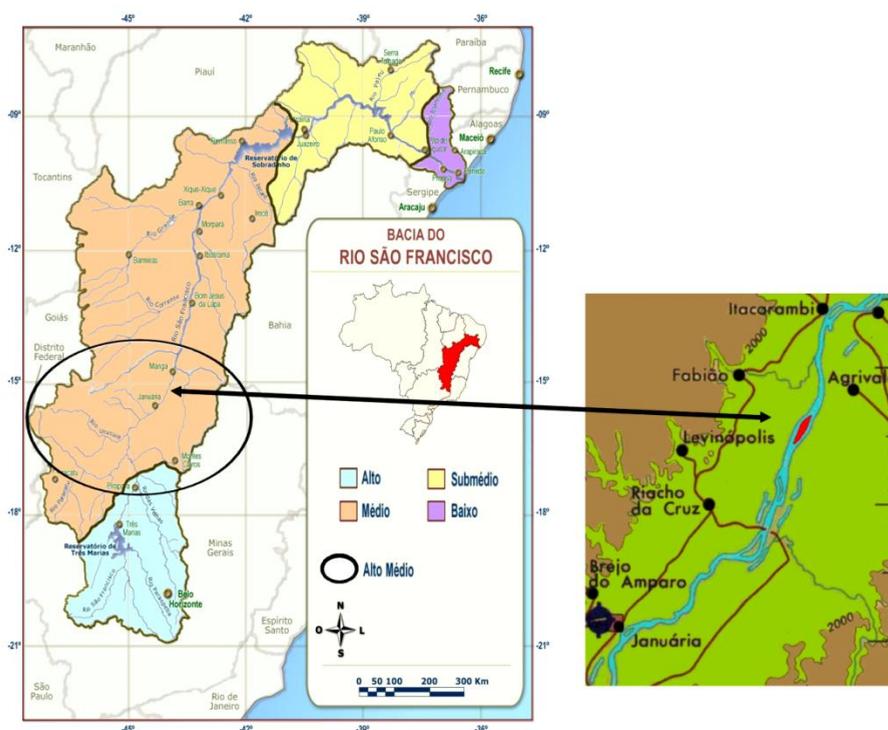


FIGURA 1: Divisão da bacia hidrográfica do São Francisco e localização da ilha do Jenipapo.

Fonte: Agência Nacional das Águas- ANA, 2003. Adaptado pelo autor.

As divisões da bacia hidrográfica em unidades fisiográficas, conforme a CODEVASF são: O *Alto*, *Médio*, *Submédio* e *Baixo São Francisco* (FIG. 1).

O *Alto* está localizado nos limites territoriais do estado de Minas Gerais e compreende a porção correspondente à nascente do rio, na serra da Canastra, até a foz do rio Jequitaí, que fica à jusante da cidade de Pirapora-MG, com topografia acidentada e vegetação predominante de cerrado e remanescentes de Mata Atlântica.

O *Médio* corresponde ao curso à jusante de Pirapora-MG até Remanso no estado da Bahia. Neste percurso há uma diminuição da altimetria em comparação ao curso à montante. Este curso pode ser subdividido em Médio Superior e Inferior, sendo que o primeiro, também conhecido como Alto-Médio, abrange o trecho entre Pirapora e a fronteira com o estado baiano, limitado pelos rios Carinhanha a oeste, e Verde Grande a leste.

O *Submédio* inicia-se a partir de Remanso-BA e estende-se até Paulo Afonso-BA. Por fim, o curso *Baixo*, que vai desta última cidade até sua foz no Atlântico.

O clima da área estudada é marcado por uma transição entre o subúmido seco e semiárido (FIG. 2), fator de sua inserção no chamado polígono das secas, com pluviosidade em torno de 800 mm/ano, com regime de chuvas definido pela escassez, irregularidade e concentração das precipitações nos meses de dezembro a março. Fator esse que condiciona a agricultura praticada nestes limites, sem o uso de irrigação, a uma dependência e adaptação ao regime pluviométrico deficitário.

O processo de construção do termo semiárido pode ser pensado a partir de três pontos de análise: físico-climática – devido às precipitações irregulares, amplitude térmica, variação pluviométrica, e evapotranspiração elevadas, associadas a solos ácidos; Unidade Administrativa: como *locus* de políticas, ações e intervenções governamentais, no bojo do recorte político conhecido como polígono das secas e, por fim, como uma construção social no que tange à relação sociedade natureza no tocante aos conhecimentos ambientalizados das populações locais.

A região onde se localiza o *locus* da pesquisa teve sua construção histórica moldada por dois processos, em destaque: a expansão da pecuária, em direção à montante do rio São Francisco e seus afluentes; e também por meio das expedições dos bandeirantes paulistas, à procura de metais preciosos e nativos para escravização, compreendidas entre os séculos XVI e início do XVIII. A consolidação da colonização apresentou-se com um caráter diferenciado no São Francisco, devido a suas peculiaridades sedentárias, com povoados estáveis e aglomerações permanentes (JESUS, 2007).



FIGURA 2: Delimitação do semiárido nordestino e do polígono das secas.
Fonte: Ministério do planejamento, 2005. Adaptado pelo autor.

Posteriormente, outros processos determinaram as características socioeconômicas da região. Inicialmente, pode-se destacar o tráfego

comercial através do rio São Francisco que tornou prósperos alguns povoados como o Porto do Brejo do Salgado, e sua *hinterland*, que futuramente se transformaria na cidade de Januária, como podemos observar a partir do diário do “viajante/explorador” Richard Burton, em 23 de setembro de 1867:

Avançando para o norte e curvando um pouco para o nordeste, vimos, a grande distância, uma capela caiada de branco e três grandes sobrados.[...] Fomos obrigados a contornar os bancos de areia grandes e chatos, antes que pudéssemos chegar a Porto do Brejo do Salgado [...] Este é a localidade mais importante do Alto São Francisco e sua única rival é Juazeiro, que fica a 190 léguas [aproximadamente 1.100 km] rio abaixo (BURTON, [1867] 1997, p. 206, grifo nosso).

O rio assumiu um papel preponderante na economia dessas vilas, povoações e cidades, pois era por ele que circulavam as mercadorias, as pessoas, e o comércio propriamente dito. No entanto, com a chegada da malha férrea nas primeiras décadas do século XX e, posteriormente, as rodovias em outras áreas do Norte de Minas, em destaque a cidade de Montes Claros, o fluxo fluvial entra em declínio, e como consequência a economia das cidades portuárias do São Francisco seguem a mesma trajetória, moldando um novo modelo de desenvolvimento no Norte de Minas Gerais (PEREIRA, 2007).

3.1.1 Delineamento da Pesquisa

A escolha dessa comunidade vazanteira da ilha do Jenipapo, como sujeito de pesquisa, se deu em função das suas peculiaridades como: extensão territorial; a busca local pelo reconhecimento territorial e identitário e pela presença de uma escola Municipal de Ensino Fundamental.

Esta escolha se concretizou ao participar do “5º Encontro dos Vazanteiros em Movimento: Povos das águas e terras crescentes”, sediado na ilha, nos dias 16 e 17 de setembro de 2010. Este evento teve como objetivo a socialização de experiências e elaboração de propostas para regularização e o desenvolvimento dos territórios vazanteiros, a partir da revitalização socioambiental do vale do São Francisco. Foi promovido pela

Comissão Pastoral da Terra do Norte de Minas - CPT/NM e o Centro de Agricultura Alternativa do Norte de Minas - CAA/NM, com participação de pesquisadores e funcionários das instituições, como a Universidade Estadual de Montes Claros - UNIMONTES, Universidade Federal de Minas Gerais - UFMG, Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Norte de Minas Gerais - IFNMG, Universidade Federal de Viçosa – UFV, Secretaria de Patrimônio da União - SPU, Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária - INCRA/MG, entre outras, além de representantes das comunidades quilombola/vazanteira de Pau de Léguas e Lapinha, índios Xakriabá, e a comunidade vazanteira da ilha do Jenipapo e as adjacentes.

3.2 Técnicas da Pesquisa

O delineamento da pesquisa apoiou-se na investigação e técnicas combinadas: partindo da revisão bibliográfica; visitação *in loco* com observação participante (MALINOWSKI, 1975); entrevista focal (GATTI, 2005) para obter dados preliminares, aplicação de questionário semiestruturado (Apêndice 1) por famílias atuantes na ilha e análise de conteúdo (BARDIN, 2002). Por conseguinte, a matriz metodológica estabelecida foi a pesquisa qualitativa, que conforme Minayo (1994) esta:

[...] trabalha com um universo de significados, motivos, aspirações, crenças, valores e atitudes, o que corresponde a um espaço mais profundo das relações, dos processos e dos fenômenos que não podem ser reduzidos à operacionalização de variáveis (MINAYO, 1994, p. 21).

Todavia, não se descartou o uso de dados quantitativos, sendo estes uns dos recursos utilizados na pesquisa, sob uma perspectiva qualitativa.

A escolha desse enfoque metodológico deu-se devido à complexidade de algumas práticas agrícolas; das territorialidades dos povos do lugar; por se tratar de uma comunidade com modos de vida diferenciados e estreita relação com os ecossistemas Sãofranciscanos, o que se fazia necessário maior aprofundamento nas temáticas emergentes e proximidade com os sujeitos de pesquisa para apreensão da realidade local. Para tanto,

optou-se pela análise de conteúdo, conforme as proposições de Laurence Bardin (2002).

3.3 A Análise de Conteúdo

A análise de conteúdo é “[...] um conjunto de técnicas de análise das comunicações que utiliza procedimentos sistemáticos e objetivos de descrição do conteúdo das mensagens” (BARDIN, 2002, p. 38). Como método de investigação, a análise de conteúdo abarca procedimentos específicos para sua aplicação.

Em sua evolução, vem sendo amplamente utilizada e diversificada sem desvincular de seus princípios sistemáticos. Embora muitos autores apresentem variadas descrições do processo da análise de conteúdo, neste trabalho procurou-se seguir as proposições apresentadas por Bardin (2002) e pelo arranjo desta pesquisa, sendo constituída de cinco passos nesta ordem:

- a) Preparação das informações: A partir das observações participantes, da aproximação do grupo e recorte geográfico da área pesquisada, as informações são submetidas a um processo de preparação que consiste em identificar as diferentes amostras a serem analisadas com o suporte da investigação bibliográfica;
- b) Contextualização: Conforme Bardin, esta é uma das etapas mais abrangentes que antecede o processo de decodificação, pois, toda análise exige a contextualização da realidade a ser investigada;
- c) Unitarização ou transformação do conteúdo em unidades: Concluída a etapa de “preparação das informações” e apuração da “unidade de contexto”, os dados são submetidos ao processo de “unitarização” que consiste em definir a unidade de análise;
- d) Categorização ou classificação das unidades em categorias: A categorização ou estabelecimento de categorias de análise trata-

se do processo de ajuntar dados a partir de suas características temáticas em comum.

- e) Descrição e Interpretação: A quinta etapa do processo de análise de conteúdo dedica-se à parte fundamental que é a descrição seguida da interpretação dos dados obtidos nas etapas anteriores. Esses dados podem ser apresentados em tabelas, quadros ou gráficos seguidos de embasamento teórico.

Por meio dessa técnica organizaram-se duas unidades de análises: I – Princípios agroecológicos dos vazanteiros da Ilha do Jenipapo e II – Território e territorialidades da comunidade vazanteira da Ilha do Jenipapo. Essas unidades abrigam as temáticas emergidas, que foram agrupadas em categorias, representadas e analisadas através de gráficos e figuras. Essas permitiram estabelecer uma associação sistemática das práticas agroecológicas e demais práticas de agricultura local; modo de vida e perfil do vazanteiro da ilha do Jenipapo; dinâmicas territoriais e suas inter-relações.

3.4 Etapas da Pesquisa

Após o 5º Encontro de Vazanteiros, realizado na ilha em setembro de 2010, suscitaram as intenções desta pesquisa, estabelecidas em quatro etapas.

A primeira etapa ocorreu no mês abril de 2011, onde foi realizado o reconhecimento da área de estudo e a aproximação dos sujeitos. Nesse período, foi agendada uma entrevista focal para setembro do mesmo ano, data em que se precedia o plantio das lavouras e permitiria a observação participante. A aproximação dos sujeitos se deu por meio da abordagem,

[...] como o próprio nome já indica, significa chegar-se, aproximar-se. Abordagem é o próprio ato de abordar. A sua importância está no chamar a atenção para o ato de chegar-se ou aproximar-se da população. Este ato pode revelar diferentes tendências e objetivos e, como tal, marca decisivamente o desenrolar do processo (SOUZA, 2004 p. 182).

Para Malinowsky (1975;1978), a observação participante e aproximação da realidade dos sujeitos da pesquisa estabelecem o contorno firme e claro de suas constituições e organização cultural, delineando as leis e os padrões de todos os fenômenos culturais, isolados ou irrelevantes.

A segunda etapa, previamente programada com os moradores da Ilha do Jenipapo, aconteceu em setembro de 2011. Essa etapa consistiu em uma entrevista focal, que possibilitou a aproximação e levantamento dos dados preliminares desta pesquisa.

Dentre os métodos de coletas de dados em pesquisas sociais, a entrevista focal assume um formato relevante quando se objetiva também a interação entre o pesquisador e o pesquisado. Para Richardson (1999, p. 207), essa “é uma técnica importante que permite o desenvolvimento de uma estreita relação entre as pessoas”, ou seja, a relação entre o entrevistado e o entrevistador. Neste mesmo sentido, May (2004, p. 156), ressalta que o estabelecimento amigável nas entrevistas focalizadas é de importância suprema. Para Gatti (2005, p.17) na entrevista focal deve haver “um certo grau de teorização sobre o tema em foco que o pesquisador deve ter elaborado para seus propósitos”, ou seja, isso permitirá ao pesquisador o levantamento de questões relevantes e contextualizadas e a construção de um roteiro preliminar de trabalho.

Em relação a essa técnica, alguns cuidados devem ser tomados no que se refere ao local: deve ser de fácil acesso e tranquilo pra execução do trabalho; quanto à recepção dos entrevistados: demonstrando cordialidade e transmitindo conforto e segurança; quanto à composição do grupo: homogêneo ou heterogêneo; quanto ao roteiro de questões que devem partir de uma conversa informal e quanto ao número de participantes que deve compreender de 08 a 12 pessoas (GATTI, 2005; WESTPHAL *et. al.*, 1996).

Para esta pesquisa, o local escolhido para a realização da entrevista focal foi a Escola Municipal Manoel Alves Luiz (FIG. 3), localizada na ilha do Jenipapo. O grupo foi composto por 07 homens e 04 mulheres habitantes do lugar. A sequência dos temas foi ordenada por questões gerais como as

características socioculturais, políticas e econômicas do grupo, seguidas por questões específicas que contemplaram às práticas agrícolas no local.

Em todas as entrevistas e, em especial às de grupo, faz-se necessário o registro prévio do conteúdo. Para Gil (1999, p. 125) “o único modo de reproduzir com precisão as respostas é registrá-las durante a entrevista, mediante anotações ou com o uso da técnica de gravador”. Ainda que este último possa “inibir” o entrevistado, permite que o entrevistador, além de se ater às respostas verbais, possa ainda, atentar-se para posturas e expressões não verbais que poderão ser indicadores importantes. Neste trabalho, foi utilizado, como suporte às entrevistas, o registro das mensagens através de gravador e anotações em formulários (QUEIROZ, 1991).

A terceira etapa ocorreu em janeiro de 2012. Esse período compreendeu a época da colheita e permitiu conhecer as técnicas agrícolas utilizadas, armazenamento e estocagem dos produtos, bem como seu destino. Foi possível, ainda, verificar as condições ambientais e geográficas da ilha nesse período do ano.

A quarta e última etapa da pesquisa de campo foi realizada no mês maio de 2012, visando à aplicação de um formulário semiestruturado (Apêndice 1) formatado após a entrevista focal ocorrida em setembro de 2011. Essas entrevistas aconteceram nas casas, roças e quintais, conforme dia e horário previamente agendado com os moradores. Após outras visitas *in loco*, com observação participante, estabelecendo uma relação amigável e de confiança com os moradores, as respostas às questões partiram de conversas registradas através de anotações e gravador, garantindo-lhes o anonimato. Sendo assim, não houve resistências em participar da pesquisa ou de apresentar seus modos de vida e trabalho na ilha.

A escolha das datas da segunda, terceira e quarta etapa deste estudo coincide, respectivamente, com o calendário agrícola dos sujeitos da pesquisa, que são: o preparo da terra – período que antecede a estação chuvosa; a primeira colheita – após as chuvas, que ocorrem na região no

final da primavera e início do verão, e a segunda colheita – após a cheia do rio São Francisco, período marcado pela vazão.

3.5 As entrevistas semiestruturadas

A entrevista semiestruturada apresenta um caráter “aberto” em que o entrevistado tem flexibilidade em responder de acordo com sua concepção, e, em contrapartida, o entrevistador guia as questões abordadas mantendo o foco da pesquisa (MAY 2004, p. 149). Para Gil (1999, p.120), nas entrevistas semiestruturadas “o entrevistador permite ao entrevistado falar livremente sobre o assunto, mas, quando este se desvia do tema original, esforça-se para sua retomada”. Daí a importância da execução destas entrevistas pelo próprio pesquisador, evitando intermediários.

As entrevistas e a observação participante, neste trabalho, priorizaram os aspectos concernentes ao:

I - Perfil dos vazanteiros da ilha do Jenipapo: Conforme Bardin (2002), o perfil dos informantes, na análise de conteúdo, se encaixa nas “unidades de contexto”. Essas podem ser consideradas princípio básico para o conteúdo a ser analisado. Para a autora, as unidades de contexto podem ser obtidas mediante o acesso a dados que explicitem o contexto de vida, as especificidades de suas práticas e inserções em grupos sociais diversificados. Assim, foram averiguados os dados socioeconômicos bem como tipo de moradia e forma de aquisição da propriedade dos habitantes na ilha.

II - Princípios agroecológicos: Essa unidade de análise buscou conhecer os princípios agroecológicos da comunidade vazanteira da Ilha do Jenipapo através de questões que especificaram as técnicas utilizadas na agricultura local, possibilitando sua classificação. A partir das respostas, emergiram as temáticas que foram abarcadas em categorias, apresentadas e analisadas através de figuras e gráficos.

III - Território e territorialidades vazanteiras: A segunda unidade de análise objetivou conhecer o território e as territorialidades da comunidade da ilha do Jenipapo; suas expectativas territoriais e a inter-relação com a agricultura praticada no local. Dessas questões, igualmente, suscitaram temas que foram agrupados em categorias e analisados através de figuras e gráficos.

Quanto ao tamanho da amostra optou-se em aplicar o maior número de entrevistas baseando-se no “método de exaustão” (MINAYO, 2003). De acordo com a autora, depois de concluída a etapa de coleta dos dados e verificar as reincidências nas falas dos entrevistados dar-se-á a exaustão. Ainda em relação ao tamanho da amostra, Martinelli (1994) afirma que pesquisas que não estão procurando medidas estatísticas,

[...] mas sim tratando de aproximar de significados, vivências [...], o importante neste contexto não é o número de pessoas que vai prestar a informação, mas o significado que esses sujeitos têm [e suas práticas] em função do que estamos buscando com a pesquisa (MARTINELLI 1994, p. 15).

De um universo de aproximadamente 42 famílias que residem e ou que se estabelecem periodicamente na ilha, foram realizadas o total de 33 entrevistas que correspondem às famílias visitadas. Estas foram orientadas por um formulário semiestruturado com predominância de questões abertas.

4 RESULTADOS E DISCUSSÃO

4.1 Perfil dos Entrevistados

Para maior compreensão do perfil dos entrevistados da comunidade vazanteira da ilha do Jenipapo, foram analisadas as características socioeconômicas (TAB. 3), na quais se destacaram as informações relativas a: a) idade; b) sexo; c) nível de escolaridade; d) profissão; e) renda familiar mensal; f) naturalidade; g) local de origem anterior à ilha; h) membros da família¹¹ que trabalham na ilha e i) divisão do trabalho por sexo. A partir dessas variáveis qualitativas e quantitativas, o perfil dos entrevistados mostrou-se da seguinte maneira:

¹¹ O termo família utilizado neste trabalho refere-se a um grupo de indivíduos ligados por consanguinidade, parentesco ou dependência, onde é comum os conflitos, tensões, afeto e solidariedade. É composta por pessoas de idades e hierarquias diferentes, onde geralmente os mais velhos e do sexo masculino são tidos como os chefes de família (BRUSCHINI, 1989).

TABELA 3
Perfil dos moradores entrevistados

(Variáveis)	(Informações em número e/ou porcentagem dos entrevistados)				
Idade (n)	20 a 30 anos	31 a 40 anos	41 a 50 anos	51 a 60 anos	Acima de 60 anos
	02	03	03	04	21
Sexo (n)	Masculino			Feminino	
	26			07	
Nível de escolaridade (n)	Sem escolaridade	Fundamental incompleto	Fundamental completo	Ensino Médio	
	23	10	00	00	
Profissão (n)	Agricultor	Agricultor/aposentado		Agricultor e outras	
	15	16		02	
Renda familiar mensal em salários mínimos (n)	Não informou	Menos de 01 salário	Um salário	Acima de um salário	
	04	08	17	04	
Naturalidade (n)	Ilha do Jenipapo	Município de Itacarambi-MG	Município de Januária-MG	Município de Jaíba-MG	Outros municípios
	05	11	07	03	07
Local de origem anterior à ilha (n)	Itacarambi-MG	Januária-MG	Outras cidades ribeirinhas	Outras cidades não ribeirinhas	
	11	08	07	02	
Membros da família que trabalham na ilha (n)	Um indivíduo	Dois indivíduos	Três indivíduos	Quatro indivíduos	Cinco indivíduos
	01	15	09	06	02
Divisão do trabalho por sexo (%)	Lavoura		Criação de animais		Serviços domésticos
	Masculino: 100		Masculino: 100		Masculino: 53,8
	Feminino: 100		Feminino: 85		Feminino: 100

Fonte: Elaboração própria a partir de dados da pesquisa

a) Idade: A maior parte da população entrevistada é idosa, bem como a população absoluta da ilha que é composta por 42 famílias e aproximadamente 90 pessoas¹², conforme informações dos moradores durante a entrevista focal realizada em setembro de 2011. É historicamente comum o processo de migração dos filhos dos casais para outras localidades, em especial para o urbano, em busca de “melhores condições de vida”¹³, apesar de ser comum a presença de filhos mais novos, ainda adolescentes ou netos, em fase escolar (matriculados na escola municipal presente na ilha). Configurando, desta maneira, um número expressivo de idosos.

Discorrendo sobre a migração dos mais jovens, geralmente filhos ou netos dos vazanteiros, um dos entrevistados fez a seguinte observação:

Está vendo esse pedaço de terra aqui, ele deve ter um hectare e pouco, eu tô negociando com meu vizinho esse pedaço, pois meus filhos, que estão em São Paulo, quando podem, me visitam e mais pra frente quero que eles voltem pro lugar que eles nasceram. Mas o pedaço de terra que tenho é pequeno pra todo mundo... (entrevistado A, 2012).

Na fala do entrevistado idoso, que mora apenas com sua esposa, fica explícito a saudade dos filhos e a necessidade de ter um terreno maior para produzir e retirar o sustento da família.

No trabalho de Paula (2009), sobre os movimentos migratórios em comunidades rurais no Norte de Minas Gerais, a autora aponta que:

[...] em resumo, as migrações continuam em direção às capitais e outras regiões do Brasil de forma sazonal. Os membros da família que permanecem ficam para cultivar a terra e cuidam do “mundo da casa”. Os que saem para o mundo da rua sonham e buscam retornarem para a casa. Assim, tanto os que partem como os que ficam querem estar no mundo da casa, e a migração só acontece em função da necessidade de enfrentar a “dura realidade da vida”,

¹² Quando questionados o porquê do total da população ser menor que o dobro de famílias (geralmente compostas por no mínimo duas pessoas), os entrevistados responderam que alguns vazanteiros trabalham e moram temporariamente na ilha, mas suas esposas residem na terra firme, seja na localidade Morro Velho, Vila Florentina, Retiro ou Itacarambi e que vêm na ilha esporadicamente nos períodos de colheita.

¹³ Tomam-se como “melhores condições de vida”, segundo os entrevistados, aquelas relacionadas ao acesso aos serviços tipicamente urbanos: escola, emprego, hospitais, serviços bancários, etc. Foi observada que, a migração (êxodo rural) é muito comum para grandes centros em especial a região metropolitana de São Paulo, mas optamos por não aprofundar nestas informações.

quer seja a ausência dos entes queridos, quer seja o trabalho quase sempre mal remunerado e vivido em péssimas condições (PAULA, 2009, p. 118-119).

Da mesma maneira, Figueiredo (2011), estudando comunidades em áreas de proteção ambiental na bacia hidrográfica do rio Pandeiros, afluente do São Francisco, afirma que:

[...] A maioria dos jovens do sexo masculino que saíram em busca de "trabalho e estudos", em geral, não retornam às comunidades de origem, constituindo famílias nos centros urbanos. Os pais, entristecidos com essa realidade, afirmam que os filhos não retornam por falta de alternativas de "sobrevivência" na região das comunidades [...] (FIGUEIREDO, 2011, p. 84).

Analisando os movimentos migratórios no país, Camarano e Abramovay (1999) ressaltam que esse processo é o responsável pelo esvaziamento da população rural brasileira, na região sul e sudeste entre os anos de 1950 a 1980. A partir desta década, a concentração incidu sobre a região nordeste direcionada a centros urbanos mais dinâmicos na região centro-sul, sendo as causas históricas principais a industrialização como atrativa para o urbano e o avanço da fronteira agrícola no centro-oeste como "expulsora da população rural".

Da mesma maneira Augusto e Silvestre (2008), analisando migrações nas mesorregiões mineiras Norte e Nordeste, apontam que:

Essas mesorregiões, caracterizadas por enormes desigualdades de renda, grande concentração fundiária e problemas de seca do [semiárido] (agravado pela chamada "indústria da seca", que beneficia políticos e latifundiários em detrimento das massas), foram durante muito tempo, especialmente na segunda metade do século XX, unidades geográficas mineiras de forte repulsão populacional. Devido à maior oferta de empregos em outras regiões do Brasil, principalmente nas décadas de 60, 70 e 80, a emigração do Norte e Nordeste de Minas foi destaque na dinâmica populacional brasileira, em especial na região Sudeste e principalmente no Estado de São Paulo (AUGUSTO; SILVESTRE, 2008, p. 7).

O processo de migração é notório na fala dos entrevistados, e se configura como um dos fatores responsáveis, assim como as causas naturais pelo envelhecimento da população local.

b) Sexo: Com relação ao sexo dos entrevistados, a grande maioria é do sexo masculino, embora isso não reflita a realidade da ilha do Jenipapo,

ou seja, há um equilíbrio entre homens e mulheres, uma vez que as famílias são compostas por casais embora dois dos vazanteiros se apresentaram como viúvos e um como solteiro.

O trecho da fala de uma das entrevistadas abaixo ilustra as dificuldades das mulheres em dar continuidade ao trabalho com a terra:

Pra mim que sou idosa, sem o meu marido comigo, eu não ficaria aqui não, porque não tenho mais saúde para lidar sozinha com a lavoura, cuidar dos bichos e ainda mais que dependemos do barco e eu não sei mexer com ele. Conheço muitas que ficaram viúvas e não deram conta de ficar aqui, os filhos não voltaram pra ilha e elas tiveram de ir embora, vender o terreno ou passar pra outros da família (Entrevistado B, 2012).

Camarano e Abramovay (1999, p. 04) afirmam que “nos fluxos de origem rural predominam as mulheres, com exceção dos anos 60 [...] levando uma crescente masculinização do meio rural brasileiro”, mas se diferenciou temporal e regionalmente. Não obstante, a pesquisa de Figueiredo (2011), na região da bacia do rio Pandeiros, Município de Januária, apresentou uma predominância da população feminina em função da migração dos “chefes de família” (sazonalmente) e dos filhos jovens (definitiva).

Essa pequena, mas importante divergência entre os resultados mostram as dificuldades da autonomia do trabalho unicamente feminino na ilha. O acesso e transporte, a dependência da dinâmica do rio, o deslocamento na época da cheia e inundação na ilha e a faixa etária da maioria das mulheres podem inviabilizar a permanência das mesmas sozinhas frente aos trabalhos. Diferentemente das demais populações em terra firme (cidade, vila ou mesmo nas barrancas do rio), onde as condições geográficas possibilitam a continuidade do trabalho das mulheres na ausência dos homens.

c) Nível de escolaridade: Existe na ilha do Jenipapo, uma escola Municipal que contempla duas turmas (matutino e vespertino) das séries iniciais do Ensino Fundamental, inaugurada no ano de 1998, com o nome de Manoel Alves Luiz (FIG. 3).



Figura 3: Escola Municipal Manoel Alves Luiz.

Fonte: Pesquisa de campo, 2011.

No entanto, a grande maioria dos entrevistados (70%) declarou não ter escolaridade ou ser analfabeto. O Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE (2010) usa a nomenclatura analfabeto para se referir a uma pessoa que não sabe ler nem escrever e o termo analfabeto funcional para aqueles que, apesar de ter o conhecimento mínimo das letras e dos números, não conseguem interpretar ou realizar cálculos matemáticos. Portanto, o uso do termo sem escolaridade foi utilizado para nos referirmos às duas categorias.

Apesar da presença da escola na ilha, não há um programa educacional destinado aos jovens e adultos, que possa promover a educação formal dos vazanteiros, contribuindo para emersão de uma barreira que implica na fraca participação nas tomadas de decisões e reivindicações de seus direitos junto aos organismos do Estado.

d) Profissão: Todos os entrevistados se declararam como sendo lavradores, ou que pelo menos era essa a profissão principal, porém uma pequena minoria (6%) afirmou que trabalhava em determinados períodos

(nas entressafas ou durante a inundação da ilha) no circuito inferior da economia, prestando servios informais tipicamente urbanos a terceiros.

No âmbito da populao total entrevistada   notório que a maioria de lavradores/aposentados (48%), e recebem os benefícios mensais da previdência social que, por sua vez, regulamenta a idade mínima para trabalhador rural do sexo masculino a partir de 60 anos e para o sexo feminino 55 anos, bem como a equiparao de acesso ao benefício para homens e mulheres e o estabelecimento de um piso de aposentadoria e pensões de um s lario mínimo (DELGADO; CARDOSO Jr; 2003). Contudo, nem todos os que completaram as referidas idades mínimas necessárias se aposentaram, por questões burocráticas, documentao es, entre outros entraves.

e) Renda Familiar: Esta se mostrou dependente da produo de autoconsumo. Mesmo apresentando outras fontes de renda, os vazanteiros afirmaram que a produo agrícola e a venda dos excedentes se configuravam como o principal rendimento. Isso se mostrou de maneira semelhante para aqueles que recebem a aposentadoria ou outros benefícios como o microcrédito, oriundo do Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar – PRONAF (Grupo B). Em estudos realizados em outras regiões do estado de Minas Gerais, Augusto e Ribeiro (2006, p. 1) destacam que “existe um número cada vez maior de aposentadorias rurais por idade, o que permite evidenciar o crescimento da populao rural idosa e uma relativa melhora na distribuio de renda nos domicílios desses idosos”, e que a aposentadoria se configura como uma alternativa de renda, em especial quando a agricultura está sujeita a intempéries.

Com relao ao Bolsa Fam lia¹⁴, este é assegurado a alguns entrevistados devido à existência de filhos menores de 17 anos e netos que residem com os pais e avós na mesma casa, incorporando-se desta maneira

¹⁴ De acordo com o Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à fome: O Programa Bolsa Família (PBF)   um programa de transferência direta de renda que beneficia famílias em situao de pobreza e de extrema pobreza em todo o País. O Bolsa Família integra o Plano Brasil Sem Miséria (BSM), que tem como foco de atuao os 16 milhões de brasileiros com renda familiar per capita inferior a R\$ 70 mensais, e está baseado na garantia de renda, inclu o produtiva e no acesso aos servios públicos.

o valor deste benefício ao total da renda familiar. Este programa complementa a renda aos assegurados especialmente nos períodos mais críticos, naqueles em que as colheitas não são satisfatórias para o consumo da família, como pode ser observado na fala de uma das vazanteiras entrevistadas:

A gente ainda não tem idade pra aposentar [referindo-se a ela e ao marido], vivemos do que produzimos. Tem ano que é bom... muita fartura, a terra tá boa... mas, tem ano que o rio leva tudo [durante a cheia, o nível das águas do rio pode subir em demasia inundando as plantações]. Aí plantamos de novo e o rio torna levar, aí fica difícil, só não é pior porque recebo o Bolsa Família, que é o que garante a gente nessas horas (Entrevistado C; 2012. Grifos nosso).

Há ainda, a renda que não é computada como dinheiro em espécie, mas que na prática serve de poupança ou de moeda para os entrevistados, como pode ser observado na fala de um deles:

Aqui eu tenho sete sacos de feijão de duas variedades, o roxinho e o carioca, dois sacos eu guardo para as despesas, outro saco para plantar nas próximas águas, naquela terra que te mostrei agora a pouco... e o restante quando preciso eu vendo, pra poder comprar açúcar, arroz, sal, querosene, as coisas de precisão do dia-dia, sabe?! Já o milho eu guardo, para alimentar os bichos, esse eu não posso vender, se não vai faltar amanhã (Entrevistado D; 2012).

Além da quantidade de feijão, o vazanteiro ainda relatou que tinha mais de seis “carros de milho” _ algo equivalente a 48 sacas, seis suínos, mais de 150 galinhas, além de abóboras, melancias, bananeiras, mandioca, e que há pouco tempo tinha comprado uma rabetá¹⁵ para se locomover até as margens do rio (barrancas/terra firme) ou a cidade onde realizava a aquisição dos produtos que não conseguia produzir. Assim como o desse vazanteiro, outros relatos se enraizaram nesta mesma perspectiva de produção de autoconsumo.

f) Naturalidade e g) local de origem anterior à ilha do jenipapo: O local de nascimento da grande maioria dos moradores da ilha do Jenipapo revela que eles são povos ribeirinhos, ou seja, cresceram e moldaram seu estilo de vidas às margens do rio São Francisco, 15% destes nasceram e

¹⁵ Pequeno motor para canoas.

cresceram na própria ilha e apenas 6% não eram nativos das margens do rio, porém há mais de 30 anos se dirigiram para o local, após saírem de áreas localizadas nos chamados gerais (FIG. 4), nas proximidades da Serra do Espinhaço no município de Janaúba-MG.

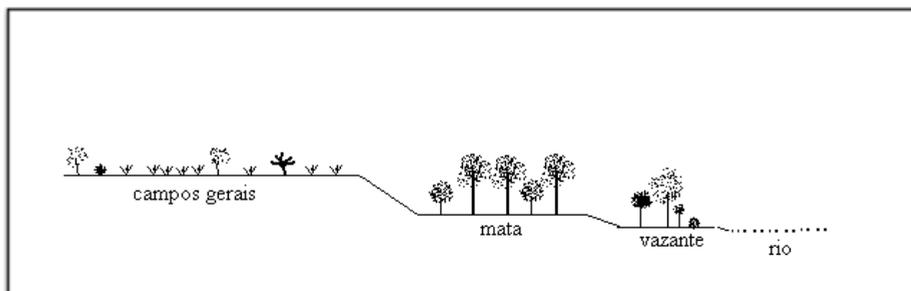


FIGURA 4: Discriminação dos ambientes em vazante, mata e campos gerais, por populações locais na região de Janaúria-MG.
Fonte: GALIZONI, 2005.

O local de nascimento ocorreu, na maioria dos casos, no município de Itacarambi-MG, Janaúria-MG, além da Jaíba-MG e São João das Missões-MG, sendo que o nativo desta última cidade se declarou pertencente ao grupo indígena Xakriabá¹⁶ e uma das entrevistadas alegou ser do município de Remanso no estado da Bahia, e que migrou com a família, de forma não espontânea, durante a construção da hidrelétrica de Sobradinho ainda nos anos de 1970 para outra localidade no município de Itacarambi e posteriormente para a ilha do Jenipapo.

h) Membros da família que trabalham na ilha e i) Divisão do trabalho: O Trabalho é realizado pelos pais, mães, filhos e netos, ou seja, por uma “coletividade familiar” que ao mesmo tempo se reproduz enquanto grupo social, se adaptando frente às condições adversas, o que demanda tempo e esforço para dar continuidade ao seu modo de vida e continuar tirando seu sustento da agricultura (LAMARCHE, 1993).

¹⁶ A terra indígena Xakriabá, localiza-se no município de São João das Missões, no norte de Minas Gerais, seu território foi homologado em 1987 e ampliado em 2003. Conta com uma população de aproximadamente 8.000 índios, distribuídos em várias subaldeias. São identificados como pertencentes ao grupo Jê subgrupo Akwê, conforme Santos (1997).

Todos os membros familiares se dedicam às atividades agrícolas, independente da idade ou do sexo, porém com algumas especificidades. Até mesmo as crianças têm seus afazeres, como tratar de pequenos animais, ajudar na colheita ou realizar outras atividades domésticas, quando não estão no período das aulas. Os serviços que exigem um maior esforço físico são realizados pelos adultos de ambos os sexos, como o preparo da terra e o manejo da lavoura. Entretanto, as benfeitorias na propriedade são realizadas tipicamente pelos homens, a exemplo, a construção de cercas, reforma de canoas, das casas, o corte de lenha, entre outros. A maioria dos entrevistados apontou que os serviços domésticos são realizados pelas mulheres, porém não são uma exclusividade das mesmas, como descrito na fala de um dos entrevistados:

Lá em casa todo mundo trabalha... *home, mulhé, menino...* cada um tem sua obrigação. Já os serviços pesados eu faço... é consertar uma cerca, derrubar um *pau de lenha, capar um porco... coisa de home*. [...] quando não tô na roça ajudo em casa, mas não gosto não... porque a *mistura* boa [refeições] quem sabe *fazê* é a *mulhé*. [...] agora na roça todo mundo ajuda... plantar, carpir, colher a roça, isso todo mundo faz (Entrevistado E esposo da entrevistada C; 2012. Grifo nosso).

Durante a entrevista focal, 15% dos vazanteiros afirmaram que em determinadas situações recorrem à contratação da mão de obra de terceiros para ajudar na lavoura. Geralmente isso ocorre quando há um aumento súbito do nível das águas do rio, que coloca em risco a lavoura em ponto de colheita, portanto, ter uma ou mais pessoas para ajudar amenizam os prejuízos.

É importante ressaltar que, mesmo aqueles que recebem o benefício da aposentadoria, que teoricamente serviria para suprir a perda da capacidade laborativa, continuam exercendo as atividades agrícolas ou domésticas e que essa renda acaba por ampliar o poder de compra da família e sua capacidade produtiva na contratação temporária de um trabalhador rural como diarista. Observações semelhantes são apontadas por Carvalho (2011) ao analisar a ocupação e renda de moradores de uma comunidade rural no Alto Médio São Francisco, onde a aposentadoria, ao

invés de representar o afastamento do trabalho, representa de fato, um “esticamento” da atividade produtiva.

Em continuidade ao conhecimento do perfil dos entrevistados, elaborou-se mais um bloco de questões relativas às características concernentes ao tipo de residência e posse do terreno na ilha (TAB. 4), destacando-se as variáveis, j) local de residência fixa; k) tempo de permanência na ilha; l) tempo de posse do terreno; m) aquisição e posse do terreno e n) tipo de moradia.

j) O local de residência fixa e k) tempo de permanência na ilha: Mais de 70% dos entrevistados residem em tempo integral na ilha do Jenipapo, e deixam esse lugar somente por ocasião de inundações, que ao longo do processo histórico de ocupação da ilha se mostrou variável, às vezes em maior ou menor intensidade, mas nunca inexistente. Os outros 30% relataram que moram nas barrancas do rio, em localidades próximas ou na cidade de Itacarambi. Os primeiros realizam um deslocamento diário entre as barrancas e a ilha, enquanto àqueles que têm residência na cidade, o movimento pendular ocorre semanalmente, ou seja, se deslocam para o urbano apenas nos finais de semana.

O entendimento do local de residência fixa possibilitou, dessa maneira, a compreensão das denominações locais utilizadas pela comunidade do Jenipapo, para se referir aos lugares onde frequentam ou deslocam-se sazonalmente, que, por sua vez, não se diferenciaram daquelas apontadas no trabalho de Oliveira (2005), sobre populações tradicionais e territorialidades no Norte de Minas, que identificou três principais unidades de paisagem que são manejadas pelos vazanteiros, a saber: o complexo Ilha, subdividida em: sangrador, baixão, vazante, lameiro e terras altas; o complexo Terra-firme, subdividida em: margem, barranco, lagoas criadeiras, cerrado ou caatinga; e por fim o complexo Rio, responsável por conectar as unidades da paisagem e propiciar as condições satisfatórias para a manutenção do sistema produtivo e agroalimentar formando uma unidade básica territorial para essas populações.

TABELA 4
Características concernentes ao tipo de residência e posse do terreno na ilha

(Variáveis)	(Informações sobre os entrevistados)				
Local de residência fixa	Ilha do Jenipapo	Itacarambi-MG	Morro Velho	Vila Florentina	Comunidade do Retiro
	23	03	04	02	01
Tempo de permanência na ilha	Tempo integral*		Apenas durante o dia		De 2ª a 6ª feira
	23		07		03
Tempo de posse do terreno na ilha	Menos de 10 anos	De 11 a 20 anos	De 21 a 30 anos	De 31 a 40 anos	Acima de 40 anos
	03	06	05	07	12
Como adquiriu a posse do terreno	Sucessão familiar	Apropriação do terreno		Compra	Outros
	07	05		19	02
Tipo de moradia	Taipa		Alvenaria	Taipa e alvenaria	
	18		11	04	

* Sujeito ao ciclo das águas do rio São Francisco

Fonte: Elaboração própria, a partir de dados da pesquisa.

l) O tempo de posse¹⁷ na ilha e m) Aquisição da posse na ilha: Sobre o tempo de ocupação da ilha os entrevistados apontaram que os moradores mais antigos (36%) chegaram ainda em meados do século passado, devido à expropriação territorial que sofreram nas áreas de mata – terra firme – devido à grilagem destas por novos fazendeiros. Sobre este processo de expropriação ocorrido no Alto-Médio São Francisco, Araújo (2009) enfatiza que:

Quando da comercialização das “terras de ausentes” nos anos 1960, após a liberação de recursos financeiros pela Superintendência de Desenvolvimento do Nordeste, inicia-se o cercamento das fazendas, tendo no seu interior diversas famílias com documentos do tempo da divisão que, porém nada valiam, pois não foram registrados em cartório. Essas glebas haviam sido adjudicadas pelos agrimensores ou seus descendentes em nome dos compradores que mesmo não sendo da região passaram a proprietários de grandes extensões de terra (ARAÚJO, 2009, p. 140 -141).

Essas áreas griladas representam principalmente as terras comunais¹⁸, localizadas na chamada terra firme. Para Oliveira (2005):

A modernização dos latifúndios no Vale do São Francisco, assim como em outras regiões do país, envolveu mudanças no padrão tecnológico de produção e nas relações de trabalho e posse da terra. Para os vazanteiros, além dos impactos ambientais, o impacto social decorrente desse processo consistiu na perda dos direitos de posse na “terra firme” e na consequente restrição do acesso aos recursos naturais do território tradicionalmente apropriado por eles (OLIVEIRA, 2005 p. 10).

Da mesma maneira, Brandão *et al.* (2012) apresenta alguns indicadores de *comunidades tradicionais*, que se configuram por meio de fatores de autoafirmação da sua existência através da “história de lutas e resistências atuais” moldadas pelas transformações do lugar e o seu deslocamento para outra áreas, como podem ser observados abaixo:

Não são poucas as comunidades tradicionais ao longo do São Francisco, delimitadas por estreitas faixas de terra entre o rio e áreas cercadas e envolvidas por fazendas ou áreas públicas. Esta é uma das razões pelas quais cada vez mais as ilhas são

¹⁷ Referimos a propriedade particular do vazanteiro como posses, pelo fato de não haver documentação oficial da terra registrada em cartório, uma vez que essas são áreas pertencentes à União. Os vazanteiros garantem suas posses por meio do recibo de compra e venda das mesmas ou por herança.

¹⁸ Para o termo “terras comunais” e seu processo de privatização ver Ribeiro (2010), Ribeiro & Galizoni (2007) e Dayrell (2000).

procuradas por populações ribeirinhas como praticamente o único lugar onde o plantio de pequenas roças de subsistência ainda é possível. Fora das ilhas, o que há na maior parte dos casos são sobras de pequenas áreas livres de terras pouco férteis a meio caminho entre a margem de um rio e uma longa cerca de arame (BRANDÃO et al. 2012, p. 18 e 19).

Contudo, é importante ressaltar que antes de se tornarem vazanteiros, as primeiras famílias que ocuparam a ilha do Jenipapo eram compostas por peões, lavradores, vaqueiros entre outros, e que, por meio da expropriação territorial se viram obrigados a se estabelecer nas várzeas que não pertenciam a terceiros, as chamadas “terras de ausentes” ou de uso comum, ocupadas em determinados lugares apenas no período de plantio, devido a seu alagamento. Com o passar dos anos, essas posses na ilha foram partilhadas em família, resultando num total de outros 36% dos entrevistados como oriundos dessa geração precursora de vazanteiros.

A partir dos anos de 1990 ocorreu um aumento considerável de novos posseiros (20%). Quando questionados sobre os motivos que levaram a essa migração mais intensa, eles alegaram que, a partir das novas leis de indenizações trabalhistas da constituição de 1988, patrões e fazendeiros expulsaram os posseiros e alguns empregados que há gerações residiam em suas terras e a ilha se tornou o local de refúgio para essa população como havia ocorrido no passado. As novas posses se deram por meio de compra e venda de terras, com registro de recibos em cartórios. Galizoni (2005, p. 128), ao estudar outras comunidades vazanteiras à montante do rio, salienta que, por se tratarem de terras comunais, o que ocorre de fato é a venda do “direito de uso definido pelo trabalho realizado sobre a terra e as benfeitorias que construíram”, visto que não há documentação da mesma.

Essas novas posses, após os anos 1990, ocorreram de maneira pacífica, uma vez que, com o processo de migração dos filhos das famílias pioneiras ao longo das décadas, não ocorreu a ocupação total da ilha e dessa maneira a possibilidade de fragmentação de novos terrenos.

n) Tipo de moradia: As moradias variam conforme a topografia e o tempo de permanência das famílias na ilha. Nas áreas onde a inundação da

ilha é um fato sazonal constante, as casas são construídas de armações de madeiras e barro socado, as chamadas taipas, conforme a (FIG.5).

Estas moradias foram construídas pelos próprios moradores, não havendo a necessidade de contratação de mão de obra especializada, tem um custo pequeno, uma vez que os materiais necessários para a construção são retirados do próprio local, geralmente possuem dois cômodos, um grande que comporta sala, quarto e cozinha e outro para guardar os produtos da lavoura, a chamada despensa e apresentam, às vezes, uma fossa seca do lado de fora da casa. Como a área onde estão fundadas está sujeita às inundações anuais, os vazanteiros optam por este tipo de casa, por serem mais baratas e de fácil reconstrução. Algumas delas possuem energia elétrica proveniente de placas solares fotovoltaicas, instalada pela Companhia Energética de Minas Gerais – CEMIG.



FIGURA 5: Casas de Taipa na Ilha do Jenipapo
Fonte: Pesquisa de campo, 2011.

Outro tipo de moradia existente na ilha é feita de alvenaria ou mista, com o modelo taipa. Comumente essas são as casas dos vazanteiros que residem na ilha em tempo integral ou estão localizadas nas áreas relativamente mais elevadas, onde as águas só chegam em ocasiões excepcionais de cheia do rio São Francisco, sendo a última verificada no ano de 2006.

Para a construção dessas casas é empregada a mão de obra terceirizada, devido à complexidade de algumas técnicas, elas possuem uma maior divisão de cômodos, como salas, quartos, cozinha, despensa, fossa seca do lado externo, energia elétrica oriunda de placas fotovoltaicas, ou através de gerador a diesel. A grande maioria não apresenta água encanada ou tratamento da mesma.

4.2 Unidade de análise I: Princípios agroecológicos dos vazanteiros da Ilha do Jenipapo

A ilha do Jenipapo apresenta algumas particularidades, que são condizentes a sua topografia, dimensão territorial e as influências sofridas pelas cheias e vazantes do rio. A inter-relação entre esses fatores propiciam condições ambientais específicas, e o resultado é que os vazanteiros aproveitam essas peculiaridades para realizarem suas práticas agrícolas. Uma das características marcantes na gênese desses ambientes é a presença ou ausência da água no interior ou nas margens da ilha devido a sua morfologia e à variação sazonal do nível das águas do São Francisco. A apropriação e uso dessas áreas/lugares, ora inundados, ora úmidos, ora secos, para a introdução de culturas agrícolas resultam, portanto, nos chamados agroambientes.

Oliveira (2005) utiliza o termo “ecossistemas São Franciscanos” para apresentar os locais de usos diversos dos vazanteiros, os quais são condicionados pelo ciclo cheia/vazante/seca. Serão utilizadas suas denominações, “terra firme” e “complexo ilha”, para nos referirmos às paisagens/territorialidades apresentadas. No entanto, ao se referir às práticas agrícolas a opção será pela segunda classe, uma vez que os vazanteiros da ilha do Jenipapo mantêm seus sistemas de plantio apenas neste local.

Nesta unidade de análise, foram levantados dados condizentes com o espaço geográfico e questões que visaram conhecer e analisar os princípios agroecológicos da ilha do Jenipapo. Dessas questões emergiram

os temas agrupados em categorias de análise e representados nos gráficos que ilustram a discussão.

Quando questionados sobre os locais utilizados para a produção agrícola, foram apresentadas pelos vazanteiros, três unidades paisagísticas (GRÁF. 1) que correspondem aos agroambientes, Lameiro, Baixão e Terra Alta, conforme discriminado na (FIG. 6).

O segmento “a-b” corresponde a um corte esquemático do comportamento do perfil topográfico escolhido aleatoriamente no complexo ilha onde podem ser observadas as três categorias de agroambientes presentes nesta área, que em conjunto formam o agrossistema vazanteiro. A variação da altitude é de aproximadamente cinco metros, entre o lameiro e os baixões e de sete metros para a terra alta, e se caracterizam da seguinte maneira:

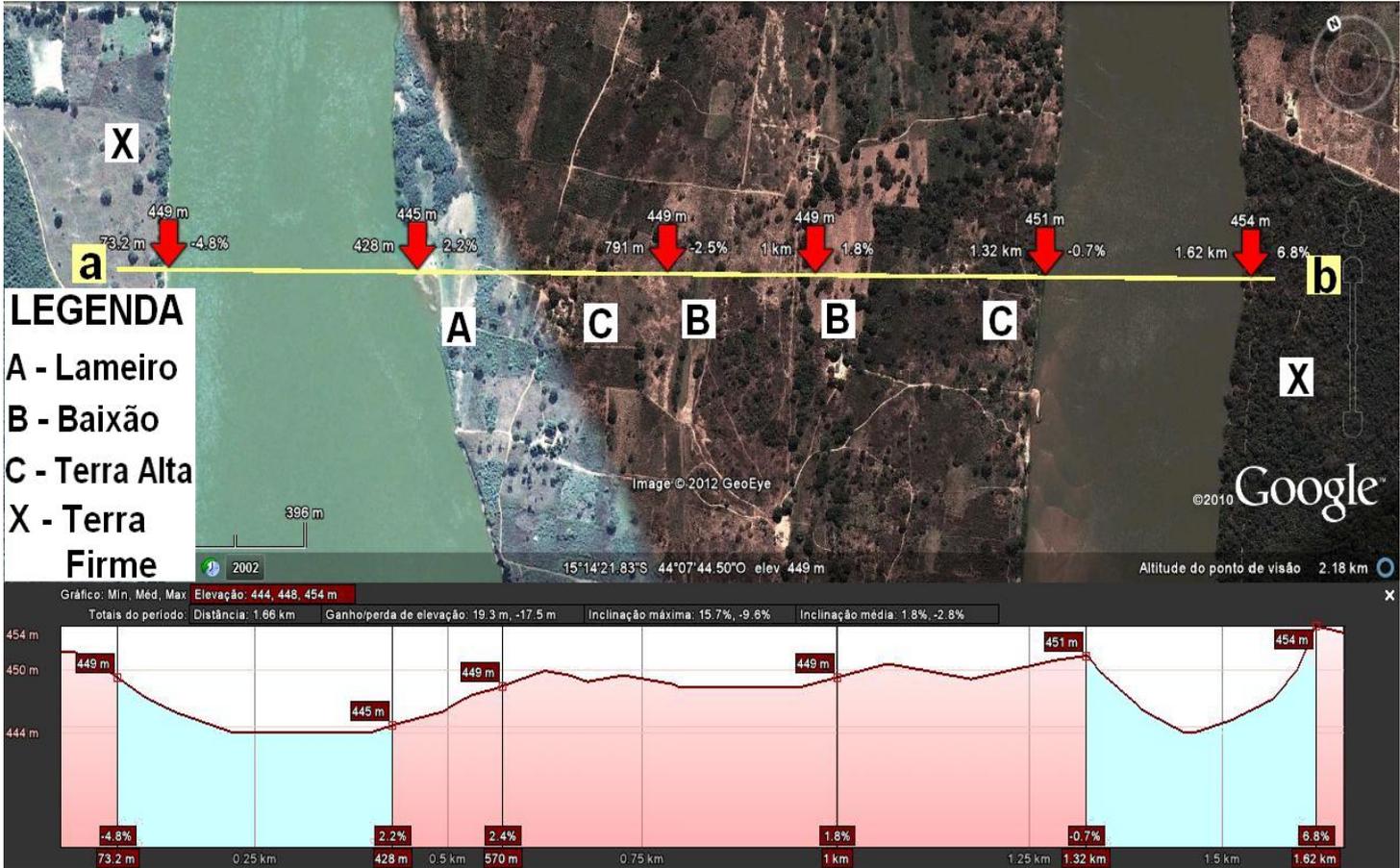


FIGURA 6: Perfil altimétrico e localização dos agroambientes da ilha do Jenipapo.

Fonte: Google Earth, adaptado pelo autor. Acesso em fevereiro de 2012.

O lameiro (FIG. 7): São as áreas marginais de boa fertilidade, com solos renovados a cada período de cheia, que ocorre entre os meses de novembro a fevereiro. Nele se planta em sistema de policultivo, consorciando as mais variadas espécies, abóboras, melancia, batata doce, quiabo, hortaliças, mas principalmente o feijão e o milho. O plantio no lameiro é realizado na medida em que vai diminuindo o nível das águas do rio, período conhecido como vazante que pode acontecer no início de dezembro e após o mês de fevereiro. Pela dificuldade de se prever a variação da amplitude do São Francisco durante a estação chuvosa, torna-se bastante comum a perda de lavouras neste agroambiente, devido a sua baixa topografia e frequente inundação.



FIGURA 7: Agroambiente lameiro, na ilha do Jenipapo. A: Vista panorâmica do lameiro; B e C: colheita e pré-limpeza do feijão no lameiro.
Fonte: Pesquisa de campo 2011

O Baixão (FIG. 8): São áreas relativamente deprimidas no interior da ilha, caracterizam-se por serem inundáveis periodicamente e no período da vazante formam pequenas lagoas, algumas inclusive perenes onde ocorre a reprodução de peixes. Neste agroambiente os vazanteiros plantam em forma de policultivo: o milho; variadas espécies de feijão, quiabo, amendoim,

pimenta, abóbora, melancia, hortaliças, batata doce e nos flancos formados próximos ao baixão plantam-se: cana-de-açúcar, banana, o feijão guandu, mandioca, milho entre outros. O plantio ocorre a partir do mês de outubro, para aproveitar as águas da chuva e após o período das cheias, que por sua vez fertiliza naturalmente o solo, através da incorporação de sedimentos trazidos pelas águas fluviais, podendo se prolongar por um período maior devido ao acúmulo das águas represadas no baixão.



FIGURA 8: Agroambiente baixão, com lagoa criadeira e plantio de feijão.
Fonte: Pesquisa de campo, 2012.

Terras Altas (FIG. 9): constituem as áreas mais elevadas da ilha, podem ser inundadas em cheias excepcionais, é o local onde se constrói a casa ou o rancho. Geralmente as espécies cultivadas são frutíferas perenes como: mangueira, cajazeira, goiabeira, amoreira, bananeira, laranjeira, jaqueira, limoeiro, além de mandioca e milho. Nesse local ficam instalados as benfeitorias como a casa, oficinas de farinha, chiqueiros, curral, paiol, criação de galinhas, hortas com diferentes espécies e ervas medicinais.



FIGURA 9: Agroambiente terra alta com diferentes culturas e criação de animais. A: Policultura (milho/feijão/abóbora/banana); B: Criação de galinhas; C: Criação de porcos/ sistema de mangueiro; D: ralador de mandioca da casa de farinha.

Fonte: Pesquisa de campo 2012

Fernandes *et al.* (2008), em estudos pedológicos realizados na ilha da Ressaca localizada aproximadamente a 45 km à jusante do rio em relação à ilha do Jenipapo, identificaram a existência dos mesmos agroambientes e suas utilizações pelos vazanteiros nas práticas agrícolas tradicionais que se mostraram adaptadas ao contexto ambiental, manejo e forma de uso dos solos, sendo eficientes e aptas apesar de sujeitas a alguns riscos. Os solos desses ambientes foram classificados, segundo o Sistema de Capacidade de

Uso das Terras¹⁹, sob risco de encharcamento e limitações climáticas muito sérias, devido aos períodos secos prolongados, porém mesmo com as limitações desses, os vazanteiros:

[...] conseguem produzir e garantir a sobrevivência de um grande número de pessoas em uma área relativamente pequena para os padrões da região semiárida norte mineira. Por meio da racionalização do uso das terras, de acordo com os ciclos de inundação e drenagem, da exploração distinta dos ambientes e camadas do solo, consegue-se cultivar durante quase todo o ano (FERNANDES et al., 2008, p. 10).

Em relação ao uso dos agroambientes (GRÁF. 1), 62% dos entrevistados relataram que utilizam para o plantio o baixão e a terra alta, o que se deve a questões topográficas e de localização de suas propriedades que não propiciam a formação do lameiro, como para as demais áreas.

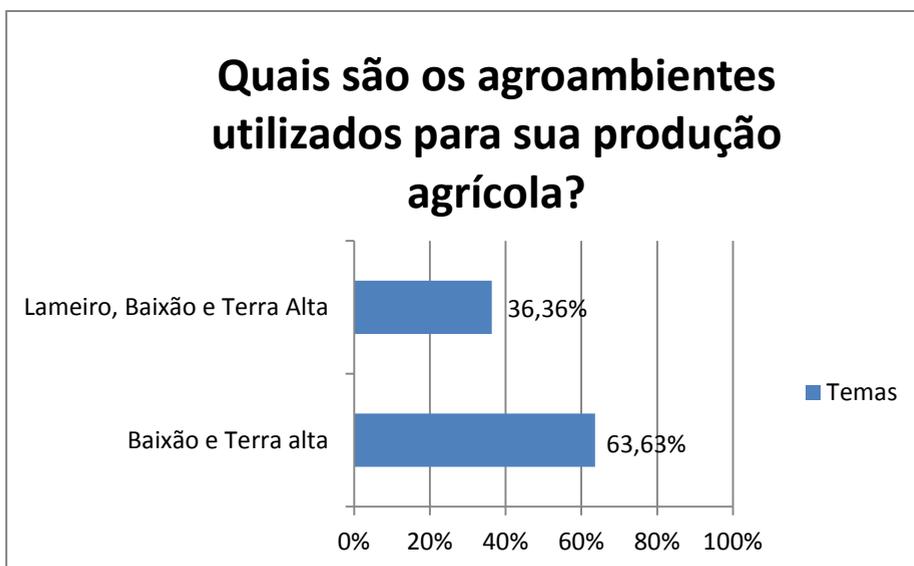


GRÁFICO 1: Categoria: Agroambientes da ilha.

Apesar da maioria dos vazanteiros não possuir o lameiro em suas propriedades, isso não implica na baixa produtividade de alimentos pelas famílias, pois a produção acaba sendo suplantada pelos demais

¹⁹ Os autores se basearam na metodologia proposta por Lepsch (1983); Bertolini; Bellinazzi Júnior (1994), para a classificação do solo.

agroambientais. Quanto à produção animal, esta se mostrou bastante rústica e com a finalidade de atender à demanda de proteína alimentar local. As galinhas são criadas à solta e os suínos confinados em chiqueiros, para engorda e reprodução, e em sistemas de mangueiros para crescimento, em áreas que variavam entre 100 e 500 m², há ainda uma pequena quantidade de bovinos cujo manejo ocorre nas áreas de pousio.

Outra característica significativa analisada foi aquela relacionada ao preparo da terra de plantio das culturas agrícolas. O levantamento destes dados possibilitou identificar as técnicas e instrumentos utilizados no manejo do solo bem como sinalizar os riscos e impactos que eles podem causar na terra de plantio (GRÁF. 2).

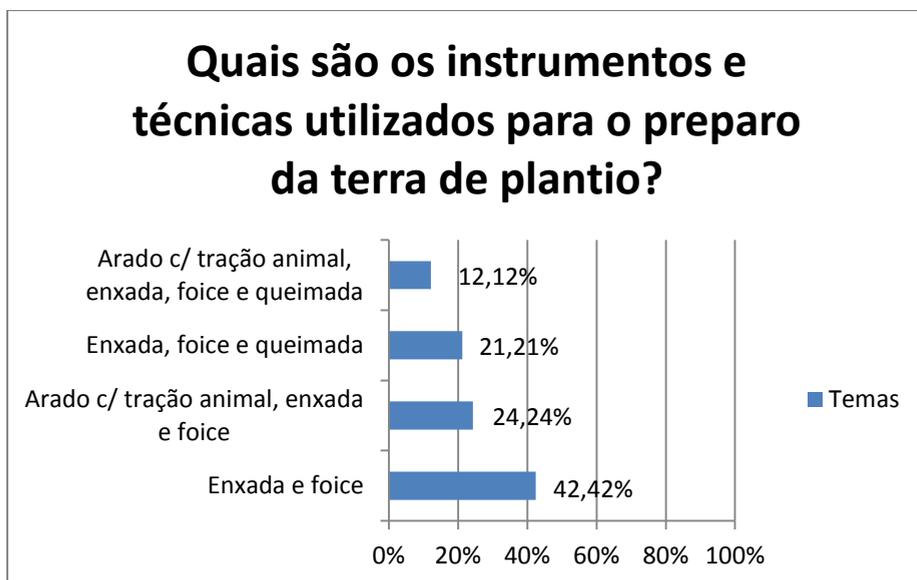


GRÁFICO 2: Categoria: Preparo da terra de cultura

Os instrumentos básicos utilizados na prática agrícola, para a maioria dos entrevistados, são de baixo impacto ambiental, rudimentares e tipicamente tradicionais, o que não favorece a compactação do solo, comum em áreas de agricultura convencional que usam máquinas e implementos agrícolas.

A enxada e a foice apresentaram-se como as principais ferramentas de trabalho dos vazanteiros. A sua utilização está associada ao baixo custo de aquisição, tradição histórica e por serem eficientes em pequenas áreas de plantio.

O uso do arado com tração animal é feito nos locais mais aplainadas como a terra alta e em partes do baixão, geralmente nos períodos que antecedem a estação chuvosa, facilitando o trabalho e maximizando a área de plantio. Essa técnica não é utilizada pelos demais vazanteiros, devido aos custos em manter o equino ou o muar sob cuidados ao longo do ano. Como observado na fala de um deles:

Nessa terra aqui tem muito suor, tá escrito nos calos das minhas mãos, é muitos anos de enxada e foice... desde que eu entendo por gente é assim, cresci assim. Antes eu riscava a terra com uma mula... mula boa que eu tinha! Mas o rio vem e leva a cerca e fica difícil manter o animal solto ou cabrestado [deixar o animal amarrado por uma corda] por ai (Entrevistado E; 2012. Grifo nosso).

Pode-se observar que aproximadamente um terço dos entrevistados pratica a queimada no preparo da terra. Detalharam o processo como sendo simples e prático, com o objetivo de limpar a área de plantio com maior rapidez e eficácia, influenciando, na diminuição de insetos, pragas e na melhoria da sua fertilidade, como afirma um dos vazanteiros entrevistados:

Primeiro eu corto o mato mais alto, junto os galhos fazendo uma coivara e atijo o fogo, mas é um fogo muito rápido, no lugar que fica a cinza eu planto abóbora e se você vier na minha roça vai ver que onde eu fiz a coivara dá a melhor abóbora. No ano que não queimo o mato as pragas tomam conta da roça... (Entrevistado D; 2012).

As práticas de queimadas contrariam alguns princípios da agroecologia, que conforme Altieri (1998, p. 23) “a produção sustentável em um agrossistema deriva do equilíbrio entre plantas, solos, nutrientes, luz solar unidade e outros organismos coexistentes”. O fogo pode causar danos e desequilíbrios ao solo como a: diminuição das espécies nativas, menor retenção de água, entre outros como observados por Jacques (2003), Maia (2003) e Nunes, et al. (2009) que afirmam que esses fatores se tornam um problema para a manutenção de um solo estável e rico em micro-organismos.

Posey (1987), em contrapartida, estudando a utilização do fogo por grupos indígenas brasileiros em áreas de cerrado e capoeiras, demonstra o cuidado extremo da manipulação dessa técnica por esses povos e o equilíbrio nos ambientes utilizados. Em estudos anteriores, de mesma perspectiva, Dorst (1973) aponta o uso racional da queimada como prática não danosa a determinados ecossistemas africanos.

Gliessman (2001) argumenta que a prática de uso do fogo é muito comum e que o agroecossistema com história mais longa dessa prática é a agricultura itinerante ou de roçado, e que numa perspectiva agroecológica ele pode ser considerado bom ou ruim, dependendo da intensidade e frequência, ou de forma cuidadosa ou descuidadamente, o autor ainda acrescenta que:

Sistemas de agricultura de roçado geralmente são considerados capazes de sustentar níveis de população relativamente baixos. Quando esses sistemas são bem manejados, a maior parte do carbono e do nitrogênio do solo permanece intacta e viva, a superfície do solo é protegida por alguma forma de cobertura vegetal de biomassa, e mesmo as micorrizas do solo sobrevivem. Como resultado, a perda de nutrientes e a erosão do solo são minimizadas, tornando o sistema sustentável (GLIESSMAN, 2001, p. 282).

Ribeiro e Galizoni (2007), ao analisarem a privatização de terras comunais em regiões distintas do estado de Minas Gerais, e Ribeiro (2010), caracterizando técnicas de plantio no rio dos Cochos, observam que a queimada é uma prática cotidiana, para lavradores de diferentes ecossistemas mineiros, variando conforme a necessidade e a finalidade de seu uso.

Além de facilitar a limpeza do ambiente e eliminar pragas, os vazanteiros ainda observaram e aprenderam, empiricamente, ao longo dos anos e da tradição repassada de uma geração a outra, que nas áreas onde ocorre a queimada por meio de coivaras, há um maior desenvolvimento de algumas espécies de culturas agrícolas. Isso se explica pelo fato da queima da vegetação propiciar um aumento da disponibilidade de nutrientes no solo como N, P, K, Ca e Mg, mineralizados logo após a passagem do fogo, e como as plantas absorvem, por excelência, nutrientes mineralizados, é

natural que elas cresçam mais rapidamente nas áreas queimadas (RHEINHEIMER *et al.* 2003).

Como a fertilidade dos solos dos agroecossistemas de vazantes são determinadas pela sedimentação incorporada pelo rio durante a cheia, há uma renovação sazonal e constante de nutrientes nos solos, em especial nos agroambientes lameiro e baixão e em menor frequência nas terras altas, portanto, a queimada, de fogo rápido, praticada nestes locais, tem um impacto pouco danoso ou mesmo inexistente para as terras de plantio.

Para compreender os processos de cultivos desenvolvidos no agrossistema ilha, bem como nos seus agroambientes, os entrevistados apresentaram as práticas ou sistemas conforme o Gráfico 3.

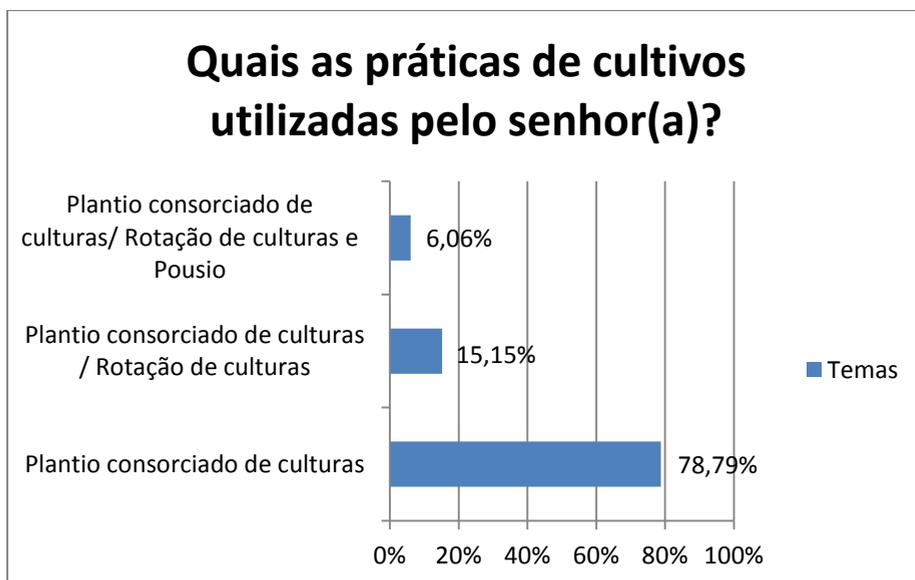


GRÁFICO 3: Categoria: Processo de cultivo

Essa categoria de análise permitiu avaliar como os vazanteiros aproveitam a heterogeneidade espacial para a produção agrícola. Gliessman (2001) salienta que:

Encontrar maneiras de tirar vantagem da heterogeneidade espacial das condições, pelo ajuste de tipos de cultivos e arranjos, é, com frequência, mais eficiente ecologicamente do que tentar forçar a homogeneidade ou ignorar a heterogeneidade. [...] devido à

dificuldade de criar condições absolutamente uniformes em áreas de cultivo, especialmente em agroecossistemas tradicionais de pequena escala ou mesmo limitados, os produtores geralmente cultivam múltiplas espécies ou numa mescla de culturas, avaliando que uma combinação diversificada, com uma ampla faixa de adaptações, se dará melhor em um ambiente variável (GLIESSMAN, 2001, p. 334).

As práticas agrícolas tradicionais existentes na ilha foram desenvolvidas ao longo de gerações para se adaptarem às condições ambientais adversas, de inundação ou seca. A superação dessas limitações se dá por meio da concentração de alguns processos e princípios, como a continuidade e diversidade espacial e temporal; uso ótimo de espaços e dos recursos; reciclagem de nutrientes; controle da sucessão e proteção dos cultivos; disponibilização de nitrogênio; diminuição de pragas e doenças e garantia com perdas de produção, que por sua vez se enquadram como sustentáveis e agroecológicas (ALTIERI, 2002).

A continuidade e diversidade espacial e temporal estão relacionadas ao cultivo de múltiplas culturas que asseguram uma produção constante de alimentos bem como a cobertura dos solos.

Na terra alta, foi observado que há uma maior preocupação dos vazanteiros na proteção do solo ou com a sua fertilidade em relação ao lameiro e o baixão, uma vez que, nestes a fertilização ocorre naturalmente a cada ciclo de cheia do rio, e o mesmo não acontece com tamanha regularidade para o primeiro. Por esse motivo, notou-se a utilização de práticas específicas para a terra alta, como o rotacionamento de cultura e o pousio, devido à suas especificidades ecológicas quanto ao melhoramento das características físicas, químicas e biológicas do solo, propiciadas pelo acúmulo de matéria orgânica, transporte de nutrientes das camadas mais profundas do solo para a superfície, aumento da umidade e proteção quanto à radiação solar (ALTIERI, 2002; GLIESSMAN, 2001; PEIXOTO, 2005; ESPÍNDOLA et al. 2005).

A rotação de culturas geralmente é feita entre cereais e leguminosas, no entanto, mesmo com essa prática, é comum a utilização de sementes ou mudas de variedades diferentes, para minimização dos riscos de se perder a lavoura por completo. Exemplos disso são os diversos tipos, sabores, cores e

tamanhos de mandiocas, milho, feijão, amendoim, entre outros, que apresentam ciclos de desenvolvimentos diferentes e são plantados no mesmo agroambiente.

O pousio é realizado pela minoria dos vazanteiros, devido às limitações geográficas de suas propriedades, quando ele é feito deixa-se a terra descansar por dois ou três anos e neste intervalo aproveita-se o local para o pastejo de animais.

Todos os entrevistados fazem uso do plantio consorciado de culturas e as vantagens desta prática estão relacionadas à otimização dos espaços e dos recursos, conforme Altieri (2002):

A associação de plantas com diferentes hábitos de crescimento, grau de sombreamento e estruturas radiculares, permite um melhor uso dos recursos ambientais, tais como nutrientes, água e radiação solar. A combinação de cultivos permite utilizar ao máximo os recursos ambientais (ALTIERI, 2002, p. 181).

O consórcio entre culturas promove maior abastecimento e diversidade de alimentos, garantindo uma dieta mais rica e nutritiva, para a população local. Ela é realizada, sobretudo no lameiro e no baixão, onde há o aproveitamento de cada espaço entre plantas para se introduzir uma cultura diferente (FIG. 10). Discorrendo sobre policultivos, Altieri (2002) salienta que:

O policultivo é uma estratégia tradicional que promove uma dieta diversificada, estabilidade de produção, redução dos riscos, diminuição da incidência de insetos e doenças, eficiência no uso da [mão de obra], intensificação da produção com recursos limitados e o aumento da rentabilidade com baixos níveis de tecnologia (ALTIERI, 2002, p. 184).

Entre as espécies consorciadas na ilha do Jenipapo, destacam-se o consórcio do milho e feijão, este último promove a fixação de nitrogênio que é absorvido pelos cereais, proporcionando maior desenvolvimento dos mesmos.

Outras vantagens dos policultivos dizem respeito a uma maior produção de alimentos por unidade área; maior estabilidade de rendimento, caso alguma das culturas venham a falhar ou tiver o desenvolvimento prejudicado; menor incidência de pragas, doenças e plantas daninhas, devido às condições microclimáticas que são desfavoráveis, ao desenvolvimento e

entrada de insetos ou doenças, bem como o crescimento das plantas daninhas e ainda maior controle de erosão devido à diminuição do escoamento superficial. Muitas vezes a produção pode se apresentar menor do que na monocultura, porém isso ocorre devido a menor densidade de plantas por área e pela competição entre espécies. Resultados semelhantes a esses foram apontados por Pereira Filho (1997).

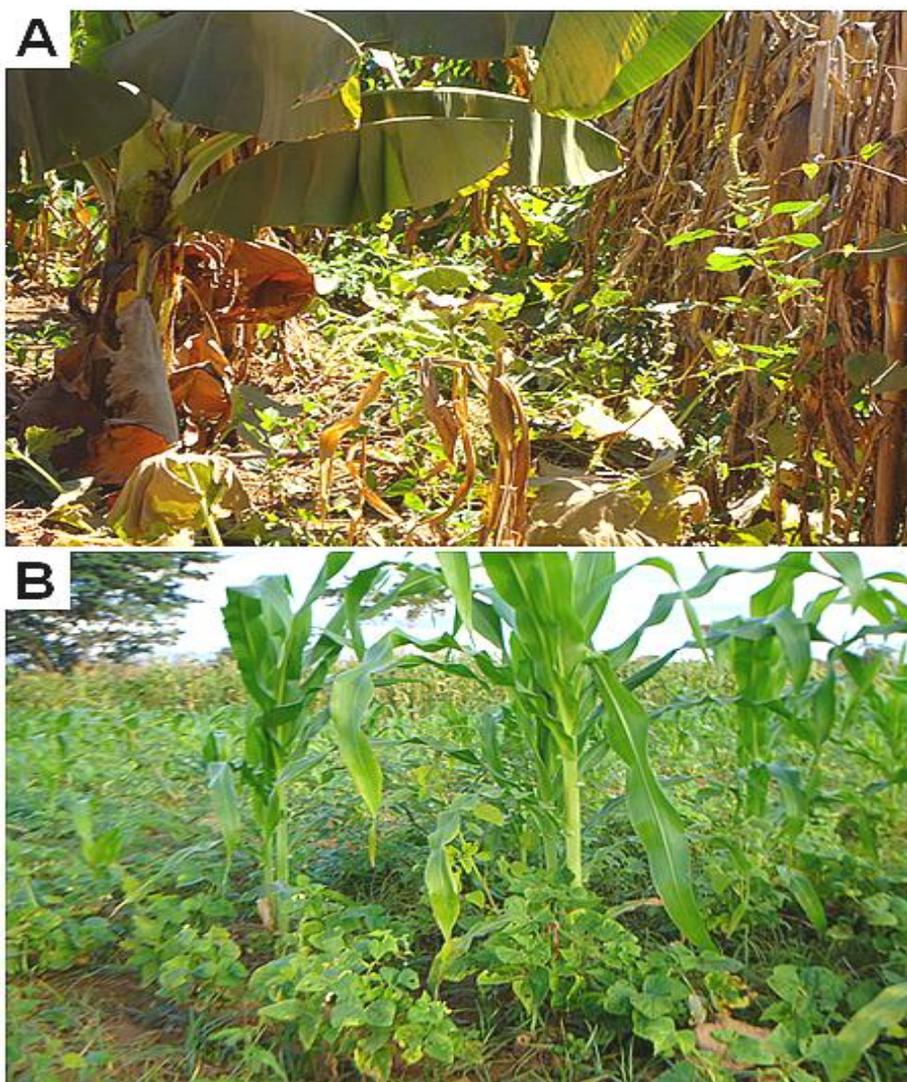


FIGURA 10: Consórcio de culturas na Ilha do Jenipapo (A: banana, abóbora, feijão de corda e milho - B: feijão e milho).
Fonte: Pesquisa de campo, 2011/2012.

Gliessman (2001, p. 429 - 431) pesquisando sobre policultivos de milho-feijão-moranga, realizados no México e América Central, por populações locais com técnicas de manejo tradicional, verificou que esse cultivo consorciado conduz a “modificações no *habitat* e relacionamentos mutualísticos benéficos às três espécies” e que o rendimento do milho nesses moldes é superior ao da monocultura. Os demais cultivos apresentam uma redução significativa de produção, no entanto, acabam, juntos, tendo um total de rendimentos superior aos cultivos de uma única espécie. Salienta, ainda, que a moranga “ajuda a controlar as ervas adventícias”, bloqueando a luz solar e impedindo o crescimento de ervas, “enquanto produtos lixiviados pelas chuvas que lavam as folhas contém compostos alelopáticos que as inibem” e que “os insetos herbívoros ficam em desvantagem” nesse sistema, pois há uma desconcentração das fontes de alimentos tornando-as mais difíceis de serem encontradas.

De maneira semelhante, um dos vazanteiros da comunidade apontou os benefícios da prática policultiva realizada na ilha do Jenipapo:

Na minha roça eu planto de tudo um pouco. Planto milho, feijão, abóbora... e produz que é uma maravilha, é uma planta ajudando a outra [...] mas a abóbora a gente planta por último senão ela abafa tudo e o milho e o feijão não nasce (Entrevistado D; 2012).

Além das vantagens produtivas do plantio em consórcio, a escolha das espécies que integram o sistema está relacionada à pauta alimentar tradicional da população local.

Quanto ao manejo das lavouras, os vazanteiros informaram que ele é realizado por meio da capina retirando as ervas daninhas, mas de forma que permaneçam algumas, principalmente aquelas que não causarão danos à lavoura, mas que servirão de *habitat* para predadores de possíveis pragas que possam acometer as culturas. Altieri (2002) chama essa técnica de “capina seletiva”, na qual algumas plantas espontâneas são deixadas em associação às culturas, para servir de abrigo e por apresentar qualidades medicinais. Estudando comportamentos de agricultores tradicionais no México, Chacon & Gliessman (1982) fazem observações similares sobre essa capina “relaxada”, onde a população local, conhecedora de mais de 21

plantas em suas plantações de milho, classificam-nas como “*mal monte*” as ervas ruins e “*buen monte*” as ervas boas que servem de alimento, remédio ou usadas em cerimônias religiosas.

A prática do policultivo, por si só, já dificulta a proliferação de pragas, pois a diversificação conduz a modificações positivas nas condições abióticas e age como atrativa para populações de artrópodes benéficos, além de outros animais (GLIESSMAN, 2001). No entanto, as culturas ainda estão susceptíveis ao ataque ou invasão de pragas, e para entender como elas são controladas pelos vazanteiros, foi perguntado aos mesmos como é realizado o manejo da lavoura no tocante ao controle de invasores, e foram apresentadas algumas técnicas, conforme o Gráfico 4.

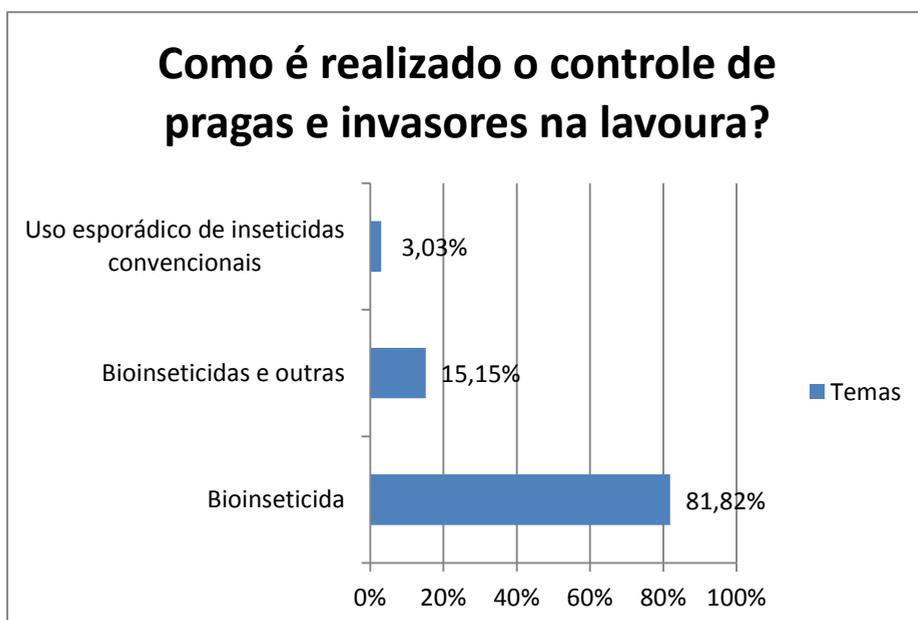


GRÁFICO 4: Categoria: Manejo da lavoura

A maior parte dos entrevistados afirmou que utilizam bioinseticidas naturais para repelir e controlar a proliferação de pragas, entre eles destacam-se o uso da “*dicuada*” ou “*decoada*”, para eliminar insetos. Ribeiro

(2010) mencionou o uso dessa técnica pela comunidade do rio dos Cochos que, conforme relato dos moradores, a decoada:

(...) é o seguinte: é o que sai da queimada, o produto da cinza; é o adubo da terra. Chove aquele caldo que sai da cinza passa ali, entra na terra: já é a decoada (RIBEIRO, 2010, p.165).

Para os vazanteiros da Ilha do Jenipapo, essa técnica se mostrou um pouco diferente, pois, consiste num elaborado processo de obtenção do carbonato de potássio, a partir das cinzas de madeira oriundas do fogão a lenha, que pode ser usado na fabricação de sabão e como bioinseticida na lavoura.

Outras técnicas utilizadas pelos vazanteiros para o controle das pragas são alguns métodos alternativos de conhecimento popular como a solução feita a partir da “urina da vaca” com folhas de tabaco e a manipueira²⁰ que são pulverizadas sobre a plantação. Gonzaga *et al.* (2009) afirmam que o extrato de manipueira e a “urina de vaca” são eficientes no controle de insetos pragas, podendo ser utilizados para controlar pequenos surtos em plantações. No entanto, no estudo desses autores, não foi feita uma abordagem sobre o efeito residual e o tempo de carência da manipueira nos vegetais para afirmar com segurança a sua recomendação como controle de pragas.

Sobre o controle de pragas e adubação do solo na agroecologia, Altieri (1998) informa que:

Ocasionalmente, os agricultores que empregam métodos alternativos podem ter de aplicar medidas mais drásticas (isto é, inseticidas botânicos, fertilizantes alternativos) para controlar pragas específicas ou deficiências do solo. A agroecologia engloba orientações de como fazer isso cuidadosamente sem provocar danos desnecessários ou irreparáveis (ALTIERI, 1998, p. 24).

Outras práticas utilizadas na ilha para controlar as pragas são de natureza mecânica, como a utilização de garrafas Politereflato de etileno - PET, que apresentam pequenas aberturas laterais e preenchidas até certo nível com melado de cana de açúcar para aprisionar insetos em seu interior, bem como o uso de espantalhos para afugentar pássaros e a técnica da

²⁰ Líquido obtido a partir da produção de farinha de mandioca (*Manihot esculenta*).

“dobragem” do caule do milho (FIG. 11) com a finalidade de proteger/esconder as espigas de milho dos periquitos, que apesar de não serem considerados pragas, são causadores de enormes prejuízos na lavoura.



FIGURA 11: Dobra do caule do milho para prevenir o ataque de periquitos.
Fonte: Pesquisa de campo, 2012.

Um dos agricultores entrevistados afirmou que utilizou agroquímico²¹ na lavoura de feijão na safra 2009-2010, na qual ele a havia plantado em forma de monocultura, e a infestação de pragas se apresentou com maior intensidade, sendo necessário recorrer a essa prática por obter resultados mais rápidos do que o tradicional controle por bioinseticidas. Afirmou ainda que na safra 2011-2012 não houve a necessidade do uso dos agroquímicos, pois com a ampliação da lavoura na sua forma policultiva ocorreu naturalmente uma diminuição da incidência de pragas e quando necessário fez-se o uso de técnicas alternativas para o controle das mesmas.

Quando questionados quanto ao uso dos agroquímicos nas lavouras no passado, uma vez que estes contrariam radicalmente os princípios da agroecologia, foi identificado que a introdução desta prática insustentável ocorreu na ilha a partir da década de 1980 e o motivo da sua utilização por alguns dos vazanteiros foi devido à facilidade da sua aquisição nos centros urbanos, nas casas de venda de produtos agropecuários; ao rápido resultado obtido no combate aos invasores e por não parecer ser ofensivo a saúde, aliado ainda à falta de conhecimento de novas técnicas alternativas.

Foi notória durante a fala dos vazanteiros a diferenciação daqueles que já usaram agroquímicos para os que nunca fizeram uso dos mesmos. Os pioneiros que chegaram à ilha em meados do século passado sempre teceram uma relação mais harmoniosa com o meio ambiente, o conhecimento agrícola tradicional foi adaptado às condições adversas da ilha e repassado para as gerações futuras. Porém, no entremeio desta história “surge” uma promessa de melhoria de vida, ampliação da colheita e diminuição das pragas, através do uso dos agroquímicos. Estes foram incorporados rapidamente na prática agrícola da população local, sobretudo, daqueles mais jovens, e em especial os que migravam sazonalmente para trabalhar na agricultura convencional em outras regiões do estado.

²¹ O agricultor informou que usou agroquímico de nome comercial Malagran. O seu princípio ativo Malation (0,0-dimetil S1-2-di (etoxicarbonil) etilfosfoditioato) é um inseticida tóxico pertencente à classe dos organofosforados (MELO et al, 1985).

A prática se tornou comum, o uso de agroquímicos foi disseminado e acompanhado de um pacote completo de insumos, conforme a fala de um vazanteiro, morador na ilha:

Bastava a gente ir até a cidade que sempre eles [comerciantes] ofereciam os venenos pra matar o mato, as lagartas e a vaquinha [*Diabrotica speciosa* e *Ceratomyxa arcuata*] que dá no feijão... no começo era *bão*, a roça rendia que era uma maravilha, mas com o tempo a gente precisava cada vez mais... e todo dia aparecia um veneno novo e mais bicho também... e cada vez mais caro (Entrevistado F, 2012. Grifo nosso).

A disseminação dessa lógica convencional no Norte de Minas foi financiada pela SUDENE, que atuou como a entidade responsável por introduzir e difundir a Revolução Verde e seus objetivos modernizantes na região, voltada para os grandes projetos, monoculturas e latifúndios, que contrapunha às práticas de cultivo e ao modo de vida dos povos do lugar (BARBOSA; FEITOSA, 2005; CAMENIETZKI, 2011).

O incentivo ao uso desses insumos partiu também das grandes empresas, geralmente multinacionais, muitas vezes financiadoras de órgãos de extensão rural como foi no caso a extinta Associação de Crédito e Assistência Rural – ACAR, que no final dos anos 1970 se transforma na Empresa Técnica e Extensão Rural – EMATER. Com a crise iniciada na década seguinte e a diminuição dos recursos financeiros destinados a essa empresa, ocorre uma mudança em relação ao público atendido. A assistência técnica se volta para os pequenos e médios produtores e produção de alimentos básicos, enquanto a responsabilidade de assistir os grandes produtores foi destinada às empresas de assistência técnica privada.

Essas mudanças promoveram ao longo dos anos, sobretudo na virada do século, uma postura diferente da EMATER com relação à agricultura praticada pelos pequenos produtores, cada vez mais voltada à sustentabilidade e com incentivo ao desuso de produtos agressivos e ecologicamente insustentáveis para a agricultura familiar.

Outras ações que também tiveram uma importante contribuição na sensibilização das comunidades locais sobre a agroecologia foi o “Projeto Pé

na Caminhada”, desenvolvido pela Escola Agrotécnica Federal de Januária²² a partir de 1993, Escobar (2000) salienta que:

O projeto Pé na Caminhada não era isolado dentro dos limites da escola, sua existência caracterizava a instituição como plenamente inserida na comunidade regional. Para tanto, contava com a parceria da Diocese de Januária [...] com o CIMI - Conselho Indigenista Missionário, órgão não governamental ligado à CNBB – Conferência Nacional dos Bispos do Brasil [...]. O CAA – Centro de Agricultura Alternativa do Norte de Minas Gerais que prestava apoio técnico na formação dos seus integrantes, no que se refere à agroecologia e metodologia de intervenção em comunidades rurais de pequenos produtores [...] (ESCOBAR, 2000, p. 202).

Entre as comunidades que foram atendidas pelo projeto, pode-se apontar as comunidades vazanteiras localizadas no município de Januária-MG, Maria da Cruz-MG e Itacarambi-MG; Assentados da Reforma Agrária na fazenda Picos, próximo ao distrito de Pandeiros no município de Januária-MG e a Reserva Indígena Xakriabá no município de São João das Missões. Entre os objetivos do projeto destacam-se: o desenvolvimento de práticas agrícolas sustentáveis, de baixo custo, alta qualidade e mínimo impacto ambiental; promoção de uma educação alimentar e programas de saúde recuperando as práticas medicinais e alimentares, descaracterizadas pelo avanço do consumo; resgate das diversas manifestações culturais das comunidades, firmando sua organização e sua identidade cultural (ESCOBAR, 2000, 2012).

Os reflexos dessas ações repercutiram em mudanças de posturas nas comunidades envolvidas direta e indiretamente, os vazanteiros da ilha do Jenipapo, por exemplo, que faziam uso de insumos industrializados, foram abandonando aos poucos essa prática e retomando o modo de produção tradicional sustentável, ainda praticado na ilha pelos pioneiros, mas preenchido de um novo significado, agora incorporado pelo movimento, ensino e prática agroecológica. Outra contribuição importante foi a sensibilização da comunidade vazanteira para a (re)construção dos saberes tradicionais, bem como a difusão de técnicas e conhecimentos agroecológicos, realizada por meio de oficinas práticas (FIG. 12)

²² A partir de 2002 a instituição passou a ser chamada de Centro Federal de Educação e Tecnologia – CEFET e em dezembro de 2009 se transformou no Instituto Federal de Educação Ciência e Tecnologia do Norte de Minas Gerais – IFNMG.

desenvolvidas no setor de agroecologia do IFNMG, campus Januária no decorrer do ano de 2011.



FIGURA 12: Atividade de extensão: Agroecologia vazanteira - (Re)construindo saberes. Foto A: Palestra sobre os malefícios do uso de agrotóxicos; B: Preparo de biofertilizante com “água e estrume de bovino”. Fonte: Arquivo do autor do trabalho.

Outra categoria analisada diz respeito à estocagem e armazenamento da produção. Por não terem acesso à energia elétrica suficiente para o funcionamento de um refrigerador, os alimentos são estocados de forma rústica, mas eficiente, mantendo as suas qualidades para o consumo, conforme apresentado no (GRÁF. 5).

Foi apontado que os alimentos destinados ao consumo humano são armazenados em diversos recipientes, e estocados na chamada despensa, que é um pequeno quarto com pouca iluminação, destinado exclusivamente à conservação e armazenamento dos alimentos. Geralmente tem-se o cuidado de utilizar madeiras de cedro (*Cedrela odorata L.*) nas prateleiras para minimizar o ataque de determinados insetos, como os carunchos. Utilizam-se também folhas de tabaco e o pó de café para repelir pragas indesejáveis, mas quando essas técnicas ainda não se mostram eficazes e os grãos são atacados por insetos, esses são deixados ao sol, a fim de expulsar os invasores devido ao excesso de calor e luminosidade.

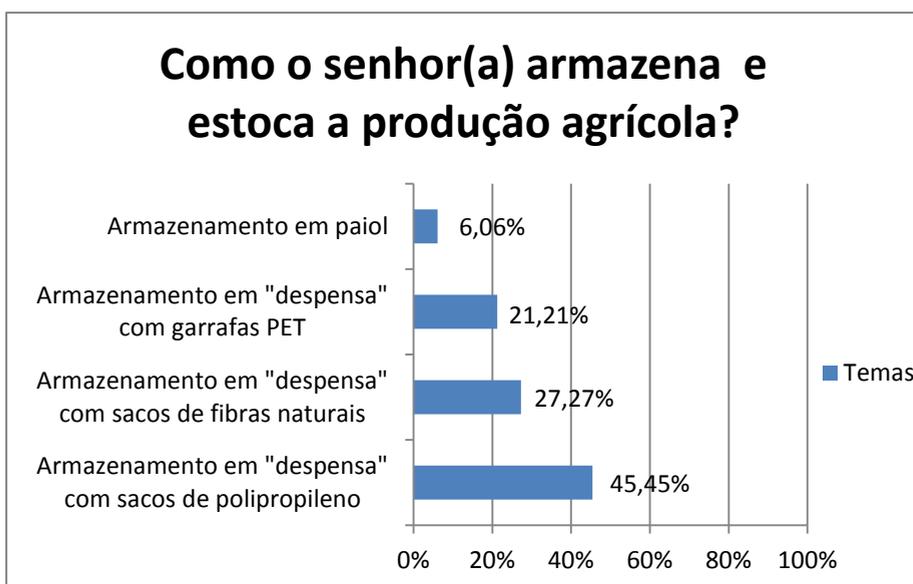


GRÁFICO 5: Categoria: Estocagem e armazenamento da produção

A maioria dos vazanteiros utiliza sacos de polipropileno e de fibras naturais para guardar os grãos e a farinha, sendo que os primeiros recipientes são mais comuns devido à sua facilidade de aquisição (FIG. 13).



FIGURA 13: Armazenamento de feijão e farinha de mandioca em sacos de polipropileno.

Fonte: Pesquisa de campo 2012.

O uso das garrafas PET's (FIG. 14) se mostrou como um meio muito eficiente para o armazenamento dos grãos que são selecionados e colocados nesses recipientes, ficando livres dos ataques de pragas e insetos, sendo uma excelente forma de manutenção da qualidade das sementes crioulas utilizadas nas lavouras. Antes do uso das PET's, os vazanteiros misturavam as sementes com cinzas para conservação de suas propriedades, no entanto ocorriam algumas perdas, principalmente devido ao excesso de umidade nos períodos chuvosos e de inundação.



FIGURA 14: Armazenamento de sementes de feijão para plantio.

Fonte: Pesquisa de campo 2011.

É comum a troca de sementes entre os vazanteiros. Algumas são separadas inclusive pela precocidade, plantadas, sobretudo nas primeiras chuvas no mês de outubro/novembro, pois precisam se desenvolver rapidamente antes da inundação da ilha, e outras mais robustas, adaptadas a regimes hídricos deficitários ou ainda em conformidade com as especificidades dos agroambientes explorados. Gliessman (2001) enfatiza que:

[...] em agroambientes é, vital compreender quais fatores neste ambiente – por sua condição ou nível num momento dado – podem estar limitando um organismo, e conhecer que níveis de determinados fatores são necessários para um ótimo desempenho (GLIESSMAN, 2001, p. 330).

Portanto, prever se o período será propenso ao plantio de determinada espécie pode resultar numa colheita satisfatória ou em prejuízos. São comuns as observações empíricas dos vazanteiros pelos chamados “sinais da natureza”, como a floração de determinadas espécies que indicam o início do período chuvoso ou o escurecimento/clareamento das águas do rio que sinalizam a cheia e a vazão. Araújo (2009) faz observações semelhantes em relação a comunidades vazanteiras no Alto Médio São Francisco e suas convivências com o rio:

A mexida na vazante e a lida diária com o rio, fonte de água e alimento coloca os homens e mulheres, jovens e crianças em contato com a natureza e suas dinâmicas. Estes aprendem na convivência cotidiana a acompanhar o subir e baixar das águas, e sabem que mudanças na sua cor são indicativos importantes, que ajudam a marcar o tempo das cheias e das chuvas, e neste sentido orienta diferentes plantios e a pesca (ARAÚJO, 2009, p. 45).

Da mesma maneira, Fernandes et al. (2008) reconhecem que os vazanteiros da mesma ilha no Alto Médio São Francisco:

[...] percebem diferenças entre a parte elevada e a depressão da baixa, entre as camadas de barro e areia. Nesse ambiente a camada superficial da baixa é removida e o plantio é realizado na camada subsuperficial (FFERNANDES, et al. 2008, p 11).

Dentro da complexidade de características existentes nos agroambientes, sejam elas pedológicas, conforme a quantidade de argila ou areia, ou hídrica, dependendo da umidade ou a falta dela, os vazanteiros utilizam os seus saberes tradicionais para escolher o melhor lugar para depositar suas sementes e o resultado é uma lavoura em forma de mosaico, com cores e tamanhos variados. Para os céticos uma desordem; contudo, em outra perspectiva, uma demonstração de conhecimento aprofundado dos agroambientes que são manejados como demonstrado na fala do vazanteiro:

Na minha roça eu planto é pelo barulho da enxada... vou abrindo a cova e do jeito que a enxada chiar eu sei qual semente botar. Não tem erro, só perco a roça pro rio, quando ele resolve levar aí não tem jeito (Entrevistado D, concedido ao autor em jan/2012).

Em relação aos alimentos mais perecíveis, eles são consumidos mais rapidamente ou ainda beneficiados para ampliar sua durabilidade como é o

caso da mandioca, que é processada e transformada em farinha, do milho, que é consumido durante a sua fase de maturação, e a parcela da produção que não é utilizada fica na lavoura até a perda completa da umidade, sendo uma parte destinada à alimentação humana, processada em forma de fubá e a outra para alimentação animal, que fica armazenada no paiol. Os alimentos de origem animal são salgados ou guardados em recipientes de metal (latas) preenchidos de banha (gordura animal) como é o caso da carne suína, podendo ser conservados por muitos meses.



FIGURA 15: Produção e colheita de milho da ilha do Jenipapo.
Fonte: Pesquisa de campo; 2012.

Como as condições naturais da ilha favorecem a colheita de duas ou três safras por ano de uma diversidade de alimentos, o armazenamento do produto se mostrou mais voltado às garantias e reservas para o sustento familiar em momentos adversos do que para outros fins como o comercial. A partir dessa observação, fez-se necessário compreender o destino da produção agrícola, apontado no Gráfico 6.

Foi unânime a afirmação que a produção agrícola é destinada ao autoconsumo, e *a posteriori*, para venda e troca. Isso se mostra como uma

estratégia para manter a identidade do grupo e garantir a sua soberania alimentar²³.

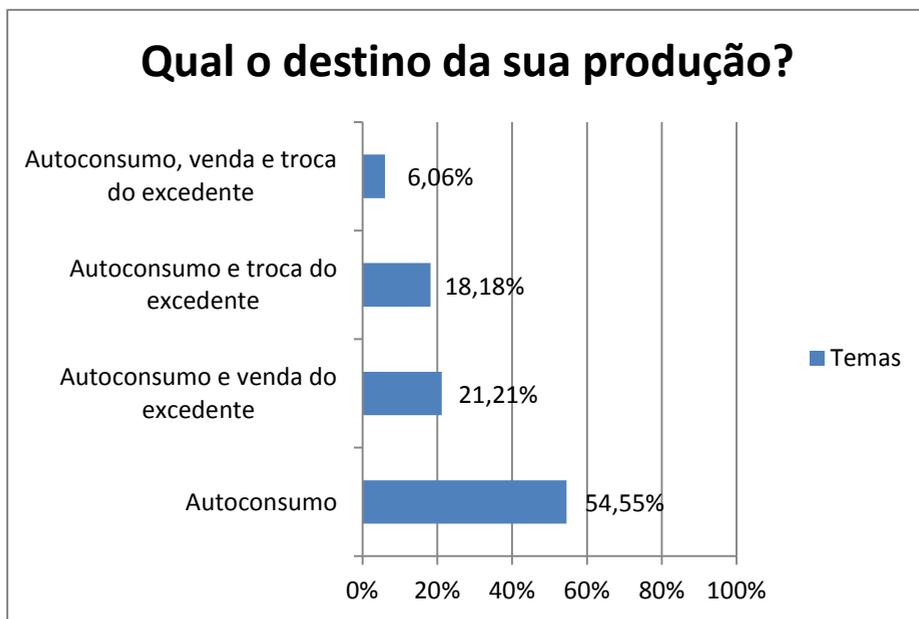


GRÁFICO 6: Destino da produção agrícola

O autoconsumo é um dos componentes da identidade do vazanteiro, moldado e construído a partir de sua historicidade, do seu modo de vida e da lida cotidiana com a lavoura, que resulta no produto final, o alimento propriamente dito. No entanto, em determinados momentos a nova lógica, baseada na racionalidade técnica do capitalismo, leia-se reflexos da Revolução Verde, tenta imprimir ou converter a produção em mercadoria, a partir da mercantilização do espaço rural, porém a resistência a essas tentativas de mudanças são percebidas na afirmação, pela totalidade dos

²³ Entende-se neste trabalho como soberania alimentar, a proposta elaborada no Fórum Mundial em Soberania Alimentar, realizado em Havana 2001, na qual, ela é o direito dos povos na definição de suas políticas estratégicas sustentáveis de produção, distribuição e consumo de alimentos, a fim de garantir o direito à alimentação de toda a população, baseado na pequena e média produção respeitando suas próprias culturas bem como a diversidade dos camponeses, pescadores e indígenas de produção agropecuária, de comercialização e gestão dos espaços nos meios rurais, nos quais as mulheres desempenham um papel fundamental. Disponível em: <http://www.forumsocialmundial.org.br>. Acesso: 19 jun. de 2012.

entrevistados, em ressaltar que o destino é prioritário para o consumo da família e que em segundo plano para a venda do excedente.

A escolha dos alimentos produzidos na ilha é, desta maneira, orientada pela lógica do autoconsumo. Kathounian (2001) diz que a produção agrícola está relacionada a uma tendência generalizada nos diferentes lugares em diversas partes do mundo, onde as populações agricultoras locais buscam produzir alimentos, energéticos e proteicos, que servirão como base da dieta alimentar. Para os vazanteiros da ilha do Jenipapo, a prioridade da produção agrícola não é diferente, pois esses visam produzir, prioritariamente, os alimentos energéticos como milho, mandioca e batata, seguido de alimentos com elevados níveis de proteínas como o feijão nas suas mais variadas espécies e, por fim, aqueles que são fontes de vitaminas e sais minerais como as hortaliças, frutas, verduras entre outros. Além de ser uma tendência natural é também uma estratégia de garantia de uma dieta alimentar rica.

Uma parcela pequena, mas significativa dos vazanteiros, apontou que a venda dos excedentes se faz necessária para a aquisição de produtos que eles não conseguem produzir, sejam eles manufaturados ou mesmo alimentares como açúcar, óleo de soja, arroz entre outros. Foi observado, durante a pesquisa, que a venda é realizada, na maioria das vezes, pelos vazanteiros que não apresentaram outra fonte de renda, como o direito previdenciário da aposentadoria e benefícios do governo. Assim, a venda de excedentes se constitui mais como uma necessidade em suprir as demandas de produtos ou bens para o sustento da família, do que propriamente como uma mercantilização da produção.

A troca de produtos realizada entre os vazanteiros se enquadra como uma economia solidária. De acordo com Singer (2003, p. 116), ela é entendida como as “organizações de produtores”, consumidores e outros, que se destacam pelos estímulos de solidariedade com a comunidade em geral, ampliando a diversidade alimentar consumida pelas famílias, resultante da troca e partilha de produtos. Ribeiro (2010) faz observações semelhantes

sobre a economia solidária e a partilha, praticadas em algumas comunidades rurais geraizeiras no Alto Médio São Francisco.

Marques *et al* (2007, p. 170) argumentam que, “o valor simbólico da doação, da oferta de alimentos para troca, evidencia-se como elemento criador e mantenedor de vínculos e compromissos entre os indivíduos e famílias”. A produção agrícola, portanto, é fundamental na construção do território vazanteiro, que só possui uma função social a partir do momento em que o alimento é produzido na terra.

A agricultura praticada na ilha do Jenipapo, pelos vazanteiros, transitou de tradicional para períodos de ocorrências de usos de insumos industrializados, pressionados também pelo tecnicismo da Revolução Verde, principalmente entre as décadas de 1980 até o final dos anos de 1990, o que caracteriza que houve, posteriormente, um período de transição agroecológica, retomando lentamente às práticas tradicionais historicamente estabelecidas na ilha.

4.3 Unidade de análise II: Território e Territorialidades Vazanteiras da Ilha do Jenipapo

A produção e a reprodução do território e das territorialidades vazanteiras estão diretamente atreladas às suas dinâmicas e integração com os ecossistemas Sãofranciscanos: o complexo ilha, terra firme e o rio, onde a agricultura tradicional se constitui. Suas territorialidades se ampliam, abrangendo, ainda, o ambiente urbano. Esse território para além da concepção de relação de apropriação e poder deve ser concebido, ainda, incorporando a dimensão da afirmação identitária, simbólica e do sentimento de pertença dos grupos que o constrói.

Nesta unidade de análise, são abordadas as questões, bem como levantamento de dados que, após examinados, visaram atingir um dos objetivos desta pesquisa: o de compreender as territorialidades da comunidade vazanteira da ilha do Jenipapo e suas inter-relações. Os temas

emergidos de cada questão foram abarcados em categorias de análise e igualmente representados e discutidos através dos gráficos.

As primeiras questões tiveram o intuito de verificar a autoafirmação da identidade cultural na ilha do Jenipapo, bem como as divergentes formas de uso dos ecossistemas às margens do rio São Francisco (GRAF. 07 e 08).

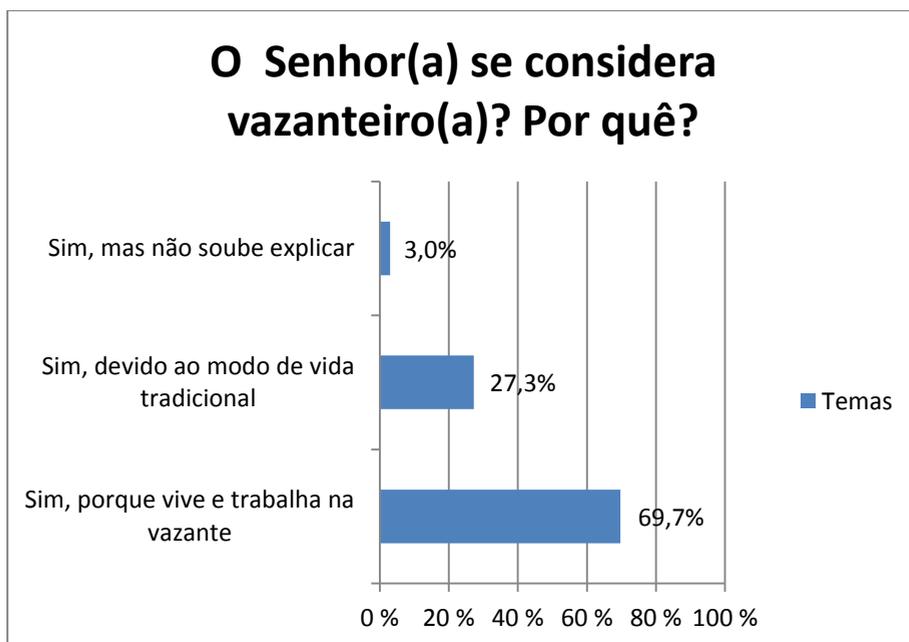


GRÁFICO 7: Categoria: Autoafirmação da identidade vazanteira

Os conceitos de identidade e cultura são amplamente discutidos em diferentes áreas do conhecimento e de várias perspectivas. Entende-se, para este trabalho, que a identidade cultural parte do abarcamento das características tradicionais e sociodinâmicas locais compartilhadas entre gerações, ou seja, a identidade cultural solidifica-se a partir dos elementos materiais e imateriais reproduzidos por uma sociedade e essencialmente vinculados ao ambiente natural que por sua vez atrela-se ao território e às territorialidades. Essa identidade, ao ser autoafirmada pelos povos do lugar, confere-lhes um diferencial que não os exclui, mas que os integra política e territorialmente.

Os moradores da ilha do Jenipapo, quando questionados sobre sua autoafirmação como vazanteiros, foram unânimes em afirmar suas identidades (GRÁF. 07). A maioria dos entrevistados citou o modo de vida, a vivência às margens do rio e o trabalho nos agroambientes da ilha (lameiro, baixão e terra alta) como elementos que os caracterizam e convergem culturalmente suas identidades para além de “povos ribeirinhos”, como “povos vazanteiros”.

O Art. 3º, do Decreto Presidencial nº 6.040, de 2007, que institui a Política Nacional de Desenvolvimento Sustentável dos Povos e Comunidades Tradicionais, define que:

Povos e Comunidades Tradicionais são grupos culturalmente diferenciados e que se reconhecem como tais, que possuem formas próprias de organização social, que ocupam e usam territórios e recursos naturais como condição para sua reprodução cultural, social, religiosa, ancestral e econômica, utilizam conhecimentos, inovações e práticas gerados e transmitidos pela tradição.

Dessa forma, a comunidade vazanteira da ilha do Jenipapo se insere na definição de comunidade tradicional apresentada no Decreto. No entanto, não são reconhecidos legalmente como povos tradicionais.

A questão que objetivou apresentar os diferentes usos dos ecossistemas Sãofranciscanos e ainda apurar as razões que levaram os habitantes da ilha do Jenipapo a se autoidentificarem como vazanteiros, se diferenciando dos demais produtores às margens do rio que nele também operam suas vivências e trabalho, foi representada no GRÁFICO 8.

Para o senhor(a), todo agricultor ao longo das margens do rio pode ser considerado vazanteiro? Por quê?

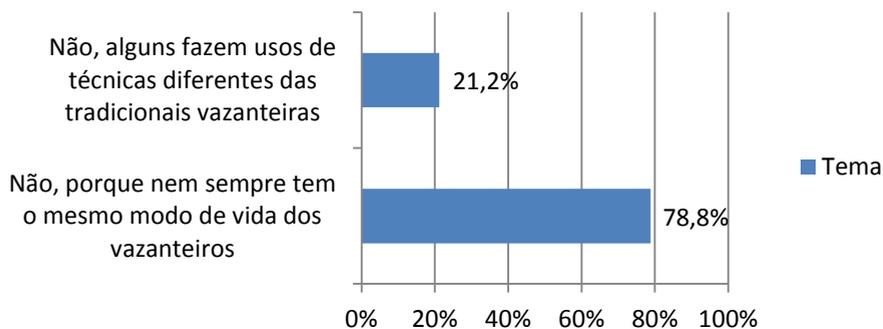


GRÁFICO 8: Categoria: Caracterização da identidade vazanteira.

Foi unanimidade entre os entrevistados a afirmação de que nem todas as formas de uso dos ecossistemas Sãofranciscanos são tradicionais ou que possibilitem identificar os proprietários e produtores de terras às margens do rio São Francisco como vazanteiros. Da mesma forma, o uso de técnicas convencionais: maquinários, irrigação com pivôs, monoculturas comerciais ou simplesmente as casas “domingueiras”, com baixa produção agrícola e para fins prioritariamente de lazer não correspondem ao *modus operandi* vazanteiro e dele não dependem econômica e socialmente.

Essa concepção do “outro” que também opera nos ecossistemas Sãofranciscanos pode ser ilustrada na fala de um dos entrevistados na ilha:

Não concordo que todo mundo que tem terra na beira do rio seja um vazanteiro não. Tem gente que vive no barranco, por exemplo, tem um sítio e uma casa só para passar final de semana (...) esse não produz quase nada na terra e não tem nada de nós aqui. Tem os que têm terra, que planta mas que não depende do que planta e muitas vezes se procurar lá uma farinha não acha, porque não produz de tudo um pouco como nós aqui. Tem os grandes fazendeiros, do outro lado que as cercas vão até as margens do rio. Esses tem pivôs e grande plantação, mas usam veneno e não tem de tudo também não. Por exemplo, tá ouvindo o barulho do trator? Ele tá funcionando desde cedo lá do outro lado do rio, na fazenda. E o barulho de motosserra? O IEF vem aí faz as multas, mas assim que vão embora o trator e a motosserra começa a

funcionar de novo. Não adianta nada! Esses trabalham na beira do rio, têm terra, casa e plantação, mas não pode se dizer que são vazanteiros. Nós somos bem diferentes deles, desde os tempos dos nossos avós (Entrevistado G, 2012).

Dessa maneira, na perspectiva dos habitantes da ilha do Jenipapo, eles são vazanteiros e diferentes dos demais produtores e habitantes às margens do rio, por suas organizações socioculturais, pela forma de uso do território e, principalmente, pelo estreito vínculo com os agroambientes Sãofranciscanos e destes dependerem social, cultural e economicamente.

Para Diegues (2000), as populações tradicionais têm uma simbiose com seu meio (a terra ou o rio) que se torna o *locus* de reprodução de suas relações sociais e simbólicas, interagindo por sua vez, com uma diversidade de seres vivos que habitam este mesmo espaço. O fazer agroecológico configura-se como um dos elementos essenciais que caracterizam a identidade, cultura e territorialidade dos vazanteiros (NEVES, 2011). O vínculo existente entre os vazanteiros e a prática agroecológica estabelece a aliança entre a conservação dos recursos ambientais com a consumação de práticas sustentáveis tão imprescindíveis na atualidade.

O território vazanteiro pode ser caracterizado por sua territorialidade que, segundo Little (2002, p.3), é construído por um “esforço coletivo de um grupo social para ocupar, usar, controlar e se identificar com uma parcela específica do seu ambiente biofísico [e social], convertendo-a assim em seu território”.

Para conhecer o sentimento de pertença atribuído aos ambientes territorializados pelos vazanteiros da ilha do Jenipapo, elaborou-se a questão representada no GRÁFICO 9.

Variados são os conceitos para o termo “pertença”, dentre os quais, interessa, para este trabalho, o que melhor define o ‘sentimento de pertença’ apontado por Amaral (2012):

Sentimento de pertença é a crença subjetiva numa origem comum que une distintos indivíduos [...]. Esse sentimento de pertencimento pode ser reconhecido na forma como um grupo desenvolve sua atividade de produção, manutenção e aprofundamento das diferenças, cujo significado é dado por eles próprios em suas relações sociais (AMARAL, 2012).

A transformação do espaço em lugar decorre ainda do sentimento de pertença que ocasiona a interação entre as famílias na comunidade e destas com o seu meio natural. O conceito de lugar utilizado nesta dissertação está condicionado à concepção filosófica da Geografia Humanística e da fenomenologia, que a partir da subjetividade humana interpreta o mundo. Para Tuan (1983, p. 198), “o lugar é um mundo de significado organizado”, ultrapassa o sentido geográfico de localização, ele é a área que foi apropriada afetivamente convertendo um espaço indiferente em lugar, ou seja, dá forma e vida ao “espaço” preenchendo-o de sentidos. Da mesma maneira, Augé (1994) salienta que:

Se um lugar pode se definir como identitário, relacional e histórico, um espaço que não pode se definir nem como identitário, nem como relacional, nem como histórico, definirá um não-lugar (AUGÉ, 1994, p. 73).

A partir dos temas apresentados na Categoria ‘Sentimento de pertença’ (GRAF. 09), nota-se que uma pequena diferença sinalizou para o sentimento de pertença dos que dão maior importância para o ambiente ilha por ser o “lugar de vivência e trabalho”. Todavia, esse dado não invalida a relevância dos demais ambientes para os vazanteiros da ilha do Jenipapo, pois quase a mesma porcentagem dos entrevistados foi determinada quando afirmou que tanto a ilha quanto a ‘terra firme’ ou a cidade/vila são de igual importância para eles.

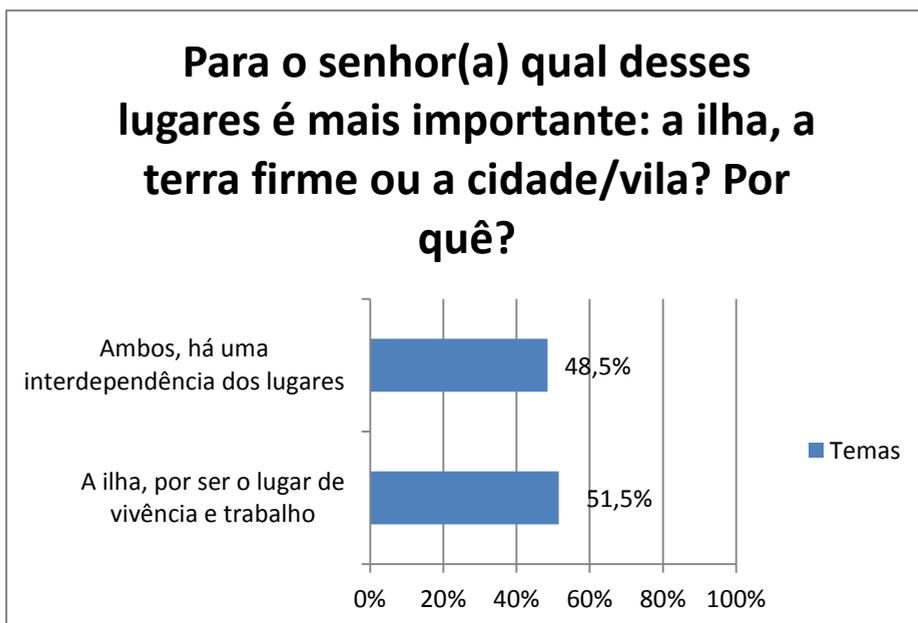


GRÁFICO 9: Categoria: Sentimento de pertença

A valorização desses ambientes para significativa parcela dos vazanteiros entrevistados se dá em função da interdependência historicamente estabelecida entre estes lugares. A terra firme torna-se o lugar de 'refúgio', de abrigo e possibilidades de plantio durante a cheia do rio e inundação da ilha, que compromete a permanência neste último ambiente. A cidade ou a vila, além do refúgio, torna-se o local de comércio e troca de produtos, de acesso às questões jurídicas, de documentação, serviços bancários, de saúde ou relações familiares.

Para identificar e analisar a dinâmica territorial dos vazanteiros da ilha do Jenipapo, foram elaboradas, ainda, as questões apresentadas nos GRÁFICOS 10, 11 e 12.

Identificar os lugares com que os vazanteiros estabelecem outras relações, sejam elas, afetivas, comerciais, políticas ou mesmo por necessidades de sobrevivência, possibilitou a compreensão da abrangência do seu território construído pela mobilidade e territorialidades, que se refere "ao conjunto de práticas e suas expressões materiais e simbólicas capazes

de garantirem a apropriação de um dado território por um determinado agente social, [...] ou diferentes grupos sociais” (CORRÊA, 1998, p 252).

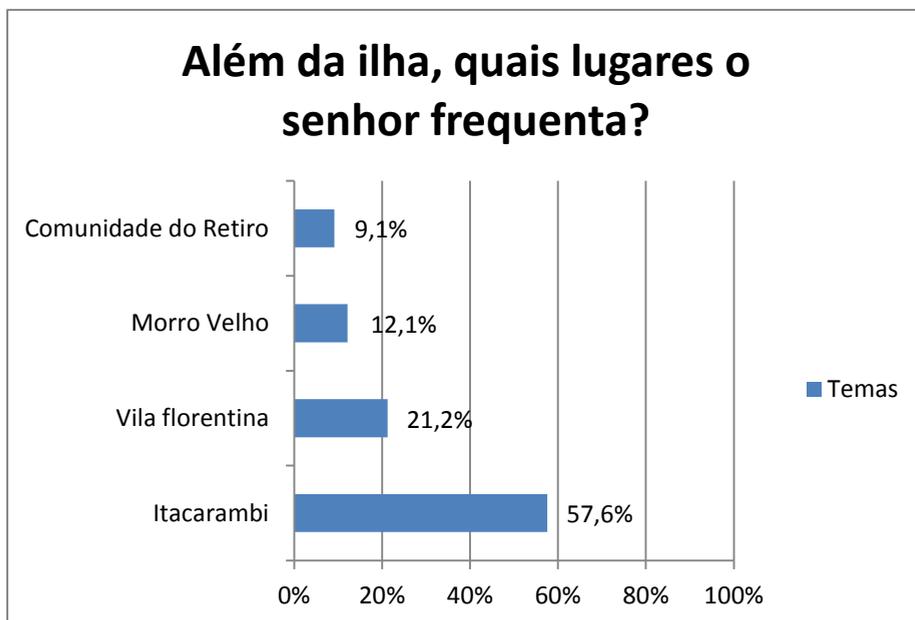


GRÁFICO 10: Categoria: Territorialidades

As territorialidades podem ser observadas na FIG. 16. Elas são representadas espacialmente pelos lugares nos quais os vazanteiros frequentam com regularidade e estabelecem suas relações socioambientais e culturais. Como podem ser observadas, além da ilha, elas são: a cidade de Itacarambi-MG, a Vila Florentina, a localidade Morro Velho e a Comunidade do Retiro, e se localizam na chamada terra firme.

Historicamente as áreas de terra firme, nas quais os vazanteiros coletavam alimentos, ervas medicinais, lenha e madeira para fazer as casas e instrumentos de trabalho, e ainda com finalidade de abrigo durante a inundação da ilha, foram, por meio de grilagens, sendo reduzidas a uma estreita faixa nas proximidades da ilha do Jenipapo e nos lugares descritos acima, resultando, portanto num fracionamento do território.

Se no passado havia uma contiguidade espacial no território dos vazanteiros, hoje ele é entendido pela sua descontinuidade, ou seja, como um território em redes, fragmentado, mas ao mesmo tempo articulado por meio de seus fluxos. Cada um desses lugares se apresenta como uma territorialidade, que, segundo Offner e Pumain (1996, *apud* Silveira, 2003), ela se reflete nas múltiplas dimensões desse vivido territorial, em que os atores sociais:

[...] vivenciam, simultaneamente, o processo territorial e o produto territorial através de um sistema de relações produtivas (ligadas ao recurso) ou existenciais (relevando a construção identitária, portanto da memória coletiva e da representação) (OFFNER e PUMAIN, 1996, *apud* SILVEIRA, 2003, p. 118).

Os fluxos são na realidade o movimento, a mobilidade dos vazanteiros da Ilha do Jenipapo entre os lugares nos quais se estabelecem os fixos, que são “objetos”²⁴.

Desse modo, as casas, a lavoura e a própria produção agrícola são entendidas, conforme Santos (2002, p. 64), como um “sistema de objetos”, ou seja, produtos de uma elaboração social, uma segunda natureza. A mobilidade dos vazanteiros se faz, cultural e cotidianamente para a manutenção e perpetuação de suas ações na construção desses fixos, que, dentre eles, se destaca a própria agricultura, com seu caráter agroecológico, integrante deste “sistema de objetos”, dando visibilidade e forma ao território.

²⁴ Ver SANTOS (2002).

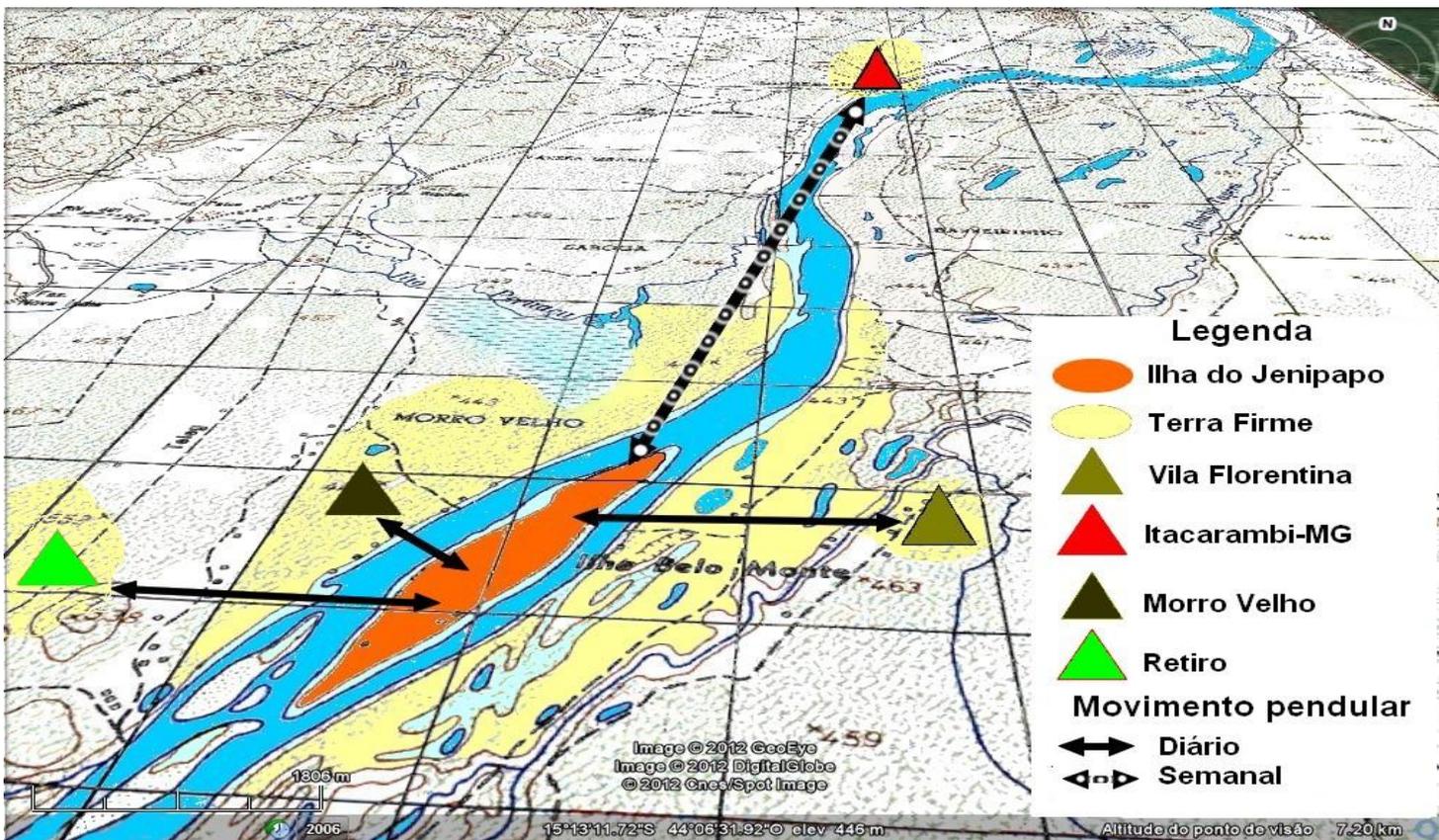


FIGURA 16: Territorialidades vazanteiras e mobilidade territorial
 Fonte: Google Earth, adaptado pelo autor.

A necessidade e a frequência do ir e vir, sazonal, semanal ou diário, estão ligadas ao fazer agroecológico da ilha, que proporciona relações sociais, tradicionais intrínsecas à identidade e cultura local vazanteira, divergindo-se daquela praticada pelos demais produtores e habitantes às margens do rio São Francisco.

A mobilidade populacional dos vazanteiros se caracteriza pelas migrações executadas principalmente pelos mais jovens, e pelos movimentos pendulares e sazonais realizados pelos demais. Uma vez que as migrações (êxodo rural) não se enquadram como um elemento territorializante nesta área de estudo, as categorias analisadas nos Gráficos 11 e 12 se focaram nos fluxos pendulares e transmutantes. As finalidades dos deslocamentos podem ser alocadas em três perspectivas: necessidade econômica ou saúde; local de moradia diferente da ilha e de sobrevivência.

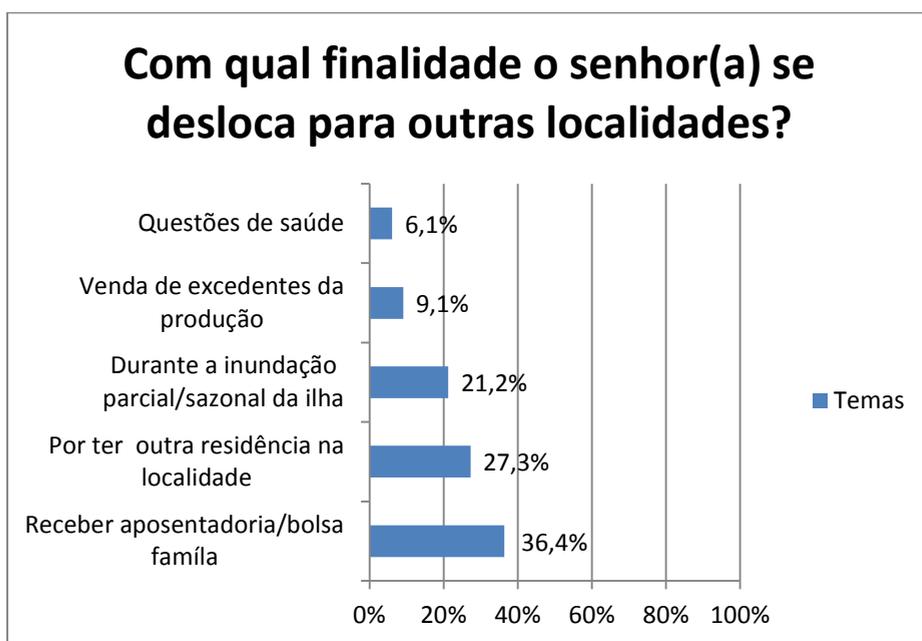


GRÁFICO 11: Categoria: Movimento migratório

Como a maior parte dos vazanteiros é aposentada (TAB. 3), alguns desses se direcionam a cidade de Itacarambi-MG, pelo menos uma vez por

mês para o recebimento da aposentadoria e/ou outro benefício, oportunidade em que aproveitam para vender e comprar produtos. No GRÁFICO 11 esse percentual não se mostrou maior em comparação com a TAB. 03 devido ao fato de alguns destes aposentados preferirem que outra pessoa realize essa tarefa, e somente em ocasiões excepcionais saem da ilha, ou seja, durante a inundação ou à procura de assistência médica.

Ocorre uma frequência nos movimentos executados pelos vazanteiros entre os lugares, como pode ser observado no GRÁF.12. Esse movimento migratório pode ser classificado como pendular ou sazonal, sendo ele um forte indicador das territorialidades vazanteiras (FIG. 16). Para Moura et. al. (2005), o movimento pendular em especial no meio urbano ocorre na “segmentação dos espaços de moradia, trabalho e lazer”, ou seja, o fluxo, a mobilidade, ocorre no “não lugar”. Conforme Augé (2004,), os “não lugares” referem-se às instalações necessárias à circulação acelerada das pessoas e bens como as vias expressas, os trevos rodoviários, os aeroportos entre outros. Em estudos preliminares, Relph (1976, 1979) denomina esses locais, esses espaços que são construídos sem experiência afetiva de “*placelessness*”, na tradução para o português Silva e Silva (2004) optaram pelo termo “deslugar” para representar as paisagens monótonas, clonadas e mesmo desprovidas de identificação.

No caso dos vazanteiros da ilha do Jenipapo, os fluxos, o movimento pendular, se dá por meio de uma articulação entre os lugares, ou seja, o próprio movimento é um elemento do seu modo de vida. Bonnemaïson (1981, *apud* HOLZER 1999, p. 74) discorrendo sobre território, ressalta que esse “é um conjunto de lugares hierárquicos, conectados por uma rede de itinerários [...] os grupos e as etnias vivem uma certa ligação entre o enraizamento e as viagens”, para os vazanteiros da Ilha do Jenipapo, o seu território é fruto dessa mobilidade, ou seja, ele também se constrói, conforme a expressão roseana²⁵, “na travessia”.

²⁵ Ver ROSA (2006).

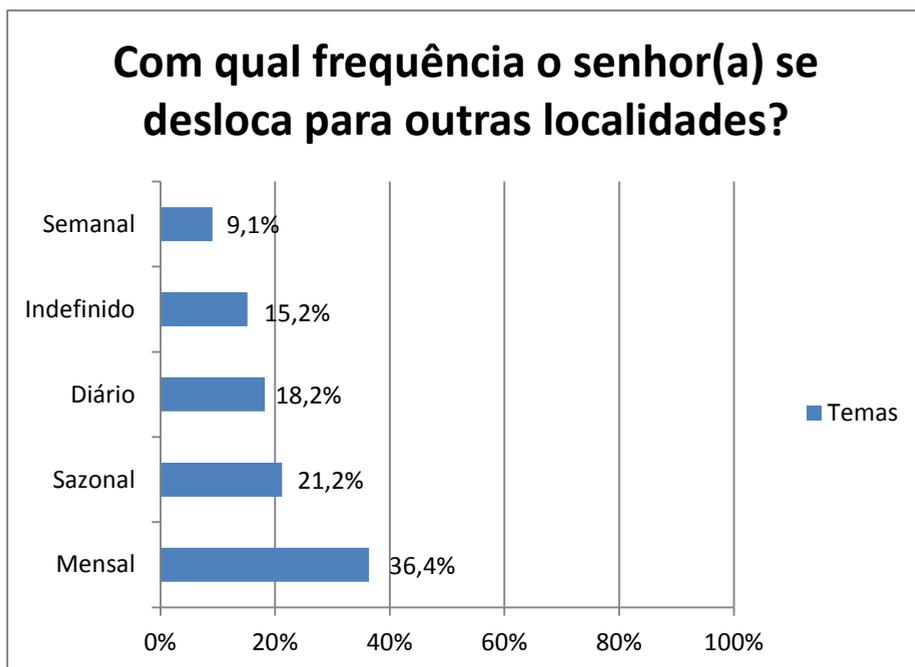


GRÁFICO 12: Categoria: Movimento migratório. Subcategoria: Tipo de movimento

Para os vazanteiros, o espaço da mobilidade nos “entre lugares” ou nas “entre ilhas” se transforma em territórios, pois nele são coletados os recursos para a manutenção de seu modo de vida, em que também se estabelecem relações sociais, afetivas, de compadrio e de poder (LEFEBVRE, 1991). Nesse sentido, o rio São Francisco ultrapassa a dimensão “via de ligação” realizada por meio de canoas no seu percurso entre suas territorialidades para constituir num algo maior, numa territorialidade propriamente dita.

O São Francisco estabelece uma relação de “dependência”, seja cultural ou econômica, para diversos municípios e comunidades ao longo de suas margens, através do aproveitamento de suas águas para irrigação, da navegação, da exploração de energia pelas hidrelétricas, da pesca e lazer ou ainda como símbolo de tradição e cultura de um determinado povo. Visando a conhecer esse simbólico e usos rotineiros do rio pelos povos vazanteiros da

ilha do Jenipapo, foram aplicadas as questões representadas nos GRÁFICOS 13 e 14.

A representatividade do rio São Francisco para os vazanteiros emergiram três temas: o rio como garantia de sustento para todos os povos ribeirinhos; o rio como o responsável pela qualidade e pela fertilização do solo; e o rio como fonte de água para as necessidades básicas (GRÁF. 13).

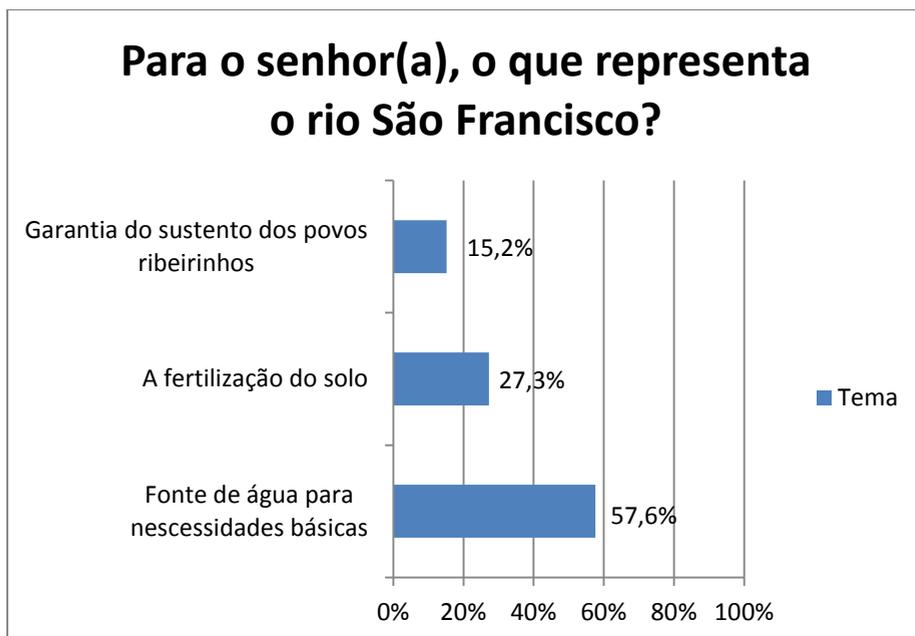


GRÁFICO 13: Categoria: Representatividade do Rio São Francisco

O tema que reflete a representatividade do rio como fonte de água para necessidades básicas foi apontado pela grande maioria dos vazanteiros entrevistados (57,6%), mas estes também demonstram em suas falas a extensão dessa importância do São Francisco e a dificuldade de utilizar a água do rio para o consumo humano, dos animais e para os serviços domésticos básicos, isto porque na ilha não existe um sistema de distribuição e tratamento da água e esta deve ser levada do rio para as casas por baldes envolvendo um grande esforço físico. Galizoni (2005), ao analisar os diversos usos da água por populações rurais, entre elas uma comunidade vazanteira no município de Januária-MG, afirma que:

Há uma espécie de dilema das famílias vazanteiras no que diz respeito à água: estão próximas ao grande rio, mas sempre labutando para ter água. Isto é decorrência da percepção de qualidade de água presente nessas famílias. A principal característica que os vazanteiros gostam na água é ser corrente, que se renova constantemente, uma água que fica *parada*, não tem movimento, como as das lagoas, não é boa para beber. Por isso a maior parte das famílias pega água do rio grande (São Francisco) para beber, mesmo sabendo que ela é muita “mexida” (GALIZONI, 2005, p. 134).

Apesar de estarem cercados por água, os vazanteiros encontram dificuldades para captá-la e, sem energia elétrica suficiente, torna-se inviável sua utilização para a irrigação. As águas das lagoas criadeiras no interior da ilha são utilizadas apenas para o consumo dos animais e para regar algumas plantas que ficam nas suas proximidades.

Todavia, a água além de sinônimo de vida e o rio, através de suas dinâmicas, torna-se a base de suas sobrevivências que, na percepção vazanteira, é o que lhes confere sua identidade e permite seu modo de vida. Do mesmo modo, Cunha (2000) descreve os valores e significados da água para um determinado povo:

Prenhe de significados, a água é um elemento da vida que a encompassa e a evoca sob múltiplos aspectos, materiais e imaginários. Se, por um lado, é condição básica e vital para a reprodução, dependendo dela o organismo humano, por outro, a água se inscreve no domínio do simbólico, enfeixando várias imagens e significados (CUNHA, 2000, p.15).

Quando questionados sobre quais os usos que eles fazem do rio, as respostas possibilitaram o levantamento dos temas: como via de locomoção e irrigação; via de locomoção e pesca; para usos diversos e unicamente como via de locomoção (GRÁF. 14).

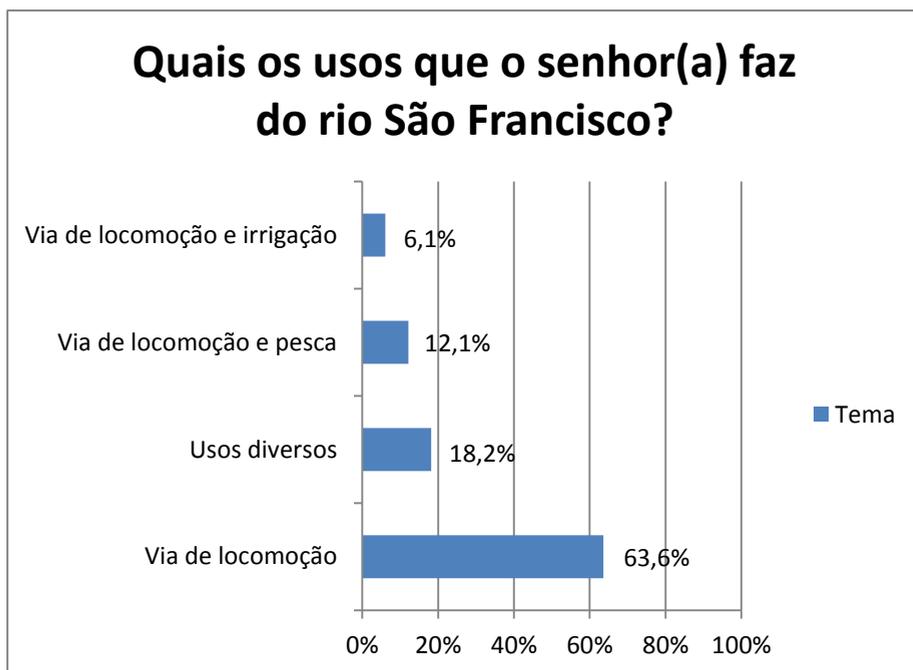


GRÁFICO 14: Categoria: Utilidade do Rio São Francisco

Ressalta-se que o uso do rio exclusivamente como via de locomoção foi apontado pela maior parcela dos entrevistados (63,6%), o que confirma a principal atividade dos vazanteiros da ilha do Jenipapo: a agricultura e o trabalho na terra. Ao contrário do que foi apontado nos estudos de Oliveira (2005) e Araujo (2009) que a pesca é uma unidade central no sistema de produção e consumo dos vazanteiros, para a comunidade da ilha do Jenipapo, ela se mostrou diferente, pois apenas uma família apontou que tem uma relação mais coesa com essa atividade e para os demais vazanteiros ela se mostrou como secundária.

Dois entrevistados alegaram que usam o rio, além de via de transporte, como irrigação, que é realizada por meio de motores movidos a diesel, para suprir a demanda de água do plantio de milho e feijão durante a estação mais seca do ano. Cerca de 18% dos entrevistados sinalizou para os “usos diversos” do rio, dentre eles: o doméstico, como a limpeza das roupas e vasilhas; lazer, especialmente para os mais jovens, e ainda como lugar de paz e descanso (FIG. 17).



FIGURA 17: Alguns usos do rio São Francisco pelos vazanteiros. A e B: atividades domésticas e C: preparo da canoa para transporte. Fonte: Pesquisa de campo; 2012.

No que tange às expectativas dos povos vazanteiros da ilha do Jenipapo em relação ao seu território, foi elaborada a questão representada no GRÁF. 15. Os vazanteiros da ilha apresentaram suas expectativas de formas bem claras. Não desprezando as necessidades de infraestrutura, assistência médica e escolar (destinada à alfabetização de jovens e adultos) entre outras; eles apontaram como suas maiores reivindicações junto às autoridades políticas e, portanto se tornaram suas maiores expectativas: a

instalação de energia elétrica (proveniente da rede de transmissão da CEMIG) e o reconhecimento do território vazanteiro, delimitando-o de acordo com suas necessidades (de permanência na ilha e na terra firme).

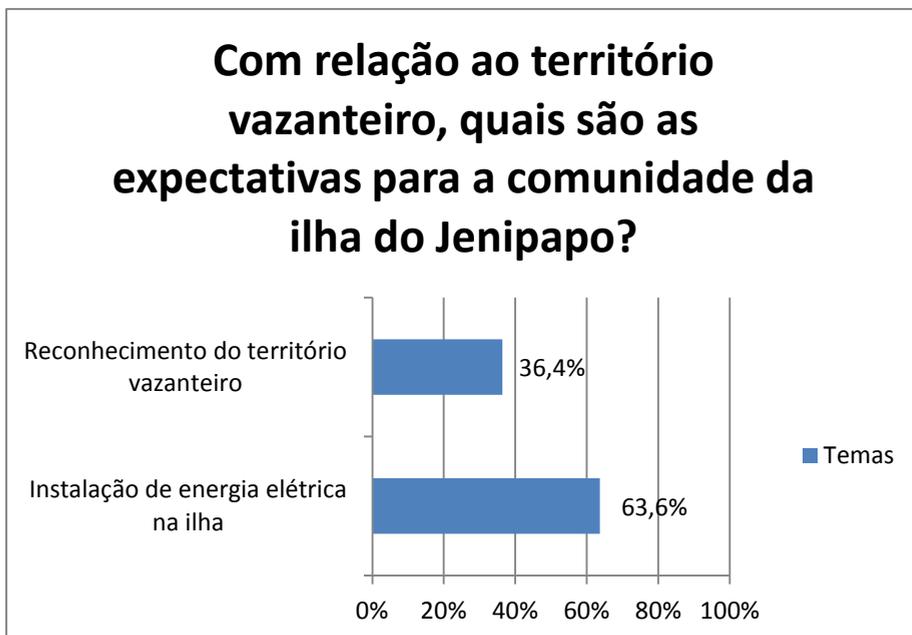


GRÁFICO 15: Categoria: Expectativas da comunidade quanto ao território vazanteiro

O Decreto Presidencial 6.040 de 2007, no que concerne ao território, define territórios tradicionais como “os espaços necessários à reprodução cultural, social e econômica dos povos e comunidades tradicionais, sejam eles utilizados de forma permanente ou temporária [...]”.

Todavia, não há um reconhecimento formal do território vazanteiro, como ocorre em diversas comunidades quilombolas e para os povos indígenas, que tiveram seus direitos e territórios garantidos, por serem detentores de uma tradicionalidade e identidades específicas, se enquadrando no conceito de povos tradicionais desse mesmo Decreto. Apesar de não reconhecer o território, que está na sua maior parte localizado em áreas de proteção permanente - APP, nas margens e ilhas do São Francisco, o próprio Estado, de maneira controversa se faz presente como,

por exemplo, através da edificação de uma escola no interior da ilha entre outros.

A expectativa dos Vazanteiros da ilha do Jenipapo quanto ao reconhecimento do território é expressa na fala de um dos vazanteiros entrevistados:

A maioria do povo daqui está na terra há muitos anos ou nasceram e certamente vão morrer aqui. Alguns têm um documento de compra do terreno, mas outros não. Esses têm os mesmos direitos, mas pela lei não é reconhecido os nossos direitos. Por isso precisamos que nossa terra seja reconhecida e garantida por lei. Assim nós vamos ter a tranquilidade de continuar vivendo e cuidando da terra como sempre foi. Mas só isso não basta não! No passado a gente tinha a terra firme, “que não tinha cerca”, que não era de ninguém, mas que era de muita serventia para nós. Era, lá do outro lado do rio, pra onde a gente ia nas cheia; para onde a gente ia pegar lenha, colher frutos ou então umas plantas pra remédio. Lá a gente podia ficar até as água baixar e poder voltar pra ilha. Podia até plantar pra ir se mantendo. Hoje, a gente não tem mais essa terra. Temos que correr para Vila ou para Itacarambi. Tudo ficou muito difícil e a gente vai ficando mais velho e sem força para sair daqui para longe. Por isso, esperamos que “eles” escutem a gente, marca nossas terras e nos dá os documentos dela (Entrevistado A, 2012).

Como nas últimas décadas, o território tradicional dos vazanteiros foi sofrendo reduções em seus limites, seja pela pressão dos grandes proprietários de terras, seja pela implantação de unidade de proteção ambiental na região, e se torna ameaçado e, por conseguinte, vulnerabilizado do ponto de vista cultural e de suas práticas tradicionais.

A implantação de unidades de conservação no Norte de Minas é recente, e denota a participação contraditória do Estado, visto que este assume papéis contraditórios na regulamentação de atividades impactantes ao meio ambiente regional e como “compensação” estabelece unidades de proteção ambiental. O Norte de Minas atualmente abriga mais de 880.620 ha de áreas protegidas e, embora estas áreas sejam indiscutivelmente importantes do ponto de vista conservacionista, fazem emergir uma gama de problemas de natureza social por não dar visibilidade aos povos e comunidades tradicionalmente estabelecidas nesses ambientes (FIGUEIREDO, 2011, p.62).

A energia disponibilizada na Ilha pela Companhia Energética de Minas Gerais – CEMIG foi a energia solar, com a qual os vazanteiros tiveram que arcar, inicialmente, com os custos das placas e da manutenção de suas baterias (FIG. 18).

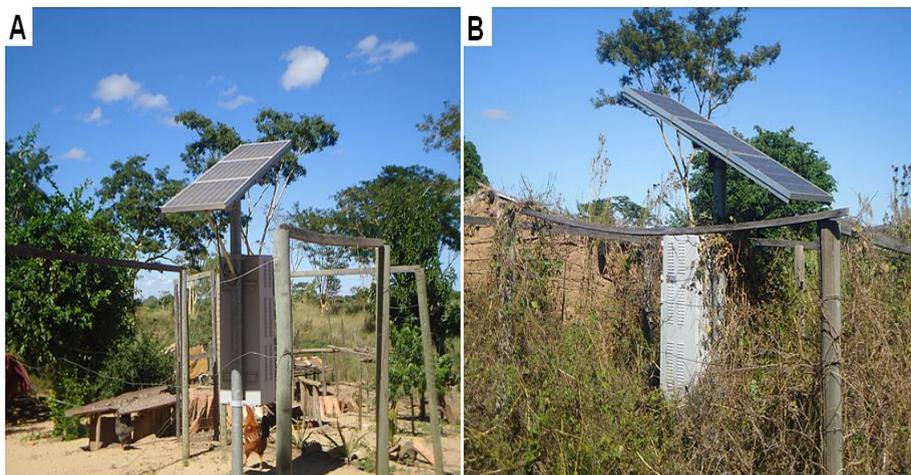


FIGURA 18: Placas fotovoltaicas na ilha do Jenipapo. A: placa em uso, B: placa abandonada.

Fonte: Pesquisa de campo, 2012.

Esta estrutura energética não deu certo, visto que, para a maioria dos vazanteiros, os custos de manutenção eram elevados e, na época da cheia do rio, quando muitas casas eram abandonadas, tinham as placas danificadas ou roubadas. A fala do vazanteiro reflete a expectativa pela instalação de energia hidrelétrica na ilha:

A energia solar pode funcionar bem na cidade, mas para nós aqui não deu certo não. Primeiro porque nem todo mundo tinha dinheiro para pagar as taxas do preço das placas para Cemig. As baterias são caras e fica difícil pra manter. Depois porque não dá pra fazer muita coisa com essa energia. A gente tinha precisão de instalar na comunidade um motor de engenho, ou energia pra puxar água pra uma pequena irrigação, uma geladeira que fosse, mas não dá, porque a luz é fraca. Quando vem a cheia e inunda tudo, a gente tem que sair daqui e quando agente volta ou não tá funcionando mais ou já até aconteceu de roubar as placas das casas. (saqueadores, de barco, se aproveitam da ausência dos moradores na cheia). Precisamos da energia igual todo mundo tem. A gente da comunidade tem muita esperança que um dia a CEMIG venha aqui e troca essa energia para gente (Entrevistado H, 2012).

A potência gerada pelas placas fotovoltaicas é insuficiente para alimentar um refrigerador, ou um motor/bomba para a irrigação, o que impede que haja um aumento significativo da produção em especial nas áreas de terra firme, uma vez que a utilização agrícola deste agroambiente ocorre basicamente nos períodos chuvosos ou úmidos e como na região são elevados os índices de evaporação, a produção se torna limitada. Outro entrave estabelecido pela baixa potência da energia local reflete na organização da comunidade que busca estabelecer uma associação local para assegurarem sua produção agroecológica e para outros fins.

Como a ilha é uma área, sob risco de inundação, a instalação da energia convencional oriunda de hidroelétricas se apresenta como um obstáculo, sendo necessárias alternativas para atender às necessidades das comunidades isoladas, de ilhas fluviais ou oceânicas. De acordo com o Ministério de Minas e Energia – MME, o programa “Luz para Todos”²⁶ já conta com algumas alternativas e tem uma meta de atender essa demanda populacional até o ano de 2014.

²⁶ Programa instituído pelo Ministério de Minas e Energias- MME, do governo Federal, que tem como objetivo principal levar energia elétrica para a população rural. Foi implantado em 2008 e ampliado e prorrogado para 2014, esta última fase tem a meta de atender as populações estabelecidas em antigos quilombos, áreas indígenas, assentamentos de reforma agrária, em regiões que sejam afetadas pela construção de usinas hidrelétricas e localizados em área de elevado impacto tarifário <<http://luzparatodos.mme.gov.br>> acesso em junho de 2012.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Os vazanteiros da comunidade da ilha do Jenipapo demonstraram estreita relação com os ecossistemas Sãofranciscanos e dependência das dinâmicas do rio que compreendem os períodos da cheia, vazante e seca. Foi constatado que essas dinâmicas lhes conferem os ambientes aqui denominados de: “terra firme” e “complexo ilha”, sendo este último composto pelos agroambientes: “lameiro”, “baixão” e “terra alta”, *locus* de vivência e atuação desses povos para suas práticas agrícolas. Notou-se que, para os vazanteiros da ilha, a lida com a terra se constitui em uma atividade prioritária em relação à pesca ou outros usos do rio, que se apresentaram como atividades secundárias. Este fator reafirma que o fazer agroecológico configura-se como um dos elementos essenciais para a caracterização da identidade, cultura e territorialidade vazanteira.

A prática agrícola desenvolvida pelos vazanteiros na ilha do Jenipapo é marcada por três fases ao longo de sua história de ocupação. A primeira compreende as décadas iniciais do século passado até meados da década de 1970, se caracterizando como tradicional e sustentável. A segunda fase foi marcada pelo uso de insumos industrializados, configurando um caráter convencional, influenciados e pressionados pelo tecnicismo da Revolução Verde e seu pacote tecnológico, principalmente entre as décadas de 1980 até a virada do século. Todavia, essas práticas insustentáveis não foram assimiladas por todos os vazanteiros, embora se fizessem presentes na ilha. Essa mesma fase foi segmentada por um período de transição para a agroecologia, ou seja, por uma retomada e reconstrução dos saberes tradicionais em decorrência tanto de ações de órgãos governamentais e organizações não governamentais _ voltadas ao incentivo de uma agricultura de base sustentável _, quanto pela inviabilidade financeira de permanecerem com as técnicas convencionais o que delinea a atual fase em que se encontra a comunidade vazanteira.

Esta terceira ou atual fase, que se desenvolve na ilha, além de envolver as práticas e manejos agroecológicos da comunidade, contempla,

ainda, uma nova postura dos vazanteiros no que tange à participação, a organização social e política, em prol dos seus interesses comuns. Logo, pode-se depreender, a partir das análises realizadas nesta pesquisa, que os princípios e técnicas agrícolas dos vazanteiros da ilha do Jenipapo possibilitam classificar a agricultura praticada atualmente na ilha como em fase de transição agroecológica.

O vínculo existente entre os vazanteiros da comunidade da Ilha do Jenipapo e as práticas agroecológicas estabelecem o elo entre a conservação dos recursos ambientais e a consumação de práticas sustentáveis tão requisitadas nos debates socioambientais na contemporaneidade. O uso de instrumentos rústicos de pouco ou nenhum impacto ambiental como suas principais ferramentas de trabalho, tais como: a enxada, a foice e o arado de tração animal; utilização de bioinseticidas naturais e estratégias alternativas de manejo da lavoura; utilização de sementes crioulas, a colheita e estocagem dos produtos, se enquadram nos princípios agroecológicos, demonstram uma harmônica relação com o ambiente, resultado também de suas experiências que são repassadas de geração a geração. A produção agrícola dos vazanteiros da ilha é destinada ao autoconsumo onde apenas o excedente é comercializado ou trocado para obter o que não conseguem produzir.

As práticas agrícolas na comunidade foram desenvolvidas histórica e ambientalmente para se adaptarem às condições adversas, de inundações ou seca. A superação destas limitações se deu por meio da manutenção das técnicas e culturas tradicionalmente estabelecidas, e pelas territorialidades exercidas pelos vazanteiros. Essas técnicas permitiram-lhes desempenhar suas tradições agrícolas e relações sociais, estreitando os laços identitários, enquanto as suas territorialidades possibilitaram o acesso aos “recursos”, sejam eles o refúgio, durante a cheia do rio e a migração em direção à terra firme, outrora chamada de “terras comunais” às margens do rio onde se garantia a segurança alimentar do grupo - áreas hoje ocupadas por fazendeiros - ; ou ainda em direção às cidades ou vilas, para questões políticas, comerciais, de saúde e ou jurídicas.

O território vazanteiro foi constituído a partir das expropriações ocorridas no Norte de Minas desde o início do século passado, sendo agravada, sobretudo, no período pós-guerra com a chamada modernização conservadora e após a constituição de 1988 que, ao garantir os direitos dos trabalhadores rurais e indenizações quanto ao tempo de serviços prestados, incentivou alguns fazendeiros do Norte de Minas a expulsar os posseiros de suas terras a fim de se livrarem destes pagamentos indenizatórios. Esses fatores, em conjunto, intensificaram o fluxo populacional, em diferentes períodos, para a Ilha do Jenipapo, resultando, portanto, na ocupação desse espaço e na sua transformação em território, em conformidade com a concepção de Raffestin (1993).

No que se refere às expectativas dos vazanteiros da Ilha do Jenipapo, uma das principais relaciona-se com o reconhecimento e delimitação de seu território. Nas últimas décadas, os povos ribeirinhos e vazanteiros tiveram seus territórios reduzidos em função, principalmente, de expropriações dos grandes proprietários de terras e, mais recentemente pelas implantações de áreas protegidas ambientalmente. Apesar do Estado se fazer presente, não houve o reconhecimento do território vazanteiro da comunidade da Ilha do Jenipapo, o que pode impactar o modo de vida, suas práticas agroecológicas e suas relações com os agroambientes.

Pode-se definir e caracterizar o território vazanteiro da ilha do Jenipapo como fragmentado e articulado, devido as suas especificidades e dinâmicas socioespaciais. Torna-se fragmentado porque existem lugares específicos, mas hierarquizados, nos quais os vazanteiros exercem suas relações socioambientais compreendendo o “complexo ilha” e a terra firme, esta última, composta pela Comunidade do Retiro, Morro Velho, Vila Florentina e a área urbana de Itacarambi-MG que, além de moradia e refúgio, é o local por excelência para transações comerciais, assistência médica, política e judiciais.

É articulado, devido à mobilidade populacional resultante da locomoção diária e semanal entre o local de morada e trabalho (complexo ilha), ou pela relação estabelecida na cidade ou vila, configurando, desta

maneira, o território-rede. No entanto, o território não se limita apenas aos lugares (ilha e terra firme), pois os próprios fluxos pendulares que ocorrem nos chamados “entre lugares”, ou “entre ilhas” se constituem em territorialidades, uma vez que esses se transformam em espaços de vivência e fonte de recursos necessários para a manutenção do modo de vida vazanteiro, ou seja, o território dos vazanteiros é construído também pela “travessia”.

As práticas agroecológicas da ilha do Jenipapo, que estão intrinsecamente atreladas às dinâmicas do rio, inter-relacionam-se com suas territorialidades. A agricultura vazanteira se constitui nos ambientes proporcionados pelas variações Sãofranciscanas que, por sua vez, ocasionam o ir e vir dos vazanteiros da Ilha do Jenipapo. Mesmo que essas territorialidades abranjam o ambiente urbano, elas se “desenham”, primordialmente, em função de suas atividades agrícolas nas suas propriedades (complexo ilha e terra firme). Concluindo, o território vazanteiro da ilha do Jenipapo incorpora a dimensão simbólica, de poder, identitária e cultural, tecida pelos povos do lugar.

REFERÊNCIAS

ABRAMOVAY, R. **Paradigmas do capitalismo agrário em questão**. 3. ed. São Paulo: EDUSP, 2007.

ACSELRAD, Henry. **A construção da sustentabilidade**: uma perspectiva democrática sobre o debate. Rio de Janeiro: FASE, 1999.

ALMEIDA, M. G.; CHAVEIRO, E. F.; BRAGA, H. C. (Org.). **Geografia e cultura**: a vida dos lugares e os lugares da vida. Goiânia: Ed. Vieira, 2008.

AMARAL, Ana Lúcia. **Dicionário de Direitos Humanos**. Disponível em: <<http://www.esmpu.gov.br/dicionario>>. Acesso em: 10 mar. 2012.

ANASTASIA, Carla M. Potentados e bandidos: os motins do São Francisco. **Revista do Departamento de História**, Belo Horizonte, v. 9, 1989.

ANJOS, F. S.; CALDAS, N. V.; GRISA, C.; NIDERLE, P.; SCHNEIDER, E. Abrindo a caixa-verde: estudo sobre a importância econômica do autoconsumo na agricultura familiar meridional. In: CONGRESSO DA SOCIEDADE BRASILEIRA DE ECONOMIA E SOCIOLOGIA RURAL, 42., 2004, Cuiabá. **Anais..**, Cuiabá, 2004.

ALTIERI, M. **Agroecologia**: a dinâmica produtiva da agricultura sustentável. Porto Alegre: Ed. UFRGS, 1998.

ALTIERI, M. **Agroecologia**: as bases científicas da agricultura alternativa. Rio de Janeiro, FASE, 1989.

ALTIERI, M. **Agroecologia**: a dinâmica produtiva da agricultura sustentável. 3. ed. Porto Alegre: Ed. UFRGS, 2001.

ALTIERI, M. **Agroecologia**: bases científicas para uma agricultura sustentável. Guaíba, RS: Agropecuária, 2002.

ANDRADE, M. C. **A terra e o homem no nordeste**. 2. ed. São Paulo: Brasiliense, 1964.

AQUINO, A. M.; ASSIS, R. L. (Org.). **Agroecologia**: princípios e técnicas para uma agricultura orgânica sustentável. Brasília, DF: Embrapa, 2005.

ARAÚJO, Elisa Cotta. **Nas margens do São Francisco**: sociodinâmicas ambientais, expropriação territorial e afirmação étnica do quilombo da lapinha e dos vazanteiros do Pau de Léguas. 2009. 256 f. Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento Social)-Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Social, Universidade Estadual de Montes Claros, Montes Claros, 2009.

ARRIGHI, Giovanni. A ilusão do desenvolvimento. Petrópolis: Vozes, 1997.

AUGÉ, Marc. **Não-lugares:** Introdução a uma antropologia da supermodernidade. 3. ed. Campinas: Papirus, 1994.

AUGUSTO H. A.; RIBEIRO, E. M. O idoso rural e os efeitos das aposentadorias rurais nos domicílios e no comércio local: o caso de Medina, nordeste de Minas. In: ENCONTRO NACIONAL DE ESTUDOS POPULACIONAIS, ABEP, 15., 2006, Caxambú, MG. **Anais...** Caxambú, MG, 2006. p. 18-22.

AUGUSTO, H. A.; SILVESTRE, L. M. Mudanças nas regiões históricas de perdas populacionais: o caso das mesorregiões Norte, Jequitinhonha e Mucuri, MG. In: SEMINÁRIO SOBRE A ECONOMIA MINEIRA ECONOMIA: HISTÓRIA, DEMOGRAFIA E POLÍTICAS PÚBLICAS, 8., 2008, Belo Horizonte. **Anais...** Belo Horizonte: CEDEPLAR, 2008.

BARBOSA, R. S.; FEITOSA, A. M. A dinâmica de luta pela terra no norte de Minas Gerais. In: CLEPS JÚNIOR, J.; ZUBA, J. A.; FEITOSA, A. M. (Org.). **Debaixo da Lona:** tendências e desafios regionais da luta pela posse da terra e da reforma agrária no Brasil. Goiânia: Ed. UCG, 2005.

BARBOSA, R. S.; SANTOS, F. D. Contradições da política Ambiental e o processo de encurralamento/expropriação das populações locais no Norte de Minas. In: COLÓQUIO INTERNACIONAL (DÊS) ENVOLVIMENTOS CONTRA A POBREZA, 2008, Montes Claros. **Anais...** Montes Claros: Unimontes, 2008.

BARDIN, Laurence. **Análise de Conteúdo.** Lisboa: Edições 70, 2002.

BERTALANFFY, Ludwig Von. **Teoria Geral dos Sistemas.** Petrópolis: Vozes, 1975.

BERTOLINI, D.; BELLINAZZI JÚNIOR, R. **Levantamento do meio físico para determinação da capacidade de uso das terras.** 2. ed. Campinas: CATI, 1994.

BONNEMAISON, Joël. Voyage autour du territoire. **L'Espace Géographique**, Paris, v. 10, n. 4, p. 249-262. 1981.

BRANDÃO, C. R. (Org). **Etnografias do São Francisco:** Modos culturais de vida cotidiana, culturas locais e patrimônios culturais em/de comunidades tradicionais no Norte de Minas Gerais. Relatório científico final do projeto – CNPq: nº 478988/2009-5. UNIMONTES e UFU, 2012.

BRASIL. Decreto-lei nº 10.836, de 09 de janeiro de 2004. Cria o programa bolsa família e dá outras providências. Disponível em: <www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/L10.836.htm>. Acesso em: 13 jun. 2012.

BRASIL. Ministério da Integração Nacional. **Relatório final: grupo de trabalho interministerial para redelimitação do semiárido nordestino e do polígono das secas**. Brasília, DF: Ministério da Integração Nacional, 2005.

BRASIL. Ministério de Minas e Energia. **Comunidades isoladas são atendidas por meio do programa “Luz para Todos”**. Disponível em: <<http://www.brasil.gov.br/noticias/arquivos/2012/05/16>>. Acesso em: 10 jun. 2012.

BRUSCHINI, C. Uma abordagem sociológica de família. **Revista Brasileira de Estudos de População**, São Paulo, v. 6, n.1, p.1-23, jan./jul. 1989.

BURTON, Richard. **Viagem de canoa de Sabará ao Oceano Atlântico**. Belo Horizonte: Itatiaia, 1997.

CAMARANO, A. A.; ABRAMOVAY, R. **Êxodo rural, envelhecimento e masculinização no Brasil**: panorama dos últimos 50 anos. Rio de Janeiro: IPEA, 1999.

CAMENIETZKI, C. P. A. **Unidades de conservação e soberania alimentar**: uma análise da comunidade vazanteira da Ilha de Pau de Léguas, no entorno do Parque Estadual da Mata Seca, Norte de Minas Gerais. 2011. 148 f. Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento Social)-Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Social, Universidade Estadual de Montes Claros, Montes Claros, 2011.

CAPORAL, F. R.; COSTABEBER, J. A. **Agroecologia**: alguns conceitos e princípios. Brasília, DF: MDA, 2004.

CAPORAL, F. R.; COSTABEBER, J. A. Agroecologia: enfoque científico e estratégico. **Agroecologia e Desenvolvimento Rural Sustentável**, Porto Alegre, v. 3, n. 2, p.13-16, abr./mai. 2002.

CARSON, R. L. **Primavera Silenciosa**. São Paulo: Gaia, 2010.

CARVALHO, Alice Assis. **Entre a mata e os Gerais**: produção de alimentos a autoconsumo por agricultores familiares na região do Alto-médio São Francisco-MG. 2011. 136 f. Dissertação (Mestrado em Ciências Agrárias)-Instituto de Ciências Agrárias, Universidade Federal de Minas Gerais, Montes Claros, 2011.

CASTRO, I. E. **Geografia e política**: território, escalas de ação e instituições. 2. ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2009.

CASTRO, I. E. O problema da escala. In: CASTRO, I. E.; GOMES, P. C. C.; CORRÊA, R. L. (Org.). **Geografia: conceitos e temas**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1995. p. 117-140.

CHACON, J. C.; GLIESSMAN, S. R. Use of the non-weed concept in traditional tropical agroecosystems of southern-eastern México. **Agroecosystems**, v. 8, n. 1, 1982.

COMPANHIA DE DESENVOLVIMENTO DOS VALES DO SÃO FRANCISCO E PARNAÍBA. **Bacias de atuação da CODEVASF**. Disponível em: <<http://www.codevasf.gov.br/osvales>>. Acesso em: 02 abr. 2012.

COELHO, Marco Antônio. **Os descaminhos do São Francisco**. São Paulo: Paz e Terra, 2005.

CORRÊA, R. L. Territorialidade e corporação: um exemplo. In: SANTOS, M. SOUZA, M. A. A.; SILVEIRA, M. L. (Org.). **Território: globalização e Fragmentação**. São Paulo: Hucitec, 1998.

COSTA, João Batista de Almeida. Cultura sertaneja: a conjugação de lógicas diferenciadas. In: SANTOS, G. R. (Org.). **Trabalho, Cultura e Sociedade no Norte/Nordeste de Minas: considerações a partir das ciências sociais**. Montes Claros: Best Comunicação e Marketing, 1997.

COSTA, João Batista de Almeida. **Mineiros e baianeiros: englobamento, exclusão e resistência**. 2003. 334 f. Tese (Doutorado) Programa de Pós-graduação em Antropologia Social. Universidade de Brasília. Brasília, DF: 2003.

COSTA, João Batista. Cerrados Norte Mineiros: populações tradicionais e suas identidades territoriais. In: ALMEIDA, Maria Geralda de. (Org.). **Tantos Cerrados: múltiplas abordagens sobre a biodiversidade e singularidade cultural**. Goiânia: Vieira, 2005.

CUNHA, L. H. O. Significados múltiplos das águas. In: DIEGUES, A. C. (Org.). **A imagem da água**. São Paulo: Hucitec, 2000.

DAYRELL, Carlos Alberto. Geraizeiros descem a Serra ou agricultura de quem não aparece nos Relatórios dos *Agrobusiness*. In: LUZ, C.; DAYRELL, C. A. (Orgs.). **Cerrado e desenvolvimento: tradição a atualidade**. Montes Claros: Ed. Unimontes, 2000.

DELEUZE, Gilles; GUATTARI Félix. **O anti-édipo: capitalismo e esquizofrenia**. São Paulo: Ed. 34, 2010.

DELGADO, G. C., CARDOSO JR., J. C. (Org.). **Universalização de direitos sociais no Brasil: a previdência rural nos anos 90**. 2. ed. Brasília, DF: IPEA, 2003.

DIEGUES, Antônio Carlos. **O Mito moderno da Natureza Intocada**. São Paulo: Hucitec, 2000.

DIEGUES, A. C.; ARRUDA, R. S. V. (Org.) **Saberes tradicionais e biodiversidade no Brasil**. São Paulo: USP, 2001.

DORST, Jean. **Antes que a natureza morra: por uma ecologia política**. São Paulo: Edgard Blucher, 1973.

ESCOBAR, S. A. **Os projetos sociais do povo indígena Xakriabá e a participação dos sujeitos: entre o “desenho da mente”, a “tinta no papel” e a “mão na massa”**. 2012. 215 f. Tese (Doutorado) Faculdade de Educação / Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2012.

ESCOBAR, S. A. Relato sobre a experiência e descrição sobre o Projeto Pé na caminhada. **Ensino em Re-vista**, Uberlândia, v. 8, n. 1, p. 201-209, 2000.

ESPINDOLA, J. A. A.; GUERRA, J. G. M.; ALMEIDA, D. L. Uso de leguminosas herbáceas para adubação verde. In: AQUINO, A. M.; ASSIS, R. L. (Org.). **Agroecologia: princípios e técnicas para uma agricultura orgânica sustentável**. Brasília, DF: Embrapa, 2005.

ESTEVA, Gustavo. Desenvolvimento. In: SACHS, Wolfgang. **Dicionário do desenvolvimento: guia para o conhecimento como poder**. Petrópolis: Vozes, 2000.

FEITOSA, Antônio Maurílio; BARBOSA, Rômulo Soares. Homem e Natureza nos Gerais de Minas. **Revista Educare**, v. 1, n. 1, 2005. Disponível em: <<http://www.iseib.edu.br/educare/images/minas-romulo.pdf>>. Acesso em: 02 Abr. 2012.

FERNANDES, L. A.; SOUZA, V. F.; SILVA, W. A.; DAYRELL, C. A.; SAMPAIO, R. A.; CORREIA, J. R. Atributos químicos e físicos e uso das terras de uma ilha do rio São Francisco. IN: ENCONTRO DA REDE DE ESTUDOS RURAIS, 3., 2008, Campina Grande. **Anais eletrônicos...** Campina Grande, 2008.

FIGUEIREDO, Lisa Vany Ribeiro. **Percepção Ambiental em uma Unidade de Conservação de Proteção Integral**. 2011. 177 f. Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento Social)-Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Social, Universidade Estadual de Montes Claros, Montes Claros, 2011.

FURTADO, C. **Em busca do novo modelo**. São Paulo: Paz e Terra, 2002.

FURTADO, C. **O mito do desenvolvimento econômico**. 6. ed. São Paulo: Paz e Terra, 1983.

GALIZONI, F. M. **Águas da vida**: população rural, cultura e águas em Minas Gerais. 2005. 198 f. Tese (Doutorado em Ciências Sociais) – Universidade Estadual de Campinas, Instituto de filosofia e Ciências Humanas, Campinas, 2005.

GALIZONI, Flávia Maria. Terra, ambiente e herança no alto do Jequitinhonha, Minas Gerais. **Rev. Econ. Sociol. Rural**, Brasília DF, v. 40, n. 3, 2002. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0103-20032002000300003&lng=en&nrm=iso>. Acesso em: 02 Mar. 2012.

GATTI, Bernadete Angelina. **Grupo focal na pesquisa em ciências sociais e humanas**. Brasília, DF: Líber Livro, 2005.

GIL, Antônio Carlos. **Métodos e Técnicas de Pesquisa Social**. 5. ed. São Paulo: Atlas, 1999.

GLIESSMAN, Stephen R. **Agroecologia**: processos ecológicos em agricultura sustentável. 2. ed. Porto Alegre: Ed. UFRGS, 2001.

GOMES, João. Bases Epistemológicas da Agroecologia. In: AQUINO, A. M.; ASSIS, R. L. (Org.). **Agroecologia**: princípios e técnicas para uma agricultura orgânica sustentável. Brasília, DF: Embrapa, 2005.

GOMES, Paulo César. **Geografia e modernidade**. Rio de Janeiro. Bertrand, 1997.

GONÇALVES, Carlos Walter Porto. As minas e os Gerais: breve ensaio sobre o desenvolvimento e sustentabilidade a partir da geografia do Norte de Minas. In: LUZ C.; DAYRELL C. (Org). **Cerrado e desenvolvimento**: tradição e atualidade. Montes Claros: Ed. Unimontes, 2000.

GONZAGA, A. D.; SOUSA, S. G. A. de; SILVA, N. M. da; PEREIRA, J. O. Toxicidade de urina de vaca e da manipueira de mandioca sobre pragas chaves do abacaxi. In: CONGRESSO BRASILEIRO DE AGROECOLOGIA, 6., 2009, Curitiba. **Anais eletrônicos...** Curitiba, 2009.

GUZMÁN CASADO, G.; GONZÁLES M. M.; SEVILLA GUZMÁN, E. **Introducción a la agroecología como desarrollo rural sostenible**. Madri: Mundi-Prensa, 2000.

GUZMÁN, E. Sevilla. Uma estratégia de sustentabilidade a partir da agroecologia. **Agroecologia e desenvolvimento rural sustentável**. Porto Alegre, v. 3, n. 1, Jan./mar. 2002

GUZMÁN, E. Sevilla. Agroecologia e desenvolvimento rural sustentável. In: AQUINO, A. M.; ASSIS, R. L. de. (Org.). **Agroecologia: princípios e técnicas para uma agricultura orgânica sustentável**. Brasília, DF: Embrapa, 2005.

HAESBAERT, C. R. H. **O mito da desterritorialização: do fim dos territórios à multiterritorialização**. 2. ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2006.

HAESBAERT, C. Rogério; LIMONAD, Ester. O território em tempos de globalização. **Etc... espaço, tempo e crítica**, Rev. Eletrôn., de Ciên. Sociais Aplicadas, Niterói, v. 1, n. 2, 2007. Disponível em: <http://www.uff.br/etc/UPLOADS/etc%202007_2_4.pdf>. Acesso em: 17 Mar. 2012.

HANSON, H. C. Ecology in Agriculture. **Ecology**. Brooklin, v. 20, n. 2, p. 111–117, Apr. 1939. Disponível em: <<http://www.jstor.org/discover>> Acesso em: 17 de nov. 2011.

HECHT, S, B. A Evolução do Pensamento Agroecológico. In: ALTIERI, M. **Agroecologia: Bases científicas para uma agricultura sustentável**. Guaíba, RS: Agropecuária, 2002, 592 p.

HERINGER, I.; JACQUES, A. V. A. Acumulação de forragem e de material morto em pastagem nativa sob distintas alternativas de manejo em relação às queimadas. **Revista Brasileira de Zootecnia**, v. 31, n. 2, p. 599-604, 2002.

HOLZER; W. O lugar da geografia humanista. **Revista Território**, Rio de Janeiro, ano 4, n. 7, p. 67-78, jul./dez. 1999.

HOWARD, E. **Territory in bird life**. Londres: Collins, 1948.

IAMAMOTO, André Toshio Villela. **Agroecologia e desenvolvimento rural**. 2005. 79 f. Dissertação (Mestrado em Recursos Florestais) - Escola Superior de Agricultura Luiz de Queiroz, Universidade de São Paulo, Piracicaba, 2006. Disponível em: <<http://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/11/11150/tde-09032006-140931/>>. Acesso em: 10 abr. 2012.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Censo demográfico 2010**. Disponível em: <http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/populacao/condicaodevida/indicador_esminimos/conceitos.shtm>. Acesso em: 13 jun. 2012.

JACQUES, A. V. A. A queima das pastagens naturais: efeitos sobre o solo e vegetação. **Ciência Rural**, Santa Maria, v. 33, n. 1, p. 117-118, jan./fev., 2003.

JESUS, Alysson Luiz Freitas de. **No sertão das Minas: escravidão, violência e liberdade 1830-1888**. São Paulo: Annablume; Belo Horizonte: Fapemig, 2007.

JESUS, E. L. Diferentes abordagens de agricultura não-convencional: história e filosofia. In: AQUINO, A. M.; ASSIS, R. L. (Org.). **Agroecologia: princípios e técnicas para uma agricultura orgânica sustentável**. Brasília, DF: Embrapa, 2005.

KHATOUNIAN, C. A. **A Reconstrução Ecológica da Agricultura**. Botucatu, SP: Ed. Agroecológica, 2001.

KLAGES, K. H. Crop ecology and ecological crop geography in the agronomic curriculum. **Journal of the American Society of Agronomy**, Washington, v. 20, p. 336–356, 1928.

LA BLACHE, Vidal. **Princípios da geografia humana**. Lisboa: Cosmos, 1921.

LAMARCHE, H. **A agricultura familiar: comparação internacional**. Campinas: Ed.UNICAMP, 1993.

LEFEBVRE, H. **The production of space**. Boston: Blackwell Publishing, 1991.

LEITE, Adriana Filgueira. O lugar: duas acepções geográficas. **Anuário do Instituto de Geociências da UFRJ**, Rio de Janeiro, v. 21, p. 09-20, 1998.

LEPSCH, I. P. **Manual para levantamento utilitário do meio físico e classificação de terras no sistema de capacidade de uso**. 4ª aproximação. Campinas: SBCS, 1983. 175p.

LÉVI-STRAUSS, Claude. **Le triangle culinaire: aix-em-provence: 1**. Arc, nº 26, 1995.

LITTLE, Paul E. **Territórios sociais e povos tradicionais do Brasil: por uma antropologia da territorialidade**. Brasília, DF: Ed. UNB, 2002.

LUZ, C.; DAYRELL, C. **Cerrado e desenvolvimento: tradição a atualidade**. Montes Claros: CAA-NM/REDE CERRADO, 2000.

MAIA, S. M. F. **Compartimento da matéria orgânica e perdas de solos e água em sistemas agroflorestais e convencional no trópico semiárido cearense**. 2003. 176 f. Tese (Doutorado em Solos e Nutrição de Plantas) – Universidade Federal do Ceará, Fortaleza, 2003.

MALINOWSKI, B. **Uma teoria científica da cultura**. São Paulo: Zahar, 1975.

MALINOWSKI, B. **Argonautas do Pacífico Ocidental**. São Paulo: Abril, 1978.

MARQUES, F. C.; MENASCHE, R.; TONEZER, C.; GENESSINI, A. Circulação de Alimentos: dádiva, sociabilidade e identidade. In: MENASCHE, Renata (Org.). **A Agricultura familiar à mesa: saberes e práticas da alimentação no Vale do Taquari**. Porto Alegre: Ed. UFRGS, 2007.

MAY, Tim. **Pesquisa Social: questões, métodos e processos**. Porto Alegre: Artmed, 2004.

MARTINELLI, Maria Lúcia. **O uso de abordagens qualitativas na pesquisa em serviço social: um instigante desafio**. São Paulo: PUCSP/NEPI, 1994.

MARTÍNEZ-ALIER, Joan. **O ecologismo dos pobres: conflitos ambientais e linguagens de valorização**. São Paulo: Contexto, 2007.

MATA MACHADO, Bernardo Novais da. **História do sertão noroeste de Minas Gerais**. Belo Horizonte: Imprensa Oficial, 1991.

MEDEIROS, L. S. **Movimentos sociais, disputas políticas, reforma agrária de mercado no Brasil**. Rio de Janeiro: Ed. UFRRJ, 2002.

MELO, M. F. B. T.; LIMA, S. S.; RIVERA, F. A. Pesquisa de resíduos de malation em alimentos naturais e industrializados comercializados em João Pessoa. **CCS**, João Pessoa, v. 7, n. 2, p. 50-54, 1985.

MINAYO, M. C. S. Ciência, técnica e arte: o desafio da pesquisa social. In: MINAYO, M. C. S. (Org.). **Pesquisa social: teoria, método e criatividade**. Petrópolis: Vozes, 1994.

MORAES, Antônio C. R. **Geografia pequena história crítica**. São Paulo: Ed. Hucitec, 1995.

MOURA, R.; BRANCO, M. L. G. C.; FIRKOWSKI, O. L. C. F. Movimento pendular e perspectivas de pesquisa em aglomerados urbanos. **São Paulo em perspectiva**, São Paulo, v. 19, n. 14, p. 121-133, out./dez. 2005.

NAVARRO, Zander; SCHNEIDER, Sérgio. Emprego agrícola e novas formas de ocupação no Rio Grande do Sul: uma análise a partir dos dados das Pnads de 1981 a 1997. In: CAMPANHOLA, C.; SILVA J. G. (Org.). **O novo rural brasileiro: uma análise estadual**. Jaguariúna, São Paulo: Embrapa, 2000.

NEVES, S. L. S. **Agroecologia vazanteira: (re)construindo saberes**. Disponível em: <<http://www.ifnmg.edu.br>>. Acesso em: 11 dez. 2011.

NUNES, L. A. P. L.; FILHO, J. A. A.; HOLANDA JUNIOR, E. V. H.; MENEZES, R., I. Q. Impactos da queimada e de enleiramentos de resíduos orgânicos em atributos biológicos de solo sob caatinga no semiárido nordestino. **Revista Caatinga**, Mossoró, RN, v. 22, n.1, p.131-140, jan./mar., 2009.

ODUM, E. P. The strategy of ecosystem development. **Science**, Athens, Georgia US. v. 164 n. 3877, apr. 18, 1969.

OLIVEIRA, Cláudia Luz. **Vazanteiros do rio São Francisco**: um estudo sobre populações tradicionais e territorialidade no Norte de Minas Gerais. 2005. 133 f. Dissertação (Mestrado em Sociologia) - Faculdade de Filosofia e Ciências Sociais. Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2005.

ORTEGA, A. C. **Territórios deprimidos**: desafios para as políticas de desenvolvimento rural. Uberlândia, MG: Edufu, 2008.

PAULA, A. M. N. R. **Travessias**: movimentos migratórios em comunidades rurais no sertão do Norte de Minas Gerais [manuscrito]. 2009.

PAULA, Hermes de. **Montes Claros**: sua história, sua gente e seus costumes. Montes Claros: [s.n.], 1979.

PASCHOAL, A. D. Modelos sustentáveis de agricultura: agricultura sustentável. **Jaguariúna**, v. 2, n. 1, p. 11-16, 1995.

PEIXOTO, R. T. G. Compostagem: princípios práticas e perspectivas em sistemas orgânicos de produção. In: AQUINO, A. M.; ASSIS, R. L. (Org.). **Agroecologia**: princípios e técnicas para uma agricultura orgânica sustentável. Brasília, DF: Embrapa, 2005.

PEREIRA FILHO, I. A.; RAMALHO, M. A. P; CRUZ, J. C. **Consórcio milho-feijão**. Sete Lagoas: Embrapa, Janeiro 1997. (Circular técnica, 22).

PEREIRA, A. M. **Cidade Média e Região**: O significado de Montes Claros no Norte de Minas Gerais, 2007. 347 f. Tese (Doutorado em Geografia) Universidade Federal de Uberlândia, Uberlândia, 2007.

PFRIMER, M. A relação entre o solo e o Estado – Capítulo I. O Estado como organismo ligado ao solo [p.59]. **Espaço e Tempo**, São Paulo, n. 29, p. 51–58, 2011.

PIERSON, Donald. **O homem no Vale do São Francisco**. Rio de Janeiro: Suvale, 1972.

PNUD, Programa das Nações Unidas Para o Desenvolvimento. **Novo Atlas do desenvolvimento humano no Brasil**. Disponível em: <www.undp.org.br>. Acesso em: 08 set. 2011.

POSEY, D. Manejo da floresta secundária, capoeiras, campos e cerrados. In: RIBEIRO, B. (Org.). **Suma Etnológica Brasileira**. Petrópolis: Vozes, 1987.

QUEIROZ, M. I. P. **Variações sobre técnica de gravador no registro da informação viva**. Textos 4. CERU. São Paulo, 1991.

RAFFESTIN, Claude. **Por uma geografia do poder**. São Paulo: Ática, 1993.

RATZEL, Friedrich. **La géographie politique: les concepts fondamentaux: Chapitre I – L'État comme organisme lié au sol**. Paris: Fayard, 1987.

RELPH, E. C. **Place and Placelessness**. London: Pion, 1976.

RELPH, E. C. As bases fenomenológicas da geografia. **Geografia**, Rio Claro, v. 4, n. 7, p. 1-25, abr. 1979.

RICHARDSON, Roberto Jarry. **Pesquisa social: métodos e técnicas**. São Paulo: Atlas, 1999.

RHEINHEIMER, D. S.; SANTOS, J. P.; FERNANDES, V. B. B.; MAFRA, A. L.; ALMEIDA, J. A. Modificações nos atributos químicos de solo sob campo nativo submetido à queima. **Cienc. Rural**, Santa Maria, v. 33, n. 1, fev. 2003 Disponível em <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0103-84782003000100008&lng=pt&nrm=iso>. acesso em: 14 out. 2012.

RIBEIRO, Ricardo Ferreira. História ecológica do sertão mineiro e a formação do patrimônio cultural sertanejo. In: LUZ, Cláudia; DAYRELL, Carlos (Org.). **Cerrado e desenvolvimento: tradição e atualidade**. Montes Claros: Unimontes, 2000. p. 47-106.

RIBEIRO, Eduardo M.; GALIZONI, Flávia M. Quatro histórias de terras perdidas: modernização agrária e privatização de campos comuns em Minas Gerais. **Rev. Bras. Estudos Urbanos e Regionais**, São Carlos, SP, v. 9, n. 2, Nov., 2007.

RIBEIRO, Eduardo M. (Org.). **Histórias dos Gerais**. Belo Horizonte: Ed. UFMG, 2010.

RIEGER, A. **A economia ribeirinha e os tempos da natureza**. Disponível em: <<http://www.naveiadorio.fot.br/aeconomiaribeirinhaeostemposdanatureza.doc>> Acesso em: 28 ago. 2011.

RIST, Gilbert. **El desarrollo**: historia de uma creencia occidental. Madri: Los Libros de La Catarata, 2002.

ROSA, João Guimarães. **Grande Sertão Veredas**. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1986.

SACHS, Ignacy. **Caminhos para o desenvolvimento sustentável**. Rio de Janeiro: Garamond, 2000.

SACK, R. D. **Human territoriality**: its theory and history. Cambridge: Cambridge University, 1986.

SAINT-HILAIRE, Auguste de. **Viagem às nascentes do rio São Francisco**. Belo Horizonte: Itatiaia; São Paulo: USP, 1975.

SANTOS, Ana Flávia Moreira. **Do terreno dos caboclos do Sr. João à Terra Indígena Xakriabá**: as circunstâncias da formação de um povo, um estudo sobre a construção social de fronteiras. 1997. 304 f. Dissertação (Mestrado em Antropologia) Departamento de Antropologia, Universidade de Brasília, Brasília DF, 1997.

SANTOS, Márcio Roberto Alves dos. **Bandeirantes paulistas no sertão do São Francisco e do Verde Grande (1688-1732)**. 2004. 201 f. Dissertação (Mestrado em História) Departamento de História, Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas. Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2004a.

SANTOS, Milton. **Espaço e Sociedade**. Petrópolis: Vozes, 1979.

SANTOS, Milton. **A natureza do espaço: técnica e tempo, razão e emoção**. São Paulo: EDUSP, 2002.

SANTOS, Milton. **Por uma geografia nova**: da crítica da geografia a uma geografia crítica. 6. ed. São Paulo: EDUSP, 2004.

SAQUET, Marcos Aurélio. **Abordagens e concepções de território**. São Paulo: Expressão Popular, 2007.

SAQUET, Marcos Aurélio. O tempo, o espaço e o território. In: SOUZA, Álvaro José (Org.). **Paisagem território e região**: em busca da identidade. Cascavel: Edunioest, 2000. p. 103-114.

SAQUET, Marcos Aurélio. **Os tempos e os territórios da colonização italiana**. Porto Alegre: EST Edições, 2003.

SCHNEIDER, S.; TARTARUGA, I. G. P. Território e Abordagem Territorial: das diferenças cognitivas aos aportes aplicados à análise dos processos

sociais rurais. **Raízes: Revista de Ciências Sociais**, Campina Grande, v. 23, n. 1 e 2, p. 99-117, jan./dez. 2004.

SEN, Amartya. **Desenvolvimento como liberdade**. São Paulo: Companhia das Letras, 2000.

SILVA, A.P.; IMHOFF S.; TORMENA, C. R.; LIMA, C. R.; TAKAHAMA, R. S. Qualidade física de solos sob sistemas intensivos de pastejo rotacionado. In: **Simpósio sobre Manejo da Pastagem**. ESALQ/USP, p.79-98, 2002.

SILVA, S. R.; BURGOS, R.; MARIANO, N. F. Territorialidades quilombolas nas florestas Atlânticas: uma concepção integradora de território a partir da memória. **Revista Geográfica de América Central**, v. 2, n. 47, 2011. Disponível em: <<http://www.revistas.una.ac.cr/index.php/geografica/article/view/1793>>. Acesso em: 10 jun. 2012.

SILVA, Carlos Alberto F.; SILVA, Michele Tancaman C. **A dimensão sócioespacial do ciberespaço**: uma nota. 2004. Disponível em: <<http://www.tamandare.g12/cidadedigital>> Acesso: 10 mai. 2012.

SILVEIRA, R. L. L. Redes e territórios: uma breve contribuição geográfica ao debate sobre a relação sociedade e tecnologia. **Revista bibliográfica de geografia y ciência sociales**, Barcelona, Espanha, v. 7, n. 451, jun. 2003.

SINGER, P. Economia Solidária. In: CATTANI, A. D. **A outra economia**. Porto Alegre: Veraz Editores, 2003.

SODRÉ, Nelson Wernack. **Introdução à geografia**. Rio de Janeiro: Vozes, 1997.

SOUZA, Maria Luiza de. **Desenvolvimento de comunidade e participação**. 4. ed. São Paulo: Cortez, 2004.

SPOSITO, M. E. B. **Capitalismo e urbanização**. 11. ed. São Paulo: Contexto, 2001.

STAHEL, Andri Werner. Capitalismo e entropia: os aspectos ideológicos de uma contradição e busca de alternativas sustentáveis. In: CAVALCANTI, C. (Org.). **Desenvolvimento e Natureza**: estudo para uma sociedade sustentável. São Paulo: Cortez; Recife, PE; Fundação Joaquim Nabuco, 1995.

TUAN, Yi-Fu. **Espaço e lugar**: a perspectiva da experiência. São Paulo: Difel, 1983.

VEIGA, José Eli da. **O desenvolvimento agrícola**: uma visão histórica. São Paulo: Hucitec, 1991.

VEIGA, José Eli da. **O Brasil rural precisa de uma estratégia de desenvolvimento**. Brasília, DF: MDA, 2001. Disponível em: <http://www.nead.gov.br/portal/nead/institucional/Textos_para_Discuss%C3%A3o>. Acesso em: 10 jun. 2012.

WANDERLEY, Maria Nazareth B. **Olhares sobre o rural brasileiro**. Recife, 1999.

WESTPHAL, M. G.; BÓGUS, C. M.; FARIA, M. M. Grupos focais: experiências precursoras em programas educativos em saúde no Brasil. **Boletim Oficina Sanitária Panamericana**, v. 120, n. 6, p. 472–482. 1996.

WEZEL, A.; SOLDAT, V. A quantitative and qualitative historical analysis of the scientific discipline of agroecology. **International Journal of Agricultural Sustainability**. v. 7, n. 1, p. 3-18. 2009.

WEZEL, A. Agroecology as a science, a movement and a practice. **A review. Rev. Agronomy for Sustainable Development**, 2009. Disponível em: <www.agronomy-journal.org>. Acesso em: 17 nov. 2011.

XAVIER, S. F.; DOLORES, D. G. Desenvolvimento rural sustentável: uma perspectiva agroecológica. **Agroecologia e desenvolvimento rural sustentável**, Porto Alegre, v. 2, n. 2, abr./jun. 2001.

ZAMBERLAM, J.; FRONCHETTI A. Agricultura Ecológica: preservação do pequeno agricultor e do meio ambiente. 3. ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2007.

APÊNDICE 1 – Roteiro de Pesquisa

UNIVERSIDADE FEDERAL DE MINAS GERAIS - UFMG - MESTRADO EM CIÊNCIAS AGRÁRIAS – AGROECOLOGIA

Pesquisa: Nas entre Ilhas do São Francisco: Agroecologia e Territorialidades da Comunidade Vazanteira da Ilha do Jenipapo no Município de Itacarambi/MG.

Objetivo: Coletar informações sobre, o perfil dos vazanteiros; práticas agrícolas realizadas na ilha do Jenipapo e; abrangência e características do território e territorialidades da comunidade vazanteira da Ilha do Jenipapo.

Mestrando: Sérgio Leandro Sousa Neves

A	Informações Técnicas	
Aplicador:		
Data: ___/___/___		Local de aplicação:
Observações:		

B	Perfil do entrevistado	
Nome (opcional):		Idade:
Estado civil:	Sexo: () Mas () Fem	
Nível de escolaridade:		
Profissão:	Renda familiar (especificar fonte):	
Naturalidade:	Local de origem anterior à ilha:	
Local de residência: () ilha () terra Firme () Itacarambi () outro lugar		
Tempo de permanência na ilha: () dias de serviço () meses do ano (sazonalidade) () tempo integral		
Observações:		
Tempo de posse do terreno na ilha () anos () meses		
Como e quando adquiriu a propriedade (terreno):		
Tipo de moradia: () Alvenaria () Pau a pique/taipa () outro		
Observações quanto ao número de cômodos, saneamento básico e fonte		

de energia das moradias.	
Número de membros da família: Membros da família que trabalham na ilha: Observações:	
Organização do trabalho para cada membro da família (divisão do trabalho):	
C	Princípios Agroecológicos
<p>Quais são os agroambientes utilizados pelos senhores para a produção agrícola? <input type="checkbox"/> lameiro <input type="checkbox"/> baixão <input type="checkbox"/> terra alta</p> <p>O que é plantado em cada agroambiente? E em qual época do ano?</p> <p>Qual o período do ano o senhor(a) realiza nos agroambientes:</p> <p>O preparo da terra: _____ O plantio: _____ A colheita: _____</p> <p>Como é realizado nos agroambientes:</p> <p>i. O preparo da terra (técnicas usadas): <input type="checkbox"/> arado c/ tração animal <input type="checkbox"/> arado c/ máquina a combustão <input type="checkbox"/> enxada/foice <input type="checkbox"/> queimada <input type="checkbox"/> adubo orgânico <input type="checkbox"/> adubo químico <input type="checkbox"/> outros</p> <p>O preparo da terra sempre ocorreu desta maneira? Explique.</p> <p>Se fizer uso de adubo químico explique o porquê da sua utilização.</p> <p>ii. O plantio: _____ Realiza o plantio consorciado de culturas? <input type="checkbox"/> Sim <input type="checkbox"/> Não Se realiza, diga quais as espécies e porquê?</p> <p>Qual semente usa na produção? <input type="checkbox"/> crioulas <input type="checkbox"/> híbridas <input type="checkbox"/> transgênicas Explique porque utiliza estas sementes? As técnicas de plantio sempre ocorreram desta maneira?</p>	

Quais são as ferramentas utilizadas na lavoura (no preparo da terra / plantio/ colheita)?

Como é feito o controle de pragas na lavoura? Especifique.

- () substância natural _____
 () substância química _____
 () de forma mecânica _____

O controle de pragas sempre foi feito desta maneira?

Caso use substâncias químicas o que o levou a usá-las? Foi incentivado a usar estes produtos? Explique.

Utiliza irrigação? () Sim () Não

Qual a energia utilizada?

- () Elétrica
 () Solar
 () Combustível (tipo) _____
 () Gravidade

iii. A colheita e seu armazenamento (detalhe o procedimento):

Como é realizada a colheita?

Como é armazenada/estocada a produção agrícola?

Tem criação de animais na sua propriedade? () sim () não. Quais e quantos?

- () ovinos () bovinos () suínos () equinos () caprinos () aves

Qual o destino da produção agrícola?

- () consumo próprio () comércio () troca

Qual o destino da produção animal?

- () consumo próprio () comércio () troca

D | Território e territorialidades vazanteiras

O senhor se considera vazanteiro?

- () sim () não. Por quê?

Em caso afirmativo, quais destes fatores fazem parte da identidade de um vazanteiro?

- () Seu modo de vida e produção agrícola
 () O fato de residir às margens do Rio São Francisco

() outros

Na sua opinião, todo agricultor das margens do rio São Francisco, pode ser considerado vazanteiro?

() sim () não . Por quê?

Onde se localiza sua propriedade? Explique

() somente na ilha () na ilha e na terra firme () na ilha e na cidade () outros, especifique.

O que representa cada um destes lugares para o senhor (a ilha, a terra firme e a cidade/vila).

Algum destes lugares é mais importante que o outro? Por quê? Justifique sua resposta.

Com qual frequência o senhor transita por estes lugares (ilha, terra firme, cidade/vila)? E com qual finalidade?

O que representa o Rio São Francisco para os senhores?

Com relação ao reconhecimento do território vazanteiro quais são as expectativas da comunidade da ilha do Jenipapo?

A comunidade da ilha recebe visitas de órgãos públicos (EMATER, IEF, IMA, INCRA etc) ou entidades não governamentais? Com qual frequência e finalidade?

Para o senhor o território vazanteiro encontra-se ameaçado? Por quem?

Demais observações:

APÊNDICE 2 – Termo de Consentimento Livre Esclarecido - TCLE

Os Senhores(as) estão sendo convidados(as) a participar, como voluntários(as), de uma pesquisa de mestrado da Universidade Federal de Minas Gerais UFMG/ICA. A qual deverá passar por uma avaliação pelo comitê de Ética em pesquisada UFMG – COEP, situado na Avenida Antônio Carlos, 6627 na Unidade Administrativa II, 2º andar, sala 2005 no Campus Pampulha em Belo Horizonte/MG, fone (31) 3409-4592. O COEP, no entanto deverá ser consultado, caso necessário, apenas para esclarecimento de dúvidas éticas referentes à pesquisa.

Após serem esclarecidos(as) sobre as informações a seguir, no caso de aceitar fazer parte do estudo, assinem ao final deste documento, que está em duas vias composta de três laudas por via. Uma delas é destinada ao presidente da comunidade, ou a outra pessoa ao qual os senhores(as) escolherem, e a outra via é do uso dos pesquisadores responsáveis.

INFORMAÇÕES SOBRE A PESQUISA:

Título do Projeto: Nas “entre ilhas” do São Francisco: Agroecologia e territorialidades da comunidade vazanteira da Ilha do Jenipapo, Itacarambi/MG.

Pesquisador Responsável: Sérgio Leandro Sousa Neves

Telefone para contato e demais pesquisadores: Sérgio L. S. Neves 90(38) 9853-2591, Hélder dos Anjos Augusto (38) 2101-7764 e Luciana de Castro Geraseev (38) 2101-7763

O objetivo da pesquisa é analisar e caracterizar a agroecologia e sua influência nas territorialidades vazanteira da comunidade da Ilha do Jenipapo. Ou seja, gostarei de saber dos senhores(as), Vazanteiros(as) da ilha do Jenipapo, residentes em tempo integral ou mesmo quem trabalha só em determinados dias da semana, como é feito o trabalho cotidiano na lavoura desde o preparo da terra, a semeadura, a escolha das sementes e a colheita, se usam agrotóxicos, ou inseticidas naturais etc. Como são armazenados os alimentos produzidos na roça? Qual o destino da produção quando ela é grande? Em outras palavras eu gostaria de entender como é o dia-a-dia dos senhores(as) no trabalho com a agricultura. Outro aspecto importante é saber como os senhores(as) tiveram acesso a essa terra? quando vieram prá cá, se tem outros lugares além da ilha que usam para plantar? Quantos vocês são e onde moram durante os dias que não estão na ilha? Durante o período de enchente para onde os senhores(as) vão? Qual a relação com a cidade mais próxima? Este estudo utiliza a metodologia qualitativa para compreender as questões, os fenômenos, aspirações e significados que não podem ser

quantificados, baseando-se em técnicas combinadas, por meio da revisão bibliográfica, visitação *in loco*, observação participante, entrevista focal e análise de conteúdo. Ou seja, eu pretendo entrevistar os senhores(as), primeiramente em conjunto, e depois na casa ou no rancho do roçado de cada um, em uma data específica que poderemos marcar posteriormente, vou registrar nossa conversa em questionários e em um gravador de voz, para que eu possa descrever em outro momento os conteúdos das mensagens. Se algum(uns) dos senhores(as) não quiser(em) ser identificado(s) no resultado da pesquisa, não tem problema, usarei o termo Vazanteiro A, B, C e assim por diante para enumerá-los; da mesma maneira os senhores(as) poderão desistir de participar da pesquisa a qualquer momento. A pesquisa não interfere no modo de vida dos sujeitos envolvidos, pelo contrário, ela poderá trazer benefícios como a troca de experiências sobre agroecologia e o registro da história da comunidade em um trabalho científico. Portanto essa pesquisa senhores(as), poderá servir como registro das suas atividades e do modo de vida, na ilha do Jenipapo, relacionados com agricultura praticada neste local juntamente com as áreas (territórios) nos quais os senhores estabelecem suas relações sociais e cotidianas.

Abaixo, assinaturas dos responsáveis pela pesquisa:

Sérgio Leandro Sousa Neves

(Orientadora) Luciana Castro Geraseev

(Co-orientador) Hélder dos Anjos Augusto

ANEXO – Certificado COEP

UNIVERSIDADE FEDERAL DE MINAS GERAIS
COMITÊ DE ÉTICA EM PESQUISA - COEP

Projeto: CAAE –04898612.7.0000.5149

Interessado(a): Profa. Luciana Castro Geraseev
Instituto Ciências Agrárias - UFMG

DECISÃO

O Comitê de Ética em Pesquisa da UFMG – COEP aprovou, no dia 02 de outubro de 2012, o projeto de pesquisa intitulado "**Nas entre Ilhas do São Francisco: Agroecologia e territorialidades na comunidade vazanteira da Ilha do Jenipapo, Itacarambi-MG**" bem como o Termo de Consentimento Livre e Esclarecido.

O relatório final ou parcial deverá ser encaminhado ao COEP um ano após o início do projeto.

Prof. Maria Teresa Marques Amaral
Coordenadora do COEP-UFMG